

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS UNIDADE
ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN
NÍVEL MESTRADO**

Rodrigo Junges

**LENTE DE INTIMIDADE COMO PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO NO
DESIGN**

Porto Alegre

2024

Rodrigo Junges

**LENTE DE INTIMIDADE COMO PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO NO
DESIGN**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de
Pós-Graduação em Design Estratégico da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientador: Dr. Guilherme Englert Correa Meyer

Porto Alegre

2024

J95L

Junges, Rodrigo.

Lentes de intimidade como perspectivas de participação no design / Rodrigo Junges. – 2025.

97 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Design, 2025.

“Orientador: Prof. Dr. Guilherme Englert Corrêa Meyer”.

1. Design. 2. Intimidade. 3. Participação. 4. Processo. 5. Relação. I. Título.

CDU 7.05

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

AGRADECIMENTO À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam na força das conexões, que se permitem envolver e se deixar afetar, e que cultivam a presença e a escuta como formas de estar no mundo. Às pessoas abertas, que reconhecem no encontro um lugar possível de criação. Este trabalho foi atravessado por essas presenças — e é para elas que ele existe.

“Toda vida real é um encontro”

BUBER, 2009, p.62.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não aconteceu sozinho. Ele foi feito de encontros, de vínculos verdadeiros, de escutas generosas e de muita gente que me sustentou, não só como pesquisador, mas como pessoa.

À minha família, aos amigos, amores e afetos, obrigado por estarem sempre por perto. Pelo apoio de sempre, pelos incentivos aos estudos, por terem me dado uma base sólida pra sonhar com liberdade. Por estarem ao meu lado com carinho, paciência, compreensão e parceria em todos os momentos, mas especialmente nos mais desafiadores.

Ao Guilherme, minha gratidão por ter sido um orientador tão humano. Obrigado pela escuta atenta, pela confiança no meu processo e por nunca me pressionar a ter todas as respostas logo de cara. Tu me ajudou a encontrar meu tema com leveza, e seguiu me guiando com generosidade em cada etapa. Obrigado pelas conversas, pelas indicações, pelas oportunidades, por me apresentar pessoas e projetos que me mostraram que o design pode, sim, transformar realidades. Tu és uma grande inspiração.

Ao PPG Design da Unisinos e a todas as pessoas incríveis que fazem esse lugar existir — professores, colegas, funcionários —, meu muito obrigado por me proporcionarem uma nova forma de olhar pro mundo. Por me ajudarem a me reconectar comigo mesmo, com meu trabalho e com aquilo que faz sentido. A convivência com vocês foi leve, divertida e cheia de trocas que levo comigo.

À Unisinos, que foi minha segunda casa por quase nove anos, desde a graduação em Arquitetura até aqui. Sou muito grato por todos os espaços que me foram dados pra experimentar, criar e me expressar com liberdade. Foi ali que vivi alguns dos momentos mais marcantes da minha vida.

E a todas as pessoas que, de alguma forma, atravessaram esse caminho comigo: meu mais sincero e afetuoso agradecimento.

RESUMO

Vivemos uma crise de afetividade. As relações tornam-se cada vez mais fragmentadas, atravessadas pela lógica da performance, da produtividade e da antecipação. À medida que a vida cotidiana se acelera, elementos das dimensões inter-relacionais e afetivas se desaceleram e, com eles, o desejo e a disponibilidade de se envolver com o outro. Essa fragilidade relacional, que também afeta a maneira como projetamos, atravessa com força os processos de design participativo, que muitas vezes se dizem coletivos, mas operam em formatos normativos, instrumentais e desatentos à espessura dos vínculos que sustentam o fazer com. É nesse contexto que esta dissertação propõe a intimidade como uma perspectiva sensível para compreender a qualidade das relações em processos de design. Intimidade aqui não é entendida como algo romântico ou privado, mas como fenômeno relacional que emerge do estar-com, da confiança construída no tempo, dos limites negociados, da escuta que não antecipa, da presença que se oferece. Ao reconhecer que os vínculos interpessoais influenciam de forma decisiva a potência dos processos colaborativos, esta pesquisa parte do pressuposto de que a intimidade pode operar como lente de leitura e também como ética relacional nos projetos em que o fazer é partilhado. O percurso metodológico combina três frentes: o aprofundamento teórico sobre a intimidade como experiência situada, a realização de entrevistas narrativas abertas com atuantes em práticas participativas e a construção de articulações entre teoria e experiência. A partir desse trajeto, foram formuladas dimensões conceituais que buscam sensibilizar o olhar para o fenômeno da intimidade, foram reunidas versões narrativas que expressam modos diversos de vivenciá-la, e por fim, foram criadas quatro lentes que integram esses saberes e oferecem uma nova perspectiva para pensar a participação em design. Essas lentes não visam permitir algum tipo de aplicação rígida, mas sim como campos de atenção que permitem reconhecer a profundidade dos vínculos que sustentam os processos cocriativos. Ao propor a intimidade como perspectiva, esta dissertação não pretende definir um novo modelo de participação, mas sim convocar o design a implicar-se nas relações que o constituem, abrindo espaço para o envolvimento ético com o outro, a suspensão de certezas, a escuta afetiva, a temporalidade relacional e a disponibilidade de se deixar transformar pelo encontro.

Palavras-Chave: Intimidade, Design, Participação, Processo e Relação

ABSTRACT

We are living through a crisis of affectivity. Relationships are increasingly fragmented, shaped by the logic of performance, productivity, and anticipation. As everyday life accelerates, the inter-relational and affective dimensions tend to slow down — along with the desire and availability to engage with others. This relational fragility, which also affects the way we design, strongly permeates participatory design processes that often claim to be collective, yet operate through normative and instrumental formats, inattentive to the depth of the bonds that sustain the act of doing together. It is in this context that this dissertation proposes intimacy as a sensitive perspective for understanding the quality of relationships in design processes. Here, intimacy is not understood as something romantic or private, but as a relational phenomenon that emerges from being-with, from trust built over time, from negotiated boundaries, from listening that does not anticipate, from presence that makes itself available. Recognizing that interpersonal bonds decisively influence the strength of collaborative processes, this research assumes that intimacy can operate both as a lens for interpretation and as a relational ethic in projects where making is shared. The methodological approach combines three fronts: theoretical deepening of intimacy as a situated experience, open narrative interviews with practitioners involved in participatory practices, and the construction of articulations between theory and experience. From this trajectory, conceptual dimensions were formulated to sensitize the gaze to the phenomenon of intimacy; narrative versions were gathered, expressing diverse ways of experiencing it; and finally, four lenses were proposed, integrating these forms of knowledge and offering a new perspective for rethinking participation in design. These lenses are not intended to be rigidly applied, but rather to serve as fields of attention that help recognize the depth of the bonds that sustain co-creative processes. By proposing intimacy as a perspective, this dissertation does not seek to define a new model of participation, but to call design into the relations that constitute it — opening space for ethical involvement with the other, the suspension of certainties, affective listening, relational temporality, and the willingness to be transformed by the encounter.

Keywords: Intimacy, Design, Participation, Process, Relation

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

FIGURA 1. Organização da pesquisa	17
FIGURA 2. Organização da Fundamentação Teórica de Intimidade	20
TABELA 1. Perfis dos Entrevistados	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Sobre o autor	11
1.2. Introdução	12
1.3. Problema de pesquisa	17
1.4. Objetivos	18
2. ENTENDIMENTO DE INTIMIDADE PARA O CAMPO DO DESIGN	20
2.1. O conceito	21
2.2. Conceituando intimidade	29
3. BASES CONCEITUAIS PARA UM DESIGN SENSÍVEL ÀS RELAÇÕES	37
3.1. Design envolvido, relacional e estratégico	37
3.2. Um design baseado na participação	40
3.3. Encontros conceituais entre design e intimidade	46
4. PROPOSTA METODOLÓGICA	50
4.1. Abordagem e Fundamentação Epistemológica	50
4.2. Seleção dos Participantes	51
4.3. Procedimentos de Coleta de Informações	52
4.4. Procedimentos de Análise	53
5. RESULTADOS	54
5.1. Narrativas	54
5.2. Versões de Intimidade	67
6. DISCUSSÕES	75
6.1. Intimidade como recurso estranho ao design	75
6.2. Lentes íntimas: quatro aproximações sensíveis ao Design Participativo	78
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

1. INTRODUÇÃO

1.1. Sobre o autor

Sempre que se fala sobre situação, apresenta-se uma necessidade de compreensão de quem é o corpo que fala e se atribuirá responsabilidade sobre o conhecimento o qual produz (HARAWAY, 1995). Diversas das bibliografias do presente trabalho reconhecem e celebram a importância da situação de um conhecimento (HARAWAY, 1995; FINDELI, 2001; ZURLO, 2010; DEL GAUDIO, 2021a, 2023), nada mais justo que iniciar o trabalho pela revelação do corpo que aqui escreverá.

Me chamo Rodrigo Junges, sou um homem, branco, cisgênero e homossexual. Venho de uma família de origem germânica, de classe média-baixa. Estudei toda a minha vida em escolas públicas e faço parte da primeira geração da família que teve acesso ao ensino superior que ocorreu por uma bolsa de estudos pelo ProUni que me introduziu na Unisinos, no curso de Arquitetura e Urbanismo, onde fui bacharel no ano de 2022.

Desde o final da graduação, a vida foi me aproximando das discussões do Design organicamente, decidi assumir essa proximidade e me entregar formalmente a elas através da pós-graduação em Design, também da Unisinos, com ênfase em Design Estratégico em 2023. Ao longo desse envolvimento, passei por muitos processos internos. Tudo o que passei teve um caráter profundamente terapêutico e entendi a importância de se posicionar e, acima de tudo, a importância da relação, situação e afetividade no design.

A questão da intimidade surgiu ao longo do ano de 2024, pois comecei a me interessar cada vez mais pelos aspectos inter-relacionais entre atores em projetos participativos. Neste ano, tive a alegria de participar como voluntário em um projeto da iniciativa dos Territórios Inovadores de Porto Alegre, onde desenvolvemos diversas práticas e atividades projetuais, criando métodos, processos e workshops em conjunto com a comunidade, muito baseados nas especificidades do contexto e nas relações que íamos desenvolvendo.

No presente momento, apresento a minha dissertação como uma produção que representa muito mais do que um simples trabalho, mas um marco. O marco na vida de um "garoto", que é o primeiro membro da família a alcançar uma pós-graduação, com muito orgulho através de mais uma bolsa de estudos pela CAPES, responsável por custear e remunerar as horas investidas nesse trabalho. E, assim como beneficiado fui, ao receber tantos auxílios ao longo da minha jornada, espero também, através do meu trabalho, poder inspirar, auxiliar e beneficiar outras jornadas. Partindo dessa vivência pessoal, passa-se agora a contextualizar o problema de pesquisa.

1.2. Introdução

Historicamente, a humanidade enfrentou diversas crises que provocaram mudanças profundas nas experiências dos seres e em suas realidades. Muitas dessas crises remontam ao século XIX, período marcado pelo pensamento moderno pautado na racionalidade e na produção massificada. Naquela época, acreditava-se que a otimização de recursos e a automatização de operações proporcionariam às pessoas mais tempo livre para suas relações humanas. Contudo, as condições de trabalho e as transformações do capitalismo flexível corroeram o caráter dos indivíduos, resultando em vidas fragmentadas e relações frágeis (BAUMAN, 2001; SENNETT, 2009). A promessa de “liberar tempo” revelou-se ilusória e parece ressurgir na contemporaneidade com o advento da presente revolução digital. Impulsionada pelas inteligências artificiais, essa nova revolução vem acompanhada da garantia de que a automação e a eficiência tecnológicas nos proporcionarão mais tempo de qualidade para a vida em sociedade.

Por mais tentadoras que sejam tais promessas, é inegável que nunca se trabalhou tanto e nunca se teve tão pouco tempo para cultivar relações interpessoais significativas. Um fator recente que exacerbou esse fenômeno foi a pandemia mundial de Covid-19. Durante mais de um ano, grande parte das atividades humanas migrou para ambientes remotos, ampliando a já crescente assincronicidade na comunicação e no consumo de conteúdo. Informações, conversas e interações passaram a ocorrer em temporalidades cada vez mais desencontradas, distanciando ainda mais as pessoas umas das outras.

O tempo supostamente liberado pela tecnologia, ao resolver diversas das tarefas operacionais que o mais demandariam, novamente não foi redirecionado para as conexões interpessoais que poderiam, inclusive, ocorrer por meios on-line. Ao contrário, buscou-se ainda mais produtividade e eficiência das pessoas. Como aponta Zuboff (2020), esse tempo foi rapidamente capturado pela lógica de maximização do comportamento previsto, operando não para o fortalecimento de vínculos humanos, mas para retroalimentar um sistema que busca por eficiência. A promessa de tempo livre, portanto, converteu-se novamente em mais um vetor de controle sobre a experiência humana.

Esses fatores demonstram que o problema que se delineia não é de ordem exclusivamente racional e técnica, mas envolve também uma deficiência de caráter afetivo: uma falta de maturidade e interesse nas conexões emocionais. O mundo contemporâneo pode ser compreendido como um mundo afetivo, no qual tudo e todos estão em relação. Por isso, o pensamento e a prática precisam orientar-se também por essa dimensão afetiva da experiência. Essa afetividade, quando entendida como uma forma de construir relações

genuínas e presentes (no sentido de estar-com), implica em vínculos que existem como fim em si mesmos, não meramente como meios dentro de estruturas lineares ou lógicas instrumentais. Essa orientação contemporânea, pautada pela afetividade, reconhece que a ciência pela ciência não basta para resolver os problemas humanos mais complexos e relacionais.

Nesse contexto, a importância das relações interpessoais transcende a lógica da eficiência e da produtividade. À medida que nos distanciamos das formas tradicionais e imediatas de interação, emergem novas formas de conexão que buscam ir além da mera funcionalidade. Surge, assim, o conceito de intimidade como uma alternativa de relacionamento que pode superar essa soma de interações superficiais, configurando-se como uma construção profunda e mútua, na qual a carga afetiva desempenha um papel central na ligação entre os envolvidos - emocional e experiencialmente. (RAMPAGE, 1994; NARCISO, 2001, 2002). Trata-se de um fenômeno relacional marcado pela cocriação de significados entre aqueles que nele se envolvem (RAMPAGE, 1994), um tipo de vínculo que pode auxiliar na emergência da necessidade de conexões mais autênticas e genuínas, não passíveis de serem reduzidas a meras tarefas ou objetivos instrumentais. A intimidade, portanto, pode manifestar-se como um fenômeno emergente da interação entre seres num dado contexto, gerando uma conexão de qualidade mais intensa, baseada em um estado de presença partilhada (BUBER, 2009).

Adotando essa perspectiva mais afetiva para observar a sociedade e, especificamente nesse trabalho para a prática do design, encontram-se diversos termos e conceitos que procuram dar conta dessa noção de envolvimento no qual as coisas se afetam mutuamente. No campo do design, destaca-se o debate sobre o envolvimento: conforme Findeli (2001), o design contemporâneo caminha para uma compreensão de si mesmo como uma prática envolvida nas situações em que opera. Essa visão desafia a noção de uma prática objetiva e universal, pois passa a reconhecer o designer não como um agente neutro, mas como um ator inserido no contexto e afetado por ele. De modo análogo, na filosofia da ciência, Donna Haraway (1995) desenvolve a ideia de conhecimentos situados, argumentando a favor de enxergar-com em vez de enxergar-como. Em outras palavras, Haraway propõe que todo conhecimento é parcial e localizado, fruto de uma posição de observação específica e, portanto, conhecer e criar devem ser atos informados por essa consciência de localização. Essa postura de ver-com (ao invés de ver-como) promove uma abordagem mais ética e responsável no processo de conhecer e projetar, valorizando perspectivas parciais e contextuais e rejeitando pretensões de objetividade universalista.

É principalmente por reconhecer os sistemas complexos e relacionais com os quais lida que o design é proposto como abordagem metodológica desta pesquisa. No Design Estratégico, em particular, reconhece-se que projetar envolve articular pessoas, contextos e interesses diversos. Zurlo (2010) caracteriza essa habilidade como a dimensão situada do design, ou seja, a capacidade de habilitar, com as ferramentas do próprio design, um processo de diálogo na relação entre múltiplos atores, atendendo a necessidades diferentes e obtendo resultados de valor reconhecido por todos. Em essência, o design está sempre situado em um recorte específico da realidade, no qual diversos atores (com seus interesses individuais) se articulam em busca de um resultado comum. Assim, o designer atua como mediador nesse sistema relacional, navegando pelas complexidades e fomentando convergências de valor compartilhado.

No âmbito do Design Participativo (DP), vertente do design que enfatiza a inclusão ativa de diversos atores no processo de projeto (BJÖRGVINSSON, 2010; BINDER, 2011, 2015; SIMONSEN & ROBERTSON, 2013; FRAUENBERGER, 2018; DEL GAUDIO, 2021a, 2023; SMITH *et al.*, 2025), alguns autores já salientaram a importância de promover redes de afeto e mesmo um senso de resistência nas práticas coletivas (DEL GAUDIO; TANAKA; PASTORI, 2021b). Isso evidencia um reconhecimento emergente de que os laços humanos e emocionais importam nos processos participativos. Entretanto, observa-se uma lacuna significativa no que diz respeito à qualidade relacional dessas interações. Embora o DP se preocupe em envolver múltiplos atores de modo inclusivo e horizontal, ele raramente aprofunda sua perspectiva relacional em um nível íntimo e afetivo. Em outras palavras, apesar de o DP operar em sistemas complexos e situados, mediando atores diversos, parece ainda carecer de abordagens que deliberadamente enfoquem as interações humanas como fenômenos profundamente relacionais. A tonalidade afetiva raramente é tratada como central nos métodos participativos vigentes.

Outro ponto a ser considerado é que, no DP, raramente se reflete sobre a experiência de participar em si mesma. Grande parte da literatura concentra-se em discutir a participação como meio para atingir determinado fim (seja a inovação, a inclusão social ou a melhoria de um serviço), ou como um resultado mensurável (número de participantes, ideias geradas, etc.). No entanto, pouco se investiga sobre o como a participação acontece do ponto de vista vivencial e qual é a qualidade subjetiva dessa participação para os atores envolvidos. Em 2020, o próprio tema do Participatory Design Conference – “Participation(s) Otherwise” – sinalizou a inquietação da comunidade acadêmica em imaginar outras formas de enxergar e realizar a participação, contemplando visões de mundo não hegemônicas e abordagens alternativas. Apesar dessa abertura

conceitual, de modo geral ainda predomina uma compreensão da participação orientada por métodos e ferramentas, sem um aprofundamento crítico acerca da natureza relacional e afetiva de participar.

Essa limitação foi recentemente evidenciada e criticada. Del Gaudio (2023) enfatiza a necessidade de uma abordagem mais complexa e multicamada, capaz de trazer as pessoas e suas experiências vividas de volta ao centro do design e da produção de conhecimento acadêmico. Em sua crítica, a autora argumenta que o DP, mesmo em sua proposta de redistribuição de poder, tem priorizado a participação sob uma ótica procedimental, formatando-a em termos de métodos e resultados concretos, mas deixando de lado os afetos, desejos e vivências subjetivas dos participantes (DEL GAUDIO, 2023, p.147). Em outras palavras, o enfoque excessivo em funcionalismo, solucionismo e universalismo parecem acabar por excluir das práticas de design exatamente os aspectos que a tornam humana: as experiências e emoções das pessoas. Como alerta Del Gaudio:

“Nossos processos de produção e comunicação de conhecimento neutralizaram nossos esforços para desfazer infraestruturas de opressão e marginalização. Faço isso refletindo sobre a relação entre a natureza do conhecimento generalizado e aceito do design, a ausência de experiências vividas dos participantes a partir dele e a dinâmica existente de opressão e exclusão.”(DEL GAUDIO, 2023, p.148)

O próprio conhecimento institucionalizado do design, segundo essa visão, tende a reproduzir e reforçar uma ordem de poder que, ironicamente, acaba por oprimir e excluir aqueles que pretende incluir. Quando se trata de DP, portanto, surge a necessidade de um tipo diferente de conhecimento, um conhecimento que valorize os participantes não apenas como fontes de dados ou cocriadores de soluções, mas como sujeitos plenos, portadores de vivências ricas e centrais ao processo. Abre-se, assim, a possibilidade de compreender o foco relacional desta pesquisa como parte de uma articulação de perspectiva ainda pouco explorada: uma que incorpore intencionalmente essa afetividade a partir de uma perspectiva íntima nas práticas de design.

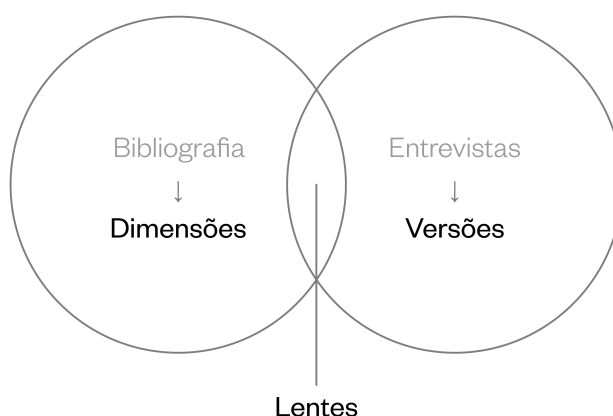
Esse movimento não se dá de forma isolada. A própria comunidade do DP tem buscado tensionar os termos que sustentam a prática, promovendo deslocamentos críticos e epistêmicos. Um exemplo disso é o projeto *Keywords in Participatory Design* (AGID *et al.*, 2021), que propõe uma cartografia coletiva de palavras que desafiam entendimentos cristalizados da participação, abrindo espaço para conceitos relacionados a mutualidade e cuidado, reforçando a necessidade de repensar o vocabulário e a sensibilidade que orientam o fazer participativo, alinhando-se ao gesto que a pesquisa busca sustentar.

A partir desse entendimento, delineia-se o rumo macro desta pesquisa. Em face da aparente crise de afetividade, impulsionada pela ausência de presença autêntica nas relações contemporâneas, propõe-se evoluir a discussão do design em direção a uma nova perspectiva de prática projetual, aqui denominada intimidade. Essa perspectiva busca fornecer lentes para perceber os processos participativos como intencionais e profundos, compreendendo os impactos significativos do envolvimento de diversos atores a partir do viés de intimidade, de modo a cocriar um sentido comum que seja compartilhado por todos. Diferentemente das abordagens que veem a participação apenas como instrumento, esta perspectiva enfatiza observar com suas lentes os impactos de uma qualidade de presença nas conexões humanas durante o processo de design.

Este trabalho, portanto, intenta articular e aprofundar conceitos oriundos dos campos da intimidade e do design para compor lentes para uma perspectiva inédita: um design guiado pela intimidade. Em termos práticos, busca-se compreender quais implicações emergem ao intencionar a intimidade em um projeto de design; que novas “janelas” conceituais, metodológicas ou vivenciais se abrem? De que maneira isso pode impactar? que potenciais desafios ou problemáticas podem surgir dessa escolha intencional?

Como percurso metodológico, a pesquisa adota uma abordagem exploratória de base qualitativa e reflexiva. Inicialmente, procede-se a uma revisão de literatura para compreender aspectos intersubjetivos dos fenômenos relacionais a partir de Bubber (1974) e delimitar o conceito de intimidade e identificar suas dimensões fundamentais e características essenciais. Em seguida, relaciona-se esse conceito ao contexto do design compreendendo também através de revisão bibliográfica, as contribuições das abordagens estratégicas e participativas, construindo pontes teóricas entre esses domínios para compreender as perspectivas teóricas e suas possíveis relações. Na sequência, conduz-se uma série de entrevistas abertas com designers e não designers para captar narrativas vividas e modos distintos de perceber e experienciar os aspectos relacionais em processos de criação. Esses relatos são organizados em forma de narrativas, das quais emergem diferentes versões de intimidade que, ao final da pesquisa, quando colocadas em conjunção com as dimensões teóricas, resultam em um conjunto de lentes que servem como sínteses reflexivas que buscam sensibilizar os impactos dessa perspectiva íntima nos processos participativos.

FIGURA 1. Organização da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Trata-se de uma contribuição que reconhece a intimidade como experiência situada, não programável, e convoca o design a se implicar eticamente com aquilo que emerge no entre, nas trocas, nos silêncios, nos gestos que escapam à captura dos métodos. Para além de adicionar um novo conceito ao léxico do design, a intenção é de convocar uma escuta mais afinada aos modos como os atores se implicam em processos de criação conjunta. Nesse sentido, a pesquisa não propõe a institucionalização da intimidade como método ou técnica, mas o reconhecimento de sua presença como acontecimento: algo que emerge, se desloca, convoca e transforma.

1.3. Problema de pesquisa

Diante do exposto, esta pesquisa se propõe a investigar de que forma o fenômeno de intimidade pode operar como uma lente conceitual sensível para compreender a qualidade das relações no design, especialmente em contextos complexos, situados e mediados por múltiplos atores. Parte-se do reconhecimento de que, embora o design, em especial o participativo e o estratégico, se ocupe da mediação entre diferentes sujeitos e saberes, raramente se debruça sobre as camadas mais profundas da intersubjetividade que atravessam essas relações.

A hipótese que orienta o estudo é a de que a intimidade pode oferecer uma atenção ampliada à qualidade dos vínculos estabelecidos nos processos de projeto. Mais do que um conceito, trata-se de um campo de sensibilidade que permite reconhecer aspectos normalmente velados, mas fundamentais, na constituição de propostas cocriadas mais implicadas e situadas.

O problema de pesquisa, portanto, configura-se na seguinte indagação: como a intimidade pode operar como uma perspectiva conceitual para compreender a qualidade das relações no design, contribuindo para uma perspectiva mais sensível e implicada dos processos e das participações que os constituem?

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivo Geral

Elaborar um entendimento de intimidade como uma perspectiva relacional sensível no Design Participativo, compreendendo suas manifestações e implicações a partir da composição de teoria e experiência vivida em processos de criação coletiva.

1.4.2. Objetivos Específicos

A fim de alcançar o objeto geral, foram traçados quatro objetivos específicos a serem cumpridos ao longo desta pesquisa. São eles:

- a) Desenvolver um entendimento do conceito de intimidade em diálogo com o campo do design.
- b) Aproximar as discussões sobre Design Participativo e intimidade, identificando convergências e divergências conceituais.
- c) Investigar versões de intimidade a partir de relatos de experiências em contextos participativos.
- d) Fundamentar a intimidade como uma perspectiva processual para o design, a partir da conjunção entre as teorias e os relatos.

1.5. Estrutura da Dissertação

Para alcançar os objetivos propostos, este estudo se estrutura em:

Capítulo 1 | Introdução: Apresenta o contexto, a motivação, o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa do estudo.

Capítulo 2 | Intimidade: Revisa a literatura e os conceitos-chave relacionados à qualidade das relações e sistematização em dimensões.

Capítulo 3 | Design: Aprofunda a compreensão do Design Participativo, articulando-o com a temática da intimidade.

Capítulo 4 | Proposta Metodológica: Expõe o percurso metodológico construído para responder aos objetivos.

Capítulo 5 | Resultados: Apresenta os achados obtidos por meio entrevistas que contribuem com versões de intimidade a partir de relatos.

Capítulo 6 | Discussões: Interpreta os resultados à luz das dimensões e versões , articulando as contribuições da pesquisa.

Capítulo 7 | Considerações Finais: Retoma o percurso da pesquisa, apresentando as conclusões e desdobramentos possíveis.

Capítulo 8 | Referências: Lista as obras e suas respectivas autorias, utilizadas para a elaboração deste estudo.

2. Entendimento de intimidade para o campo do design

A fundamentação teórica apresentada neste capítulo está organizada conforme o levantamento dos principais autores que abordam a intimidade a partir de enfoques compatíveis com a perspectiva adotada nesta pesquisa. A Imagem 2 reúne esses autores, classificados por temas centrais, áreas de conhecimento e matrizes epistemológicas predominantes. A pesquisa priorizou obras que se alinham à fenomenologia e às abordagens sistêmicas, dado que essas linhas favorecem uma compreensão relacional e situada do fenômeno, centrada na vivência e na intersubjetividade dos sujeitos. Em contrapartida, foram deliberadamente excluídas abordagens pragmáticas ou comportamentalistas, por reduzirem a intimidade a uma dimensão operacional ou funcional, deslocando o foco da experiência vivida para o comportamento mensurável.

FIGURA 2. Organização da Fundamentação Teórica de Intimidade

Assunto	Autor (ano)	Área	Linha
Relações	Bubber (1958) <small>Bubber, R. (1958). The subject of phenomenology. In: R. C. Marsh (ed.), <i>Phenomenology and the human sciences</i>. London: Duckworth, 1958.</small>	Filosofia	Intersubjetividade
Intimidade	Machado (2008) <small>MACHADO, P. (2008). A intimidade como fenômeno relacional e a sua fundamentação filosófica. In: P. Machado (org.), <i>Intimidade e a construção da subjetividade</i>. São Paulo: Annablume, 2008.</small>	Filosofia/Psicologia	Fenomenologia
	Perlman, D., Fehr, B. (1987) <small>Perlman, D., Fehr, B. (1987). The development of intimacy. In: D. Perlman, B. Fehr (eds.), <i>Intimacy: Psychological, Social, and Clinical Perspectives</i>. New York: Free Press, 1987.</small>	Psicologia	Psicologia social - sociologia e antropologia
	Crespo et all. (2006) <small>Crespo, C., Mendes, L., Mendes, M., & Costa, M. (2006). Desenvolvimento da intimidade: uma abordagem fenomenológica. <i>Revista de Psicologia</i>, 40, 47-62.</small>		Teoria sistêmica - Família
	Narciso I. (2001) <small>NARCISO, I. (2001). Condições de possibilidade da intimidade: a função da palavra. In: I. Narciso (org.), <i>Intimidade: Teoria e prática</i>. São Paulo: Annablume, 2001.</small>		
	Narciso I. (2002) <small>NARCISO, I. (2002). Intimidade e a construção da subjetividade. <i>Psicologia</i>, 36, 43-52.</small>		
	Rampage C. (1994) <small>Rampage, C. (1994). From gender to relationality. <i>Journal of Family Psychology</i>, 8, 121-131.</small>		
	Prager (1995) <small>Prager, C. (1995). The development of intimacy. <i>The Journal of Family Psychology</i>, 9, 101-111.</small>		

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Para a construção desse referencial, a pesquisa realizou um processo de sistematização das bibliografias estudadas, que incluiu a seleção de vinhetas, identificação de palavras-chave e cruzamento entre os principais argumentos dos autores. A partir dessa organização, foi possível delinear um campo

conceitual onde se entrelaçam convergências e tensões sobre o termo intimidade, orientando a forma como será articulado ao longo desta dissertação.

2.1. O conceito

O presente capítulo inaugura o percurso metodológico de construção conceitual necessário para explorar a intimidade em processos de design. Tal abordagem emerge da recusa às simplificações que reduzem a intimidade a uma técnica, competência ou categoria funcional. Ao contrário, propõe-se compreender a intimidade como fenômeno relacional denso, que escapa a fixações e se revela apenas quando há entrega, escuta e afetação mútua. A construção aqui proposta é influenciada por autores como Narciso, Prager, Crespo, Buber e Machado, cuja obra ressoa com a postura fenomenológica de atenção à experiência e ao sentido que o conceito exige.

2.1.1. Do mundano ao singular: compreendendo a intimidade

O termo intimidade tem sido amplamente mobilizado em áreas voltadas às relações humanas, como a psicologia e as ciências sociais. Sua origem etimológica remonta ao latim *intimus*, que significa "interior", "mais interno", referindo-se àquilo que é essencial e profundo. Como observa Oden (1974):

"a palavra inglesa intimidade aponta para um conhecimento do núcleo de algo, uma compreensão das partes mais íntimas, aquilo que é indicativo da natureza mais profunda de alguém e marcado por uma estreita associação física, mental e social" (apud PERLMAN & FEHR, 1987, p. 15).

Ainda nesse sentido, o Dicionário Lello & Lello (1970) define intimidade como "interior, profundo, essencial". Crespo *et al.* (2006, p. 45) afirmam que o termo remete ao campo das relações significativas, em que estão em jogo aspectos privados e delicados do sujeito. Percebe-se um delineamento da intimidade como um tipo de experiência que escapa ao cotidiano social e que toca aspectos fundamentais do ser. Assim, a intimidade caracteriza-se como um fenômeno¹ eminentemente relacional.

Para Prager (1995), duas características aparecem com frequência no senso comum sobre intimidade: a autorrevelação e a continuidade. A primeira diz respeito à disposição de expor aspectos pessoais ao outro, partilhando

¹ O termo fenômeno deriva do grego *phainomenon*, que significa "aquilo que aparece". Na fenomenologia de Husserl e Heidegger, um fenômeno refere-se àquilo que se manifesta à consciência ou ao entendimento, ou seja, o que aparece ao ser humano em sua experiência direta. O fenômeno não é simplesmente o que se vê de forma superficial, mas o modo como as coisas se mostram a partir de seu ser mais profundo, revelando algo de sua essência.

pensamentos, afetos e experiências (NARCISO, 2002). A segunda remete à manutenção frequente da relação ao longo do tempo. Ela reconhece que embora presentes em relações íntimas, essas características não são suficientes para definir a intimidade. Prager (1995) propõe compreender a intimidade como um conceito natural² e relacional, que se constitui por meio de interações diádicas³. A intimidade, portanto, seria um fenômeno do entre que existe apenas enquanto acontece.

A esse movimento de ampliação do conceito soma-se a proposta de Narciso (2001, 2002), que concebe a intimidade como um "tecido relacional entrelaçado por fios". Dois fios são considerados nucleares: Partilha e Autorrevelação, e entrelaçam-se com outros: apoio emocional, confiança, mutualidade e interdependência. Cada fio tensiona aspectos distintos que se sustentam, configurando a intimidade como um campo denso, plural e vivo.

A partir dessas contribuições de Narciso, Crespo *et al.* (2006, p. 46) define intimidade como "um estar-com o outro sem ser parte dele", reconhecendo que é a diferenciação, e não a fusão, que torna possível a profundidade relacional. Para ela, a intimidade não exige simbiose, mas convivência sensível entre singularidades. Na mesma direção, Rampage (1994, p. 128) propõe que a intimidade se constitui quando os sujeitos partilham significados e coordenam ações a partir de um campo relacional cocriado: "a intimidade se manifesta pela abertura entre os atores [...], que são capazes de coordenar suas ações de modo a refletir sua construção mútua de significados". Segundo ela, é esse processo que fortalece o sentido de "nós" próprio de uma relação.

Nesse conjunto de perspectivas, a intimidade apresenta-se como um processo relacional construído entre os sujeitos. Sua singularidade resulta da inseparabilidade entre as trajetórias individuais e o modo como elas se entrelaçam no vínculo. A intimidade não se reduz a um conteúdo revelado, nem se mede pela duração do contato: ela se apresenta como uma forma de estar-com, que se atualiza continuamente os contornos da relação. Essa conexão

² Prager define um conceito natural como aquele cujo limites que separam as características da categoria daquelas que não pertencem a ela são difusos. Devido a esses limites imprecisos, os conceitos naturais são organizados de modo que algumas de suas características sejam mais centrais, enquanto outras ocupam posições mais periféricas. As características periféricas são chamadas assim, por um desacordo quanto à sua inclusão na categoria... Segundo a autora, a intimidade pode ser considerada um conceito natural porque se "sobrepõe claramente a outras noções, como amor, proximidade, autorrevelação, apoio, vínculo, apego e sexualidade", por possuir características centrais parecidas, mas que, agregados a características periféricas, diferenciam essas noções entre si.

³ Experiências diádicas, segundo Prager, referem-se a interações diretas entre duas pessoas, em que ambas influenciam reciprocamente seus comportamentos, emoções e pensamentos.

profunda e indivisível é o que dá à intimidade seu caráter especial e misterioso, tornando sua definição ainda mais desafiadora.

A pesquisa considera importante ressaltar que, ao abrir-se à presença do outro, a intimidade também expõe zonas de vulnerabilidade. O acesso a camadas profundas do ser torna o vínculo um território ao mesmo tempo fértil e arriscado. Nessa dualidade reside parte de sua potência: a intimidade pode ser tanto gesto de cuidado quanto campo de tensão. Compreender isso é reconhecer que o fenômeno íntimo não pode ser instrumentalizado sem que se perca sua substância, ele exige disponibilidade, tempo e coragem para habitar o que ainda não está claro.

2.1.2. As sutilezas da presença

As discussões evidenciaram que a intimidade é frequentemente compreendida como um conceito que permeia as relações humanas. No entanto, é possível observar uma lacuna em abordagens que tratem especificamente da qualidade dessas relações. Em 1974, Martin Buber⁴ (2009) emerge como um dos primeiros pensadores a refletir profundamente sobre a natureza do encontro, influenciando significativamente as discussões posteriores sobre intersubjetividade⁵. Embora não trate diretamente da intimidade, sua obra seminal "Eu e Tu"⁶, oferece subsídios importantes para a compreensão da profundidade dos vínculos.

Buber (2009) propõe que nos relacionamos com o mundo a partir de duas palavras-princípio: "Eu-Tu" e "Eu-Isso". Essas formas fundamentais de relação definem o modo como o "Eu" se posiciona diante do outro. Na relação "Eu-Tu", o outro é encontrado como presença viva — um ser único, irrepetível e aberto ao desconhecido. Já na relação "Eu-Isso", o outro é abordado como algo já conhecido, onde é percebido por uma ótica instrumentalizada.

No cerne de sua filosofia, a relação "Eu-Tu" constitui-se como experiência de presença plena, marcada por uma abertura radical à diferença. Diante de um "Tu", o sujeito é convidado a abandonar certezas e projeções,

⁴ Martin Buber (1878–1965) foi um filósofo e teólogo austríaco-israelense, conhecido principalmente por sua filosofia do diálogo, expressa em sua obra "Eu e Tu" (*Ich und Du*). Para ele, a vida ganha sentido através do encontro genuíno com o outro, seja uma pessoa, a natureza ou o divino, enfatizando a importância da presença e reciprocidade nas relações.

⁵ Referindo-se a duas subjetividades que se comunicam diretamente e criam uma realidade comum às duas, envolve a troca de perspectivas, a comunicação e o reconhecimento mútuo, formando a base para a experiência compartilhada da realidade.

⁶ Obra fundamental de Buber, onde expõe sua filosofia dialógica. Em eu e tu, ele desenvolve uma ontologia da relação onde entende que a existência e a identidade dos entes dependem de suas relações. Dessa forma, os entes só podem ser compreendidos a partir de suas relações e interações que constituem sua realidade.

permitindo que o outro se revele em sua autenticidade, sem mediadores ou preceitos. Como explica o autor:

"O homem encontra o Ser e o devir como aquilo que o confronta, mas sempre como uma presença... aquilo que está presente se descobre a ele no acontecimento e o que acontece, se apresenta a ele como Ser." (BUBER, 2009, p. 62)

Em contraponto, a relação "Eu-Isso" refere-se ao tratamento do mundo como objeto, meio ou função. O outro deixa de ser um interlocutor para tornar-se objeto de dominação pelo "Eu", ou seja, ele deixa de ser reconhecido em sua inteireza e passa a ser reduzido às intenções daquele que o observa. Por não alcançar transformação, essa relação se caracteriza como uma relação de passado, por não modificar os seres.

"O Eu da palavra-princípio Eu-Isso [...] tem só passado, e de forma alguma o presente. [...] na medida em que o homem se satisfaz com as coisas que experiencia e utiliza, ele vive no passado e seu instante é privado de presença." (BUBER, 2009, p. 50)

A distinção entre essas duas formas relacionais repousa, portanto, na qualidade do que ocorre entre os envolvidos. O encontro genuíno só se realiza no agora, na pureza do instante, livre de categorizações prévias que são incapazes de compreender a totalidade do outro. Por esse ponto de vista, a presença só pode ser vivida no espaço relacional do entre.

No campo do Design, alguns autores vêm se apropriando das contribuições de Buber para compreender as implicações relacionais do processo. Cipolla (2004) explora o conceito de hospitalidade inspirada em Buber, reconhecendo que, embora o seu conceito de estudo - hospitalidade - não possa ser projetado, é possível criar condições para que ele floresça.

Posteriormente, Cipolla e Manzini (2009), a partir do design de serviços, destacam que "cada participante, para os outros, e para o próprio designer, precisa ser percebido como uma presença, não como um objeto" (p. 50). Essa abordagem reforça a necessidade de reconhecer os envolvidos em processos de design como presenças autênticas, não como recursos ou meios para fins predeterminados.

Como afirma Buber: "Toda vida real é encontro" (BUBER, 2009, p. 49). É nesse "entre", espaço vivo onde os sujeitos se encontram como presenças autênticas que reside a essência das relações humanas e, conseqüentemente, um fértil terreno para a intimidade. Apenas quando os outros são reconhecidos em suas inteirezas, sem reduções, configura-se um campo relacional propício ao vínculo.

O pensamento buberiano, ao estabelecer a presença como fundamento da relação, contribui para uma compreensão mais profunda sobre a natureza

dos encontros genuínos. Ao reconhecer o entre como espaço vital de revelação e transformação, sua obra oferece subsídios importantes para o campo do design, sobretudo na reflexão sobre modos de relação mais atentos, abertos e mutuamente implicados.

Esse reconhecimento da presença como condição para o encontro conduz a uma compreensão mais implicada da relação: aquela em que os sujeitos não apenas interagem, mas se afetam mutuamente. Com Buber, delineou-se uma base ontológica para essa presença, entendida como fundamento do relacional. A seguir, será apresentado o pensamento de Paulo Roberto Reimão Machado (2008), que, embora não dialogue diretamente com Buber, oferece uma perspectiva situada da intimidade ao concebê-la como método clínico. Trata-se aqui não mais de pensar a presença como princípio, mas de compreendê-la em sua potência metodológica, como prática que sustenta o campo relacional em sua complexidade.

2.1.3. A delicadeza do estar-com

Falar sobre a intimidade é, por si só, caminhar sobre terreno movediço. Trata-se de um fenômeno que se revela mais como presença que definição, mais como acontecimento do que estrutura. Nesse contexto, é possível perceber que a compreensão em torno desse fenômeno não se trata de intervir ou explicar, mas de sustentar um estado de estar-com: uma forma de presença sensível diante do outro e do que nele se manifesta.

Falar em manejar⁷ a intimidade pode, à primeira vista, soar estranho. Afinal, como conduzir aquilo que escapa, que se dá como acontecimento e não como técnica? O manejo aqui não diz respeito ao controle ou à direção de um fenômeno, mas à sustentação delicada de um campo de relação que se transforma. Diante de sua natureza fluida e intersubjetiva, emerge o desafio de compreender como lidar com esse fenômeno. Nesse terreno instável, e ao mesmo tempo profundamente fértil, que o pensamento de Machado (2008) oferece uma contribuição de grande relevância para essa discussão ao propor a intimidade como fundamento de um método clínico.

⁷ O manejo refere-se às estratégias, técnicas e abordagens que uma pessoa utiliza para conduzir determinada atividade. Na psicologia, o termo é amplamente discutido no contexto de como o psicólogo deve guiar o paciente durante as sessões. Isso envolve a escolha de intervenções terapêuticas adequadas, a adaptação das abordagens conforme as necessidades do paciente e a criação de um ambiente seguro e acolhedor que favoreça o processo terapêutico.

O Manejo íntimo

O termo "manejo" é adotado na presente dissertação para designar os modos de condução de processos relacionais sob a ótica da intimidade. Embora os fundamentos conceituais já tenham sido apresentados, sua aplicação prática demanda um repertório específico, orientado por uma sensibilidade específica à natureza intersubjetiva do encontro e fundamentado na compreensão fenomenológica da experiência vivida.

Nesse contexto, destaca-se a tese de doutorado de Paulo Roberto Reimão Machado⁸ (2008), que propõe a intimidade como método clínico para a psicologia⁹. Para o autor, o processo terapêutico é concebido como uma via de mão dupla, na qual a relação de transferência e contratransferência entre terapeuta e paciente, para além de revelar elementos da subjetividade, gera um autoconhecimento próprio da relação. Os envolvidos não são tratados como entes neutros, mas como seres¹⁰ implicados que acessam um estado de sincronicidade relacional.

Tal estado resulta no que Machado (2008, p. 22) denomina desvelamento, uma desobstrução da relação em que medos e necessidades de aprovação são superados, permitindo que os seres alcancem uma zona de liberdade e genuinidade.

"Uma desobstrução que acontece como despertar de um modo de ser-com em que os posicionamentos prévios possam tornar-se obsoletos e caírem em desuso, e a escuta íntima nos permita o aparecimento de novas solicitações." (MACHADO, 2008, p. 27)

Para fundamentar essa compreensão, Machado recorre à noção husserliana de intencionalidade, destacando a impossibilidade de acesso direto à experiência do outro. Segundo ele, só é possível compreender o outro a partir de suas próprias categorias sintéticas¹¹ (MACHADO, 2008, p.33), ou seja, toda percepção do outro é mediada por estruturas internas de sentido já constituídas no sujeito que percebe. Essas categorias sintéticas correspondem a modos prévios de organização da experiência que tornam possível a construção de significados, mas que, ao mesmo tempo, impõem limites ao modo como o outro

⁸ Psicólogo clínico, professor e supervisor clínico. Graduação em Psicologia pela PUC-SP e doutorado em Filosofia pela Universidade de Évora. Membro fundador do Instituto Dasein de Psicologia fenomenológica e hermenêutica. Autor do livro "Intimidade como método clínico".

⁹ Em sua tese, o autor busca compreender a qualidade da relação entre terapeuta e paciente a partir de uma ótica relacional íntima, onde não se busca por uma postura de abstenção do terapeuta em relação aos pacientes.

¹⁰ "Para Heidegger, o "ser" não se confunde com "ente. Enquanto o ente é passível de categorização (pode ser verde, pequeno, grande), o Ser representa uma dimensão ontológica que transcende predicções históricas, configurando-se como pura diferença e possibilidade."

¹¹ As categorias sintéticas referem-se aos modos prévios de organização da experiência presentes no sujeito que percebe. Elas funcionam como estruturas internas que dão sentido à percepção, mas que também limitam o acesso direto à alteridade.

pode ser compreendido. Em outras palavras, o outro se mostra sempre através das lentes de nossa própria história, linguagem, afetividade e hábitos de atenção. A compreensão da intimidade, portanto, exige a suspensão dessas categorias para que se abra espaço a uma escuta mais afinada com aquilo que o outro pode manifestar em sua alteridade¹², permitindo o acesso ao campo da intersubjetividade.

Nessa perspectiva husserliana, a consciência é sempre relacional e orientada ao mundo antes mesmo de qualquer ação deliberada. Como observa o autor, "o que se apresenta à consciência já surge pré-conscientemente compreendido" (MACHADO, 2008, p. 42). Indicando que a intimidade não é algo produzido voluntariamente, mas sim um efeito de processos de auto-constituição intencionais que antecedem o controle consciente do sujeito.

A transição conceitual de Husserl para Heidegger é apontada por Machado como decisiva. Se, para Husserl, a intencionalidade era fundamental à consciência, sempre direcionada a um objeto antes de qualquer experiência, em Heidegger ela se manifesta como expressão do ser-no-mundo, ou seja, como uma forma de existência situada e implicada em um campo de significações compartilhadas. A intimidade, nesse sentido, emerge como resulta do de um "deixar-dizer" que se manifesta pela escuta íntima (MACHADO, 2008, p.25).

Essa concepção culmina na ideia de verdade como desvelamento¹³, não como adequação entre representação e fato. A verdade, nessa concepção, trata-se de um processo de des-ocultação que revela a essência do fenômeno, onde a compreensão ultrapassa a mera descrição objetiva e alcança uma dimensão mais profunda de manifestação (MACHADO, 2008, p.49, 50) — um "pôr-se em obra" que busca trazer à luz o núcleo essencial da experiência a cada vez, privilegiando a intensidade existencial sobre a precisão descritiva. A intimidade, nesse quadro, torna-se acessível por condições que favorecem sua irrupção espontânea para que se desvele por si mesma.

"Apenas pode ser trazido à frente, aquilo que já se encontra de algum modo aí, que já vige como aquilo que pode ser despertado, na sua ocasião." (MACHADO, 2008, p. 50)

¹² Alteridade refere-se à experiência da diferença do outro, à sua condição de ser distinto, irrepetível e não reduzível aos próprios referenciais de quem percebe. No campo das ciências humanas, a alteridade é fundamental para reconhecer o outro como sujeito em sua singularidade, e não como projeção ou extensão de si mesmo.

¹³ A noção de *verdade como desvelamento* está associada à tradição fenomenológico-hermenêutica, especialmente à virada proposta por Heidegger, em que a verdade (*aletheia*, em grego) não é concebida como correspondência entre enunciado e fato, mas como um processo de "trazer à luz" o que está velado. Trata-se de um acontecimento que revela o ser das coisas em sua singularidade, e não de uma confirmação objetiva de dados previamente definidos.

Conforme visto, Machado (2008) propõe uma articulação entre a fenomenologia de Husserl e a ontologia de Heidegger, não como visões excludentes ou simétricas, mas como momentos de um mesmo percurso de aprofundamento da experiência vivida. Ele parte da noção husserliana de intencionalidade para reconhecer que toda experiência é atravessada por categorias prévias que estruturam o sentido, no entanto, evidencia que essa constituição de sentido não é suficiente para acolher a alteridade do outro em sua singularidade.

É nesse ponto que a contribuição de Heidegger se tornou fundamental. Ao deslocar o foco da consciência para o ser-no-mundo, Heidegger amplia a compreensão da experiência, permitindo pensá-la como abertura ontológica, um modo de ser-com em que a verdade se manifesta não por representação, mas por desvelamento. Machado, assim, evolui a proposta de Husserl ao integrá-la a uma escuta que deixa-ser o outro, sustentada na familiaridade própria e no pastoreio da palavra.

A intimidade, nesse deslocamento conceitual, deixa de ser pensada como um efeito da constituição subjetiva da consciência e passa a ser compreendida como algo que se manifesta na abertura do ser-com. Não se trata de uma experiência fabricada ou dirigida, mas de um acontecimento que se dá quando há disponibilidade para que o outro venha a se mostrar, um deixar-dizer que depende de uma escuta capaz de acolher o que emerge. É nessa transição, da intencionalidade à abertura, que o horizonte ontológico proposto por Heidegger se torna decisivo para a compreensão da intimidade enquanto experiência relacional.

Os Três Pilares Metodológicos

Como desdobramento da compreensão fenomenológica da intimidade, Machado (2008) delineia três pilares metodológicos que sustentam sua proposta de presença clínica — modos de sustentação do campo relacional que permitem ‘manejar’ a intimidade sem reduzi-la a técnica, mas compreendendo esse manejo como um exercício ético de disponibilidade, condição existencial para que o íntimo possa emergir no espaço da relação. Esses pilares não operam como etapas ou técnicas, mas como eixos de sustentação de um estado de presença disponível ao outro. Em vez de prescrever ações, eles apontam para posturas éticas e existenciais que favorecem o surgimento do íntimo como experiência partilhada.

01 - O Posicionamento Prévio, aborda as disposições e inibições que estruturam a abertura de mundo do indivíduo, moldando suas possibilidades existenciais (MACHADO, 2008, p.178). Esses posicionamentos prévios, mesmo

inconscientes, delimitam o modo como o mundo se revela, restringindo o que pode ser experienciado e compreendido. A rearticulação deles ocorre através de uma relação autêntica com o mundo e com os outros, onde eventos de ser-com permitem novas possibilidades de ser.

02 - A Familiaridade Própria, por sua vez, é compreendida como um estado de afinação consigo mesmo e com o outro, possibilitando um encontro verdadeiro com o ser, não mais o compreendendo como um ente. Trata-se de uma intimidade que não se dá por adequação ou conveniência, mas por sintonia com a verdade essencial do ser. Como afirma o autor:

"Intimidade aqui é pensada como familiaridade própria, não como algo a ser criado, como mero sentir-se bem junto a alguém que se comporta de modo adequado a mim, mas como o despertar desse modo que nos afina com a verdade do ser." (MACHADO, 2008, p. 68)

03 - Por fim, o Despertar do Modo de Ser-Com Íntimo se apresenta como o eixo integrador do método. Ele exige uma postura de escuta atenta e suspensão de conhecimentos técnicos que possam obscurecer o acontecimento relacional. Esse despertar permite que novas solicitações surjam como emergências do encontro, não como metas pré-definidas.

Em conjunto, esses três pilares compõem a ideia de manejo da intimidade como prática clínica. Trata-se de um processo de desobstrução, escuta e afinação, em que a intimidade se apresenta como um fenômeno que se manifesta na qualidade da presença entre os seres. A escuta íntima, a abertura e o acolhimento sensível à alteridade tornam-se, assim, as chaves para a emergência de encontros transformadores.

Nessa perspectiva, o manejo da intimidade se revela não como técnica de controle ou direcionamento, mas como um modo de condução que favorece o desvelamento espontâneo da verdade relacional. A investigação reconhece, portanto, que tal manejo demanda uma sensibilidade fenomenológica específica, capaz de sustentar a abertura necessária para que a intimidade emergja como experiência vivida compartilhada.

2.2. Conceituando intimidade

Como visto anteriormente, intimidade é um termo que, embora cotidiana, guarda em si um peso denso de significados. Frequentemente usada para descrever relações próximas, confissões profundas ou vínculos afetivos, ela corre o risco de ser esvaziada pela banalidade do uso. No entanto, ao buscar seu sentido mais originário, revela-se uma camada fundante da experiência relacional — o que há de mais próprio, mais nu, mais próximo da essência de estar com alguém.

Longe de ser um atributo isolado do sujeito, a intimidade ganha um contorno especificamente no espaço do entre. Em suas formulações, Isabel Narciso (2001, 2002) propõe que a intimidade se tece como uma trama, de fios como partilha, autorevelação, apoio emocional, confiança, mutualidade e interdependência. Não se trata de um conjunto de elementos que somados produzem intimidade, mas de uma tecelagem viva, sempre relacional, em que os fios se entrelaçam, tensionam e sustentam. A imagem de uma rede, mais do que de um núcleo, parece expressar melhor essa condição.

Na mesma direção, Crespo (2006) evoca a intimidade como um “estar-com o outro sem ser parte dele”, sublinhando que não é a fusão, mas a alteridade reconhecida, que permite a profundidade relacional. A intimidade, nesse sentido, não dissolve as bordas entre os sujeitos, mas as aproxima sem apagá-las. Essa condição torna-se ainda mais complexa quando se busca por situar nos processos de design, onde as relações não apenas sustentam os projetos, mas os constituem. Falar de intimidade para o design envolve reconhecer que as ações situadas e participativas dependem da qualidade dos vínculos que a sustentam. Intimidade, nesse contexto, pode ser compreendida como campo de relação que emerge quando há presença como estado de abertura.

Martin Buber (2009) contribui decisivamente para esse entendimento ao distinguir entre dois modos de relação: o “Eu-Tu” e o “Eu-Isso”. O primeiro expressa uma forma de estar com o outro em sua inteireza, como presença viva que não se reduz a função, utilidade ou representação. O segundo, em contraste, trata o outro como objeto, meio ou instrumento. A intimidade, portanto, só pode nascer na esfera do “Eu-Tu”, quando o encontro é autêntico e não mediado por expectativas funcionais. Como afirma o autor: “Toda vida verdadeira é encontro” (BUBER, 2009, p. 49). A presença, nesse sentido, é condição de emergência da intimidade. Ela se dá no agora, em um tempo de uma esfera de disponibilidade. É nesse instante suspenso de funcionalidade que algo do íntimo pode se desvelar.

Paulo Roberto Reimão Machado (2008) avançou essa compreensão ao propor a intimidade como fundamento de um método clínico, pautado não em técnicas, mas em disposições. Para ele, a intimidade emerge quando há suspensão dos saberes prévios, dos julgamentos automáticos, das formas cristalizadas de percepção — uma espécie de desobstrução da relação. Ao propor os pilares de Posicionamento Prévio, Familiaridade Própria e Despertar da intimidade, Machado convida a pensar a intimidade como um modo de afinar-se com o outro por uma escuta que deixa vir à tona o que já está ali, latente.

Essa concepção de verdade como desvelamento, e não como adequação entre representação e fato, fundamenta essa abordagem. Ela

aparece como um processo de des-ocultação que revela a essência do fenômeno. Como observa Machado (2008, p. 50): "Apenas pode ser trazido à frente, aquilo que já encontra-se de algum modo aí, que já vige como aquilo que pode ser despertado, na sua ocasião". A intimidade, nessa chave, começa a ser percebida também como algo não passível de ser fabricado, mas algo que se permite acontecer.

Uma metáfora do esporte pode ilustrar essa dinâmica: uma jogada ensaiada não é uma imposição ao jogo; ela existe como uma possibilidade silenciosa, que pode ou não ser ativada conforme o desenrolar da partida. Não é o jogador que força sua realização, mas o próprio fluxo do jogo que a convoca, alinhando os movimentos dos participantes à situação em curso. Da mesma forma, a intimidade emerge quando há sintonia com aquilo que o momento relacional apresenta como possibilidade.

Não se pode, contudo, romantizar a intimidade. Como aponta Prager (1995), ela não é sinônimo de segurança. A autorevelação, ao expor zonas sensíveis, pode gerar tanto aproximação quanto retraimento. Intimidade é também risco — de desequilíbrio, de excesso, de exposição. Não é à toa que muitos relatos de intimidade evocam tanto beleza quanto dor. É nesse ponto que sua potência se revela: porque ela exige responsabilidade.

Assim, conceituar intimidade para o design não é fixar um modelo, mas abrir um campo de atenção. Um campo em que o outro é reconhecido em sua inteireza, onde o tempo não se apressa, e onde o vínculo se sustenta não por método, mas por presença. Intimidade, nesse horizonte, é menos uma técnica e mais uma ética, uma ética do estar-com, do escutar, do não saber e do deixar-ser.

Esta formulação não pretende encerrar o conceito, mas oferecer um pressuposto geral que atravessa toda a pesquisa: a intimidade como experiência situada, sensível e relacional, que não pode ser plenamente antecipada ou produzida, mas que emerge de certos modos de estar. É com base nesse entendimento que as versões de intimidade, elaboradas a partir dos relatos das entrevistas, poderão ser exploradas.

2.2.1. Dimensionalizando a intimidade

A travessia pela bibliografia revelou que a intimidade não pode ser fixada por definições rígidas nem organizada por taxonomias técnicas. Longe disso, ela se manifesta como um fenômeno relacional, incerto, que só se dá no calor do entre, nos encontros e relações. O que se revela nesse percurso não são categorias fixas ou instrumentos de análise, mas campos de sentido por onde a

intimidade pode se anunciar — aqui chamados de dimensões, não para serem aplicadas ou mensuradas, mas reconhecidas quando se manifestam.

As dimensões aqui propostas — Presença, Expressão, Mutualidade e Desvelamento — emergem da costura entre os autores estudados, configurando-se como agrupamentos conceituais que evidenciam os principais pontos de convergência entre as referências desta pesquisa. São como sensibilizações que oferecem luz a bordas possíveis de compreensão do fenômeno. Cada dimensão revela uma qualidade específica do estar-com íntimo, sem que isso implique separação ou hierarquia entre elas.

Presença

A primeira dimensão compreende a intimidade como o estado em que o sujeito se abre ao outro e, simultaneamente, à sua própria verdade. Trata-se de um campo sensível em que disponibilidade e afinação coexistem, configurando um modo de estar-com que não se reduz à escuta do que o outro diz, mas inclui também o reconhecimento do que se move em si ao escutar. Inspirada nas contribuições de Martin Buber (2009) e Paulo Roberto Reimão Machado (2008), esta dimensão reúne os gestos de abertura, suspensão e sintonia como disposições fundamentais para que a intimidade possa emergir.

Na relação Eu-Tu proposta por Buber (2009), a presença plena exige que se abandone a lógica da utilidade e do controle, abrindo-se à alteridade como mistério. Esse encontro só é real quando se permite ser afetado pelo que ainda não se sabe. Machado (2008), desenvolve a noção de escuta íntima como um modo de presença que ressoa com o instante, sustentada por uma atenção que deixa dizer. Tal escuta exige suspensão, não apenas enquanto ausência dos saberes prévios, mas a escolha consciente de não antecipar ou moldar o que está por vir, permitindo as convocações próprias do encontro.

Essa experiência de consonância não é interior nem individualizada, mas se dá no entre, como uma vibração intersubjetiva que apenas pode ser percebida por quem está implicado na relação. Como aponta Rampage (1994), "a experiência íntima ocorre na interação, em um nível muitas vezes invisível para quem não está implicado na relação" (p. 128). A Presença, para além da atenção individual, exige um compromisso afetivo mútuo, onde o campo relacional se forma pela escuta e disposição conjunta em sustentar o instante.

É nesse campo de escuta e desarmamento que emerge a ideia de um afinamento da relação, uma vibração comum que se instala entre os modos de ser, o que Machado chamou de familiaridade própria: "Intimidade aqui é pensada como familiaridade própria, não como algo a ser criado, como mero sentir-se

bem junto a alguém que se comporta de modo adequado a mim, mas como o despertar desse modo que nos afina com a verdade do ser” (MACHADO, 2008, p. 68). Essa afinação não se produz por saberes prévios, mas pela escuta que se autoriza a não se condicionar exclusivamente por eles.

Essa qualidade de presença, portanto, é uma coragem de permanecer disponível à relação, mesmo quando ela convoca zonas de desconforto, silêncio ou exposição. Não é apenas estar fisicamente junto, mas estar afetivamente sintonizado, abrindo mão do controle. É nesse estar-com afinado que se cria o campo propício para a possibilidade do desvelamento. O ser que escuta o outro desde sua própria escuta interna se entregando à relação como campo de afinação, inaugura o território onde a intimidade pode se anunciar.

Expressão

Se a Presença configura um campo de escuta afinada e disponibilidade mútua, a Expressão refere-se ao instante em que algo de si atravessa esse campo, surgindo como gesto oferecido à partilha. Esta dimensão aborda os movimentos de abertura e autorevelação que emergem da confiança, e que encontram no entre um espaço possível de circulação afetiva.

Segundo Narciso (2002), a intimidade é tecida por fios como a partilha, a confiança e a autorevelação, sendo esta última o gesto no qual “aquele que se ‘des-cobre’ fica numa situação de vulnerabilidade, que apenas é sustentável numa relação de confiança” (NARCISO, 2002, p. 55). Essa entrega ultrapassa o simples revelar de conteúdos, envolve a disposição de ser visto em sua inteireza, com as fragilidades e incertezas que acompanham esse movimento.

O gesto expressivo, nesse contexto, não é unilateral nem controlável. Ele opera como um movimento de ida e volta, em que tudo o que possa vir a acontecer é transformado pela escuta do outro. A Expressão constitui-se, assim, como um campo de coimplicação: o que se diz ganha forma na presença do outro, exigindo um tipo de pacto silencioso de acolhimento mútuo.

Não se trata de buscar reconhecimento ou aprovação, mas de criar as condições para que o vínculo se aprofunde na medida da disponibilidade conjunta. A expressão íntima é sempre singular, pois nasce do encontro irrepetível entre sujeitos implicados. Sua potência reside justamente em não saber o que dela pode emergir, abrindo espaço ao imprevisto da relação. Em vez de produzir efeitos previsíveis, ela desenha possibilidades.

Mutualidade

A terceira dimensão, Mutualidade, desloca o foco da abertura e do gesto expressivo para a qualidade de sustentação do vínculo íntimo ao longo do tempo. Se a Expressão manifesta o que se dá no calor do encontro, a Mutualidade refere-se à responsabilidade compartilhada por manter vivo o campo relacional que permite essa expressão, mesmo diante das variações, ruídos e assimetrias que toda relação carrega.

Essa dimensão ancora-se em uma compreensão da intimidade como experiência de coimplicação relacional, construída não por simetria ou trocas equivalentes, mas por um equilíbrio sensível entre autonomia e pertencimento, sustentado pela implicação mútua. Trata-se de uma horizontalidade afetiva onde os sujeitos se reconhecem como inteiros e interdependentes: capazes de sustentar e de se deixar sustentar.

Narciso (2002) identifica entre os fios que entrelaçam a intimidade o apoio emocional, a interdependência e a própria mutualidade, ressaltando que o vínculo íntimo não é dado, mas cultivado. Machado (2008) complementa essa visão ao afirmar que a intimidade exige a conquista de uma percepção do outro como um “eu”, um sujeito pleno, como uma presença que ressoa em sua própria diferença. É nesse campo de coimplicação que a intimidade encontra abrigo e também tensão. Estar implicado com o outro é também abrir-se para os riscos da relação: para o desencontro, a expectativa não correspondida, a presença que oscila. A Mutualidade acolhe essa instabilidade sem buscar corrigi-la, reconhecendo que ela é parte do próprio trabalho de estar-com. Sua força está na permanência sensível, no compromisso de continuar implicado sustentando o campo comum da relação com cuidado, escuta e generosidade.

Desvelamento

A quarta e última dimensão, Desvelamento, refere-se ao acontecimento íntimo propriamente dito, aquilo que irrompe no entre quando as condições anteriores se conjugam de modo singular. O desvelamento não pode ser provocado, nem controlado. Ele não deve ser reduzido a um objetivo do encontro, mas ser entendido como uma consequência possível, um acontecimento que emerge quando o campo relacional se torna suficientemente afinado, confiável e mútuo para acolher o que estava latente.

Machado (2008) afirma que o encontro íntimo ocorre quando há desobstrução da relação, onde “apenas pode ser trazido à frente, aquilo que já se encontra de algum modo aí, que já vige como aquilo que pode ser despertado, na sua ocasião” (MACHADO, 2008, p. 50). O desvelamento, assim, é fruto de

uma escuta silenciosa que amadurece no tempo certo, um tempo que não é cronológico, mas relacional.

Essa irrupção pode se manifestar de formas diversas: como um gesto inesperado, uma palavra que reorganiza os sentidos da relação, um silêncio que dissolve distâncias. Trata-se de um mistério da intimidade que quando emerge, redesenha os contornos do ser e da relação.

A concepção de verdade que sustenta essa dimensão não se apoia na correspondência entre fato e representação, mas na ideia de desocultação, um movimento existencial de trazer à luz aquilo que já se encontrava insinuado. O desvelamento, portanto, é menos sobre revelações objetivas e mais sobre o modo como o real se mostra quando a relação está pronta para ele. É intensidade e emergência. É aquilo que se anuncia sem garantias, mas que, ao acontecer, deixa o campo íntimo diferente do que era antes.

As quatro dimensões aqui propostas — Presença, Expressão, Mutualidade e Desvelamento — não constituem um modelo, nem desejam organizar a intimidade em etapas previsíveis. São agrupamentos sensíveis que emergem do entrelaçamento dos autores revisitados e das ressonâncias produzidas ao longo do percurso, oferecendo campos de escuta por onde a intimidade pode se anunciar. Como o próprio fenômeno que tentam tocar, as dimensões não se impõem nem garantem sua própria aparição, elas apenas acontecem, quando encontro, tempo e disponibilidade se afinam. Servem como mapas sutis voltados a reconhecer os gestos silenciosos que tornam os vínculos verdadeiramente transformadores.

2.2.2. Intimidade como possibilidade no design

A partir do percurso teórico desenvolvido neste capítulo, que percorreu desde as raízes etimológicas da intimidade até sua sistematização em quatro dimensões sensíveis, torna-se possível consolidar uma compreensão da intimidade como um fenômeno eminentemente relacional, que ultrapassa tanto o uso comum do termo quanto enquadramentos técnicos ou instrumentais. Em vez de ser um estágio relacional previsível, a intimidade se delineia como uma qualidade emergente, processual, situada e profundamente intersubjetiva (NARCISO, 2002; RAMPAGE, 1994; MACHADO, 2008). As quatro dimensões propostas ofereceram campos sensíveis a partir dos quais se pode reconhecer a sua manifestação nos encontros. Cada uma dessas dimensões evidencia modos distintos pelos quais a intimidade pode emergir, sustentando-se não em

prescrições, mas em disposições: estar com, escutar, revelar-se, sustentar, afinar-se e permitir (MACHADO, 2008; NARCISO, 2002).

Ao lado dessas dimensões, as contribuições de Buber e Machado permanecem como fios condutores fundamentais. De Buber, herda-se a ideia de que toda vida real é encontro, e que esse encontro só é verdadeiro quando há disposição para que o outro se apresente em sua totalidade, como um “Tu”, e não como um “Isso” (BUBER, 2009). De Machado, ressoam as noções de escuta íntima, familiaridade própria e desvelamento como acontecimentos que não se fabricam, mas que se tornam possíveis quando se cria um campo relacional suficientemente afinado (MACHADO, 2008). Ambas as abordagens convergem na recusa ao controle e à antecipação, abrindo espaço para uma compreensão da intimidade como algo que se revela quando cessam as defesas, os saberes prévios e as expectativas de eficiência.

É nesse sentido que se pode pensar a intimidade como uma possibilidade potente para o design como uma postura de abertura e escuta diante das situações de projeto, especialmente naquelas que envolvem múltiplos atores, afetos e histórias (CIPOLLA; MANZINI, 2009). Longe de ser uma zona de conforto ou harmonia idealizada, a intimidade se mostra também como lugar de confronto, de vulnerabilidade, de risco; onde o que está em jogo está para muito além do que se diz ou se faz, e próximo o modo como se está com o outro (RAMPAGE, 1994; CRESPO *et al.*, 2006).

Por isso, pensar a intimidade no design não é desejar que todas as relações sejam íntimas, mas reconhecer que há situações em que a emergência da intimidade pode transformar qualitativamente os processos de projeto. Em contextos participativos, por exemplo, a intimidade pode sustentar a partilha de experiências delicadas, o que permite a escuta de vozes silenciadas, ou ainda o que convoca a criação de vínculos mais implicados e menos instrumentais (FRAUENBERGER *et al.*, 2018).

Nesse horizonte, a intimidade se desloca da ideia de ser um objetivo a ser alcançado para uma atenção fenomenológica que se permite ser afetada pela alteridade. Ao final desse capítulo, portanto, mais do que oferecer uma definição da intimidade para o design, se busca por um contorno movente, sustentado pelas dimensões propostas, que convida à presença, ao cuidado, à escuta e à coragem de habitar o entre, mesmo quando isso envolve incerteza, ambivalência e exposição (MACHADO, 2008; BUBER, 2009).

3. Bases conceituais para um design sensível às relações

Para a fundamentação teórica do presente capítulo, a investigação buscou compreensões do design que abordem, em suas discussões, as questões relacionais entre atores envolvidos em processos de projeto. A pesquisa considera, especialmente, pautas abrangendo questões de Design, sobretudo relacionadas as pautas das abordagens estratégicas e participativas como premissas para o recorte de pesquisa.

Embora a literatura sobre design estratégico costume enfatizar sua capacidade de articular visões de futuro, coordenar sistemas e construir posicionamentos sustentáveis, há um aspecto menos evidente, mas igualmente crucial: sua ancoragem relacional. Projetar estrategicamente também exige disposição para sustentar vínculos, cultivar escutas e transitar entre mundos distintos sem dissolvê-los. Assim como no design participativo, a qualidade das relações entre os envolvidos impacta diretamente a potência transformadora do processo. Se o design estratégico se propõe a redesenhar realidades complexas, sua eficácia passa, inevitavelmente, por formas de convivência que demandam confiança, abertura e uma presença implicada.

A opção por privilegiar as abordagens do design estratégico e do Design Participativo (DP) decorre de suas afinidades com os pressupostos epistemológicos e metodológicos desta pesquisa. Ambas as perspectivas deslocam o foco do design para além da resolução de problemas isolados, passando a compreendê-lo como um campo relacional, interpretativo e situado, comprometido com a construção de sentido em meio à complexidade dos contextos vividos. O design estratégico oferece ferramentas conceituais para compreender o projeto como um processo coletivo de orientação, diálogo e articulação de saberes diversos (ZURLO, 2010; FREIRE, 2017), enquanto o DP sustenta a possibilidade de práticas projetuais compartilhadas, fundadas na corresponsabilidade, na aprendizagem mútua e na valorização da experiência vivida (SIMONSEN & ROBERTSON, 2013; DEL GAUDIO, 2021a). Ao integrar essas abordagens, a pesquisa reconhece o design não como técnica aplicada, mas como prática situada, atravessada por relações, afetos e negociações contínuas, condição indispensável para refletir sobre os modos como a intimidade pode se relacionar ao fazer projetual.

3.1. Design envolvido, relacional e estratégico

O design, ao longo de sua trajetória, buscou legitimar-se como um campo do conhecimento, com tentativas frequentes de consolidar-se como uma ciência aplicada (FINDELI, 2001). No entanto, essa busca por universalização

revelou suas limitações ao desconsiderar as particularidades e a complexidade dos contextos situados. Findeli (2001) problematiza essa visão técnica e impessoal, propondo o design como uma "ciência envolvida", onde as interações entre atores e ambiente geram transformações mútuas e constantes. Nessa perspectiva, o designer não atua "sobre" um sistema de forma externa, mas necessariamente "dentro" dele, estabelecendo uma compreensão do design como um sistema relacional de transformações contínuas. Findeli enfatiza que, nesse modelo envolvido, a investigação científica integra-se ao campo do projeto, em vez de simplesmente aplicar-se a ele, de modo que uma influencia e modifica a outra. Todos os atores estão implicados no processo e "acabam por ser transformados também", revelando um aspecto de aprendizado mútuo intrínseca ao projeto (Findeli, 2001, p.9).

Esta visão encontra ressonância em diversos autores (RITTEL e WEBBER, 1973; CROSS, 1982; CARDOSO, 2011) que caracterizam o design como meio de atuar em "problemas perversos", questões mal definidas e incertas, sem caminhos claros ou definitivos. Manzini (2017) reforça essa perspectiva ao afirmar que, quanto mais centrado no humano for o problema, mais interativo e participativo precisa ser o processo. O design revela-se, assim, como um processo de descoberta contínua, menos focado em respostas definitivas e mais na própria jornada de compreensão e reformulação dos problemas à medida que o designer se envolve no contexto.

Essa compreensão está alinhada à ideia de que, sob o paradigma da complexidade, o design deve transformar seu papel de "solucionador" de problemas para o de "problematizador", usando suas qualidades para questionar o status quo, descobrir emergências no sistema e apoiar a reorganização constante desse sistema em evolução (FREIRE, 2017, p.91-92). Em outras palavras, as qualidades do design passam a ser empregadas para colaborar na construção social de sentido, desafiando a ordem estabelecida e propondo novos significados a partir das mudanças observadas no contexto (FREIRE, 2017, p.92-93; MANZINI, 2017).

Essa concepção do design como ciência envolvida dialoga diretamente com a fenomenologia heideggeriana que, segundo Ahmed (2019), descreve o "ser-no-mundo" como modo de imersão no fenômeno, em que o sujeito simultaneamente influencia e é influenciado. Essa perspectiva "queerizada", como denomina Ahmed (2019), considera a multiplicidade de pontos de vista e orientações que consolidam horizontes particulares de percepção. A realidade, assim, é entendida como uma experiência intersubjetiva, dinâmica e aberta a transformações, onde o observador constitui parte desse processo por ser um horizonte de percepção único e situado. Tal compreensão aproxima-se do

entendimento da realidade como um processo coletivo e interativo de relações e efeitos de sentido (ZURLO, 2010, p.2). Haraway (1995, p.22) fortalece essa visão ao afirmar que todo conhecimento é corporificado e situado, intrinsecamente ligado à experiência de quem o vivencia.

Essa fundamentação fenomenológica encontra paralelo no conceito de particularidade proposto por Nelson e Stolterman (2012, p.31), segundo o qual o design é descrito como a prática que une particulares para formar a realidade experienciada. Esta visão alinha-se à proposta de Zurlo (2010), que caracteriza o Design como estratégico precisamente pela existência do que ele chama de "dimensão situada", dependente tanto da operacionalidade dos objetivos quanto das circunstâncias da ação. Isso afasta o design de uma visão neutra, pois as ações projetuais são moldadas pela multiplicidade de interesses e influências que interagem no processo.

Com efeito, Zurlo descreve o design estratégico como um "fenômeno complexo" que se realiza através do diálogo e confronto entre múltiplos atores, atuando como causa e efeito de um processo coletivo e interativo de modificar a realidade. Dessa forma, cada ação de projeto gera alguma reação, dependendo dos agentes em campo e das características do ambiente, o que confirma os aspectos recorrentes por ele mencionados. O design estratégico opera em âmbitos coletivos, suporta a ação estratégica graças às próprias capacidades, e finaliza sua operacionalidade na geração de um efeito de sentido – isto é, um resultado dotado de valor para alguém – concretizado mais em sistemas de oferta do que em soluções pontuais (ZURLO, 2010, p.2).

Essa dimensão situada e relacional permite que o design configure-se como uma prática interpretativa, profundamente imersa na construção de significado (VERGANTI, 2009). Tal abordagem ressoa com práticas como o Design Participativo (Björgvinsson *et al.*, 2010) e o Design Parlamentar (Binder *et al.*, 2015), nas quais múltiplos atores colaboram com diferentes interpretações de uma realidade em constante transformação. Como tratado por Mauri (1996), o projeto é essencialmente um ato coletivo, que pressupõe a abertura às alteridades e a ausência de julgamentos prévios, onde conflito e opiniões divergentes são indispensáveis para interrogar significados e razões.

Freire (2017) aprofunda essa perspectiva ao caracterizar o Design Estratégico como uma "ação projetual transdisciplinar", capaz de "conectar diferentes pontos de vista e entrelaçar competências diversas no processo de desenvolvimento de estratégias" (FREIRE, 2017, p.92). Nessa visão, o design estratégico transcende a busca por um objetivo final fixo, configurando-se como uma prática que facilita a criação de novos meios e promove aprendizado entre os envolvidos. O designer atua como conector e articulador de saberes, e o foco

da prática estratégica desloca-se de simplesmente resolver conflitos ou alcançar um consenso para construir um propósito coletivo que orienta o processo de criação. Como argumenta Freire (2017), o design assume a forma de um processo dialógico, onde as diferenças são organizadas em torno de um significado compartilhado, sem apagar a diversidade de saberes. Essa abordagem permite que a inovação emergja da riqueza das interações e da tensão criativa entre perspectivas distintas, respeitando tanto a complexidade dos sistemas quanto a intersubjetividade das experiências envolvidas.

3.2. Um design baseado na participação

A participação é um conceito central para se compreender como os atores se envolvem e influenciam processos coletivos. Sua origem etimológica vem do latim "*partem habere*" (ter parte) ou "*parte capere*" (tomar parte), indicando um envolvimento ativo no qual os sujeitos tanto afetam quanto são afetados pelo processo. Como define o Oxford English Dictionary (OED), participar significa engajar-se em algo cujos resultados nos impactam diretamente, criando assim um ciclo contínuo de influência mútua. Esse conceito não é um estado inerente, mas uma construção ativa. Como destacado em The Participant, "a participação nunca acontece apenas com as pessoas; em vez disso, as pessoas fazem a participação acontecer, e a fazem de inúmeras maneiras, com maior e menor consciência de seu próprio ofício" (KELTY, 2019, p.37). Ou seja, a participação é, antes de qualquer coisa, um fenômeno vivido, imbricado em relações, gestos e expectativas que transcendem sua organização formal. Quando se participa genuinamente de algo, a experiência individual entrelaça-se com a experiência coletiva de maneiras que não podem ser simplesmente reduzidas a regras ou procedimentos fixos.

"No centro da experiência de participação está a questão do que significa experimentar tornar-se um com algum coletivo... Participação é o nome para quando uma pessoa experimenta algo que não é nem simplesmente pessoal, nem simplesmente coletivo, mas um borrão de ambos" (KELTY, 2019, p.18-19).

Esta definição revela a capacidade única da participação de criar uma vivência que transcende as fronteiras entre o individual e o coletivo. Entretanto, a literatura registra historicamente uma tendência de reduzir esse fenômeno complexo a um conjunto de metodologias ou procedimentos prescritos (KELTY, 2019, p.11), abordagens que podem distanciar os sujeitos de sua experiência vivida, transformando a participação em uma série de técnicas aplicáveis, porém desprovidas de vínculo autêntico.

Kelty (2019, p.09) enfatiza que "a parte não registrada da participação acaba sendo a mais importante de todas", destacando que, ao longo do século XX, a participação foi progressivamente transformada em um conjunto de ferramentas e procedimentos quase mecânicos. Embora essa sistematização busque tornar a participação mais acessível e replicável, ela corre o risco de esvaziar seu significado mais profundo ao tratar elementos emocionais e afetivos como aspectos secundários.

A dissociação entre técnica e vivência na participação evoca preocupações já presentes desde meados do século XX sobre o papel social do design. Victor Papanek, em seu influente *Design for the Real World* (1973), antecipou muitas dessas questões ao defender que o design responsável significa projetar para as necessidades reais das pessoas, e não apenas seus desejos superficiais. Papanek argumentava que os designers tinham a obrigação de atender a problemas concretos da sociedade, atuando em prol do bem-estar social em vez de limitarem-se a estimular consumos supérfluos (Papanek, 1973). Margolin e Margolin (2002) expandem esse argumento ao posicionar o design como uma prática intrinsecamente social e ética, voltada à solução de problemas humanitários. Ao estabelecer as bases para uma compreensão do design como prática fundamentalmente relacional e socialmente engajada, essas visões ampliaram a noção de responsabilidade dos designers, exigindo deles não apenas competência técnica, mas também consciência crítica de seu papel na transformação social.

Essa busca por um design socialmente comprometido encontrou expressão concreta no Design Participativo (DP), que surgiu na Escandinávia nos anos 1970. Nascido como reação democrática ao impacto das tecnologias automatizadas nos ambientes de trabalho (SIMONSEN & ROBERTSON, 2013), o DP emergiu como alternativa crítica às limitações do design centrado no usuário tradicional que, apesar de suas contribuições, não oferecia participação substantiva aos trabalhadores nas transformações que afetavam diretamente suas vidas laborais. O DP viabiliza a coconstrução de compreensões multifacetadas, impulsionando o diálogo social e transformando relações entre diferentes atores (DEL GAUDIO, 2021a).

Simonsen e Robertson (2013, p.2) definem o DP como "um processo de investigação, compreensão, reflexão, estabelecimento, desenvolvimento e apoio à aprendizagem mútua entre vários participantes na 'ação-reflexão' coletiva". Nesta abordagem, os envolvidos assumem simultaneamente os papéis de usuários e de designers, criando um ambiente onde profissionais do design buscam compreender as realidades dos usuários, enquanto estes articulam seus objetivos e aprendem as ferramentas adequadas para alcançá-los. A qualidade

do processo está diretamente vinculada à capacidade dos participantes de moldar os rumos do projeto por meio dessa colaboração.

Essa discussão encontra ressonância nas críticas de Yoko Akama e Ann Light (2012), que deslocam o foco do método para a prática situada da facilitação. Para elas, a participação não se reduz a um conjunto de técnicas, mas emerge na forma como designers e comunidades se encontram, improvisam e respondem às contingências sociais e afetivas que atravessam cada situação. Tal perspectiva rompe com a “higienização metodológica” do campo, ressaltando que o verdadeiro objeto de análise não é o método em si, mas o modo encarnado de praticá-lo.

Mais que uma metodologia, o DP carrega consigo uma postura epistemológica crítica, desafiando hierarquias tradicionais de poder e promovendo maior equilíbrio entre todos os envolvidos. Os atores experimentam, refletem sobre suas ações e ajustam suas práticas continuamente em um processo colaborativo. Del Gaudio (2021a, p.2) sublinha que "os usuários possuem conhecimento único e em primeira mão sobre suas situações", sendo essencial sua contribuição para a construção do conhecimento coletivo. O poder decisório, assim, distribui-se entre todos os participantes, e não apenas entre os designers profissionais.

Apesar desses avanços, a literatura tradicional no campo do Design concentra-se predominantemente em aspectos técnicos e procedimentais, deixando de lado a importância da experiência vivida e de aspectos relacionais e subjetivos (FRAUENBERGER *et al.*, 2018; BOTERO *et al.*, 2020; NORONHA, 2023; DEL GAUDIO, 2023). Em outras palavras, justamente aquele aspecto experiencial – a "parte não registrada" da participação de que trata Kelty – permanece frequentemente invisível nas abordagens predominantes, embora seja fundamental para a qualidade do processo (Kelty, 2019, p.09).

Essa lacuna vem sendo reconhecida nas agendas contemporâneas do campo: a literatura discute a necessidade de abordar não apenas as interações visíveis de palco, mas também o trabalho relacional de bastidor e as experiências emocionais associadas à prática do DP (Smith *et al.*, 2025, p.7). Postula-se, assim, uma maior sensibilidade relacional por parte dos designers, capaz de tornar o processo de projeto mais atento ao cuidado, à responsabilidade e às especificidades dos contextos contingentes nos quais se insere (Smith *et al.*, 2025, p.7).

Um aspecto frequentemente ausente nas teorizações sobre DP é precisamente essa característica afetiva e relacional. Frauenberger *et al.* (2018) identificaram uma escassez de contribuições que abordem as questões emocionais e subconscientes que influenciam a participação dos atores. Essa

lacuna é particularmente relevante quando se considera o apelo de Papanek (1973) por um design mais humano e capaz de responder às necessidades reais das pessoas. As publicações acadêmicas costumam focar em como operacionalizar a participação ou em seus resultados mensuráveis, mas raramente exploram o que constitui sua essência, isto é, como a participação efetivamente acontece e qual sua qualidade experiencial (FRAUENBERGER *et al.*, 2018, p.4). Iniciativas recentes buscaram abordar essas questões, a exemplo do tema "Participation(s) Otherwise" da PDC¹⁴ 2020 (Participatory Design Conference), que visou promover discussões sobre diferentes formas de pensar participação e inclusão nos processos de design. No entanto, mesmo nesse contexto, os debates ocuparam-se predominantemente de questões metodológicas, reconhecendo a importância da questão relacional, porém sem desenvolver reflexões mais profundas sobre esse aspecto.

Em resposta a essa limitação, vêm surgindo movimentos que não apenas criticam o esvaziamento da experiência no DP, mas propõem alternativas concretas para ressignificá-la. Um exemplo disso é o projeto Keywords in Participatory Design (AGID *et al.*, 2021), que propõe uma cartografia coletiva de palavras que desafiam entendimentos cristalizados da participação, abrindo espaço para conceitos relacionados a mutualidade e cuidado, reforçando a necessidade de repensar o vocabulário e a sensibilidade que orientam o fazer participativo. Essa cartografia viva busca tensionar entendimentos cristalizados da participação e abrir espaço para formas plurais, sensíveis e mais implicadas de estar-junto. Ao deslocar o foco das metodologias para os modos de relação, esse repertório amplia a sensibilidade epistemológica do campo, ecoando os chamados por uma prática mais situada, ética e afetiva — tal como esta pesquisa também propõe.

Buscando superar essas limitações, Noronha (2023) expandiu o entendimento sobre a participação no design a partir de uma perspectiva relacional e sistêmica. Explorando o conceito de correspondências, ela propõe um deslocamento do foco projetual tradicional para um fazer situado, no qual designers e participantes coconstroem conhecimento em interação com seus contextos. Ao questionar abordagens funcionalistas e universalizantes, Noronha destaca a necessidade de um design atento às dinâmicas intersubjetivas e aos fluxos materiais, enfatizando que a participação não ocorre apenas em momentos isolados do processo, mas desenvolve-se como um campo de trocas contínuas e sensíveis. A ideia de correspondência, nesse sentido, transcende a

¹⁴ O Participatory Design Conference (PDC) é um dos principais eventos internacionais dedicados ao Design Participativo, reunindo pesquisadores e profissionais para discutir abordagens colaborativas em design. Mais informações: <https://dl.acm.org/doi/proceedings/10.1145/3384772>

noção de um método de pesquisa, configurando-se como um modo de estar-no-mundo e de aprender com ele. Em lugar de um designer que aplica técnicas sobre um grupo, emerge um profissional que se deixa afetar pelo contexto, reconhecendo que o conhecimento constrói-se na interação e na experiência compartilhada (NORONHA, 2023). Esse conceito contrapõe-se à visão funcionalista do design, sugerindo que os processos de projeto devem orientar-se não apenas para a resolução de problemas, mas para a criação de novas possibilidades de existência coletiva.

Na mesma linha crítica, Del Gaudio (2023), em "(In)Visible Participants", examina como a institucionalização do conhecimento pode silenciar as experiências dos participantes nos processos de design, evidenciando que infraestruturas de opressão e marginalização muitas vezes são perpetuadas por práticas de design que desconsideram a vivência dos sujeitos envolvidos. A autora aponta para a necessidade de uma abordagem mais complexa e multicamada, que reconheça o desejo e o afeto como fatores centrais na participação. Sua análise revela como estruturas de poder podem reproduzir-se caso não se centralizem as vozes e experiências dos participantes, ressaltando a importância de colocar essas vivências no centro tanto dos processos quanto dos resultados de design.

Frauenberger *et al.* (2018, p. 4) alertam que o desafio de incorporar dimensões experiencial e afetiva ao DP intensifica-se justamente pelo caráter idiográfico¹⁵ desse campo. Cada projeto reúne um conjunto irrepetível de atores, contextos e relações, instaurando dinâmicas sociais singulares que moldam os processos e condicionam seus resultados. A participação ativa acentua essa particularidade, exigindo abordagens sensíveis às especificidades de cada iniciativa. No entanto, isso traz um impasse: quanto mais situado o processo, mais difícil se torna sua replicação ou generalização, o que desafia os anseios de democratização e disseminação do DP em escala mais ampla. Frente a isso, os autores defendem uma postura epistemológica que abandone a “visão do nada” em favor de uma “visão de algum lugar” — um saber situado, consciente de suas condições de emergência, e que assuma a parcialidade como potência crítica (FRAUENBERGER *et al.*, 2018).

A necessidade de repensar o design a partir da experiência e das relações manifesta-se concretamente em práticas emergentes como o Design Aberto P2P. Del Gaudio, Tanaka e Pastori (2021b, p.162) descrevem, em um de seus estudos de caso, uma experiência significativa denominada "The

¹⁵ Aquilo que considera os fatos individualmente, analisando as características particulares e individuais; opõe-se ao que se pauta em análises gerais: método científico idiográfico; disciplina idiográfica. (<https://www.dicio.com.br/idiografico/>)

beginning", na qual uma designer inicia sua atuação com uma abordagem bastante institucionalizada, apoiando-se em técnicas e metodologias convencionais do design social. Contudo, ao perceber a resistência dos moradores e a desconfiança em relação a intervenções externas, ela promove um verdadeiro deslocamento em sua prática: abandona os métodos estruturados e passa a envolver-se diretamente com a comunidade, construindo vínculos afetivos e permitindo que o design emergja organicamente das relações estabelecidas.

Esse movimento ilustra um princípio essencial daquilo que pode se compreender próximo a perspectiva proposta por esta pesquisa no contexto participativo. Em vez de posicionar-se como uma figura externa que conduz e organiza o processo, a designer dissolve-se na experiência vivida, abrindo-se à presença e à construção conjunta com a comunidade (DEL GAUDIO *et al.*, 2021b, p.162). O design deixa de ser um conjunto de ferramentas aplicadas de fora para dentro e passa a ser uma dinâmica cocriada, informada pelas interações cotidianas, pelos desafios situados e pelas relações interpessoais. Reforça-se, assim, o papel do design como um campo relacional que potencializa modos diversos de existência. Todo o processo revela-se invariavelmente situado (HARAWAY, 1995) e envolvido (FINDELI, 2001), no qual a informação é contextualizada e o conhecimento é coconstruído e vivenciado. Consolida-se a compreensão do design como processo, e não apenas como resultado ou entrega final.

Nesse contexto atual, tal compreensão adquire especial relevância frente aos desafios globais e à urgência de transições sustentáveis. O Routledge International Handbook of Contemporary Participatory Design sublinha a importância de alicerçar práticas participativas sólidas e situadas para "ativamente enfrentar desafios sociais e moldar o futuro do planeta", cocriando futuros sustentáveis e transformadores em múltiplas escalas (Smith *et al.*, 2025, p.8). Como argumentam os autores, o potencial transformador do DP reside em compromissos firmes fundamentados em valores de democracia e empoderamento, conectando iniciativas em diferentes contextos e escalas sem abrir mão de sua forte situacionalidade. Em outras palavras, apenas por meio de uma atuação profundamente enraizada nos contextos locais, em vez de generalizações simplificadoras, o DP consegue efetivamente ampliar seu alcance sem trair seus valores, contribuindo para a construção de alternativas sociotécnicas e ecológicas para o futuro (Smith *et al.*, 2025, p.8).

Em face de tudo isso, delineia-se uma possibilidade de uma reorientação ética e epistemológica no Design Participativo que coloque as relações e os afetos no centro dos processos de projeto. Trata-se de preservar o potencial

emancipatório da participação, resistindo às tendências de instrumentalização e criando espaços onde experiências coletivas genuínas possam florescer. Assim, o design, enquanto possibilidade de uma nova perspectiva de prática, relacional e situada, pode afirmar-se como agente de transformação, capaz de articular saberes diversos e de cultivar uma criatividade social necessária para enfrentar os desafios complexos do mundo contemporâneo. Em suma, ao adotar essa nova perspectiva, o design pode ampliar sua capacidade de transformação social, ao mesmo tempo em que mantém-se fiel às experiências e aos contextos que lhe dão sentido.

3.3. Encontros conceituais entre design e intimidade

Esta seção propõe uma aproximação entre dois campos que, embora distintos em origem, compartilham sensibilidades fundamentais: o design, especialmente em suas vertentes estratégica e participativa, e a intimidade, pensada como fenômeno relacional e situado. Busca-se aqui uma costura sensível, capaz de revelar como ambos os campos se atravessam nas questões do estar-com, da escuta e da construção conjunta de sentido.

Conforme visto, o design contemporâneo, especialmente nas vertentes participativa e estratégica, é entendido como uma prática profundamente relacional e situacional. Autores como Findeli (2001) enfatizam que o design não é mais uma ciência apenas aplicada de fora para dentro, mas sim uma “ciência envolvida” na qual o designer atua dentro do sistema, participando, afetando-se e sendo afetado por ele. Nesse modelo, as interações mútuas transformam tanto o contexto quanto o próprio designer, revelando um aprendizado intrínseco ao processo projetual.

Essa perspectiva é reforçada por Light e Akama (2012; 2018), que entende o design participativo como prática sensível ao entre. Para a autora, as relações não se constroem em um plano paralelo ao projeto, mas são o próprio tecido que o torna possível. Em vez de eliminar a contingência e a emoção, ela sugere acolhê-las como matéria do processo, reconhecendo que a qualidade do design não reside apenas em soluções projetuais, mas na intensidade e na ética das relações que se produzem no caminho.

De forma complementar, Gutiérrez (2021a; 2021b) radicaliza esse deslocamento ao questionar o próprio campo gravitacional do design moderno, apontando para a necessidade de reconhecer práticas criativas que não se identificam como design e que, por isso, revelam o design como o outro. Suas noções de *dessobons* e *designs-other* desafiam a tendência de converter todas as práticas em adjetivos do design, propondo uma fuga em direção a

epistemologias plurais, situadas nos sul(es), que resistem à homogeneização disciplinar. Essa crítica amplia o horizonte para pensar o design como parte de um campo mais vasto de relações, no qual intimidade e alteridade se entrelaçam.

De modo similar, Freire (2017) caracteriza o design estratégico como uma ação projetual dialógica e transdisciplinar, capaz de “conectar diferentes pontos de vista e entrelaçar competências diversas” na construção de estratégias coletivas. Manzini (2017) reforça que, quanto mais centrado no humano é o problema, mais colaborativo e participativo deve ser o processo de design. Nesse contexto, o design já reconhece que a inovação e a criação de sentido emergem da riqueza das interações entre os atores e da coconstrução de conhecimentos, considerando o projeto não apenas como entrega técnica, mas como “processo coletivo de orientação, diálogo e articulação de saberes diversos”. Em suma, os estudos de design destacam a necessidade de deslocar o foco de soluções prontas para um modelo de pesquisa-projeto envolvido, interpretativo e relacional, em que afetos e negociações contínuas permeiam o trabalho projetual.

Paradoxalmente, as teorias sobre intimidade também ressaltam esses aspectos profundos do encontro humano. Narciso (2001, 2002) concebe a intimidade como um “tecido relacional entrelaçado por fios”, em que a partilha, a autorevelação, o apoio emocional, a confiança, a mutualidade e a interdependência tecem relações densas e vivas. Para Crespo *et al.* (2006), intimidade é “estar-com o outro sem ser parte dele”, indicando que a profundidade relacional não exige fusão ou simbiose, mas sim uma convivência sensível entre singularidades. De forma complementar, Rampage (1994) afirma que a intimidade “se manifesta pela abertura entre os atores [...] que são capazes de coordenar suas ações de modo a refletir sua construção mútua de significados”. Ou seja, o íntimo aparece quando os sujeitos criam, conjuntamente, um campo relacional cocriado de significados. Importante notar que Prager (1995) reconhece nessa dinâmica uma tensão inerente: embora a intimidade propicie experiências positivas, “não está isenta de conflitos e tensões”; a própria autorrevelação, gesto aparentemente central à intimidade, “expõe zonas de vulnerabilidade” que tornam o vínculo simultaneamente fértil e arriscado. Essa visão traz à tona o caráter dialógico e imprevisível da intimidade, que pode ser tanto um gesto de cuidado quanto um campo de tensão. A filosofia de Martin Buber sintetiza esse entendimento afirmando que “toda vida real é encontro”, ou seja, só há existência significativa no entre-encontro com o outro em sua totalidade (um “Tu”, e não um “Isso” abstrato). Machado (2008) amplia essa compreensão ao destacar gestos como a escuta íntima e a “familiaridade própria”: afeição cultivada no instante presente, sem antecipações nem defesas, que permite ao sujeito ser afetado pelo outro e “desvelar” novas verdades

mútuas. Em suma, as abordagens sobre intimidade convergem em mostrá-la como um fenômeno processual, intersubjetivo e sensível ao contexto, que desponta quando cessam o controle e as prévias certezas.

Esses contornos conceituais, de uma leitura do design mais relacional e de intimidade como prática do encontro, apontam convergências promissoras. Por um lado, o Design Participativo (DP) e Estratégico valorizam a corresponsabilidade, a aprendizagem mútua e a abertura ao outro, aproximando-se do que a intimidade descreve como partilha de experiências e construção conjunta de sentido. Como destaca Del Gaudio (2021a), nesses processos “os usuários possuem conhecimento único e em primeira mão sobre suas situações”, devendo participar ativamente da cocriação do conhecimento coletivo. Isso dialoga diretamente com as noções de confiança, autorevelação e coordenação compartilhada descritas por Narciso e Rampage. No design, o ideal é romper hierarquias tradicionais de poder (DEL GAUDIO, 2021b), ao mesmo tempo em que se acolhe a multiplicidade de perspectivas (FREIRE, 2017). Por outro lado, críticos do design têm observado lacunas complementares às análises de intimidade: Kelty (2019), por exemplo, salienta que a participação autêntica acaba sendo diluída por “uma série de técnicas aplicáveis, porém desprovidas de vínculo”. Em outras palavras, a experiência relacional fica frequentemente reduzida a procedimentos formalizados. Frauenberger *et al.* (2018) corroboram esse alerta, constatando escassez de trabalhos que tratem explicitamente das questões emocionais e subscientes que influenciam a participação. Ou seja, embora o design valorize a colaboração e o diálogo, seus estudos tradicionais muitas vezes ignoram o que Kelty chama de “parte não registrada da participação”, um conteúdo supostamente íntimo, afetivo e tácito que dá profundidade às relações.

É nesse limiar que a perspectiva da intimidade mostra sua relevância para o design. Ela oferece uma lente capaz de ressaltar justamente o que costuma escapar às abordagens mais instrumentais. Integrar a intimidade pode significar o movimento de adotar uma postura fenomenológica de atenção ao estar-com. Trata-se de manter uma presença ética e sensível no processo projetual. Por exemplo, em contextos participativos, a intimidade pode sustentar o compartilhamento de experiências delicadas e a escuta de vozes silenciadas, criando vínculos menos instrumentais e mais implicados. Da mesma forma que Cipolla e Manzini (2009) sugerem design como prática de abertura aos afetos e histórias de múltiplos atores, pensar intimamente significa também acolher o imprevisto no “entre” relacional. É sobre reconhecer o campo afetivo como parte vital do projeto, onde o que está em jogo não é apenas o que se diz ou faz, mas como se está com o outro. Essa postura permite que os atores se sintam seguros

para revelar-se em sua inteireza (mesmo em sua vulnerabilidade), confiando que suas contribuições serão cuidadas.

Dessa maneira, as conexões entre intimidade e design sustentam a proposta desta pesquisa como oportuna e pertinente. Ao privilegiar um tipo de qualidade sensível das interações, a perspectiva por um viés de intimidade pode expandir o foco do DP e estratégico para incluir afetos, escutas e compromissos implícitos que normalmente ficariam nas sombras. Essa abordagem também reforça que a participação vai muito além de uma técnica, mas vivência compartilhada, e que as relações intersubjetivas, caracterizadas por abertura, reciprocidade e disponibilidade, são essenciais para a geração de processos projetuais significativos. Em suma, ao costurar as contribuições de Buber, Narciso, Machado e outros pensadores da intimidade com os debates de Findeli, Freire, Del Gaudio, Frauenberger, Kelty e colegas, evidencia-se que incorporar a intimidade como perspectiva processual pode transformar qualitativamente o design.

Na próxima seção, a investigação desloca-se para a exposição do caminho metodológico trilhado, detalhando as escolhas éticas e epistemológicas que sustentaram a escuta dos relatos que, mais adiante, permitirão entrever versões sensíveis da intimidade em relação com práticas participativas no design.

4. PROPOSTA METODOLÓGICA

Este capítulo apresenta o percurso metodológico que sustentou a pesquisa. Trata-se de uma investigação qualitativa, de natureza exploratória, inspirada em fundamentos fenomenológicos e hermenêutico-interpretativos. A proposta metodológica privilegiou a escuta e a descrição densa da experiência, buscando compreender como a intimidade se manifesta em práticas de design participativo. Para isso, foram realizadas entrevistas narrativas abertas, conduzidas a partir de uma postura implicada e reflexiva, e posteriormente analisadas com base em aproximações interpretativas que valorizam a coerência interna e o sentido vivido dos relatos. A estrutura do capítulo se organiza do mais conceitual ao mais prático: inicia pela fundamentação epistemológica adotada (4.1), passa pelos critérios de escolha dos participantes (4.2), detalha os procedimentos de escuta (4.3) e, por fim, apresenta os caminhos de análise que permitiram a construção das versões de intimidade discutidas nos capítulos seguintes (4.4).

Esse percurso metodológico refletiu a própria natureza da intimidade, aqui compreendida como um fenômeno relacional, situado e inapreensível por categorias fechadas. A intimidade, assim como a pesquisa, se revela no entre — no intervalo do encontro, na vibração da presença e na escuta que não antecipa. Por isso, o método precisou ser mais do que um conjunto de procedimentos: ele se configurou como uma disposição sensível e responsiva para acompanhar os modos pelos quais algo se deixa entrever.

Assim, esta investigação propõe-se a experimentar uma metodologia aberta, que se constrói na e com a relação, em busca de versões de intimidade.

4.1. Abordagem e Fundamentação Epistemológica

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa e fenomenológica para investigar a intimidade como uma perspectiva processual no DP. Fundamentado na fenomenologia hermenêutica (VAN MANEN ¹⁶, 2016), o método busca compreender como a intimidade é experienciada e narrada por diferentes atores em processos participativos. A pesquisa se configurou como uma investigação

¹⁶ Max Van Manen (2016) desenvolveu um método de pesquisa baseado na fenomenologia hermenêutica, voltado para a compreensão e interpretação da experiência vivida (lifeworld experience) a partir dos relatos dos participantes. Sua abordagem enfatiza uma escuta atenta e uma análise interpretativa, sem uma estrutura rígida, buscando captar a essência dos fenômenos tal como são vividos. Suas principais características incluem a investigação das experiências vividas, a ênfase na descrição reflexiva em vez da mera categorização de dados, um engajamento interpretativo que incorpora a leitura crítica do pesquisador, a valorização da linguagem e da narrativa como reveladoras de sentidos mais profundos, e um processo de pesquisa dialógico, em que as entrevistas se desenvolvem de forma aberta, permitindo reformulações para aprofundamento dos significados.

dialógica (FREIRE, 1987), onde a relação entre pesquisador e participantes não seguiu uma lógica de extração de dados, mas emergiu como um espaço de construção conjunta de sentidos.

Dado que a intimidade, conforme explorado ao longo desta dissertação, não pode ser projetada ou instrumentalizada, mas apenas reconhecida e favorecida em suas condições de emergência, a própria metodologia precisou refletir esse caráter relacional. Assim, optou-se por um método que privilegiou a experiência vivida dos participantes e a abertura para que suas narrativas guiassem os caminhos da pesquisa, permitindo que as compreensões sobre a intimidade no DP surgissem a partir do diálogo e do compartilhamento de experiências. Este estudo visou não apenas mapear as experiências dos participantes, mas também refletir sobre as diversas versões de intimidade que se manifestam nos processos participativos.

4.2. Seleção dos Participantes

A seleção dos participantes foi orientada por critérios que respeitaram a diversidade de perspectivas e contextos de participação. Considerando que não se buscou uma generalização estatística, mas uma exploração situada das experiências, os entrevistados foram escolhidos com base nos aspectos:

Afinidade com processos participativos – Independente do vínculo teórico com o Design Participativo, os participantes selecionados deveriam demonstrar envolvimento com dinâmicas colaborativas.

Diversidade de áreas de atuação – O objetivo foi capturar diferentes compreensões sobre intimidade em processos projetuais participativos, ainda que não provenientes especificamente da área do design.

Experiência vivida – Buscou-se por narrativas de pessoas que possuem envolvimento em projetos de caráter participativo.

Variedade de contextos – Os participantes foram procurados por suas atuações em diferentes cenários, comunidades, espaços e projetos.

A seleção dos participantes se deu por meio de duas estratégias principais. A primeira envolveu a indicação de nomes por pares, após a apresentação dos critérios de interesse da pesquisa. A segunda foi através da busca ativa em congressos, eventos e palestras sobre DP divulgados a partir da busca em plataformas como o *Google* e o *Instagram*, durante os meses que antecederam as entrevistas. Nessa etapa, foram identificados palestrantes que articulavam eixos temáticos relacionados às práticas participativas, com os quais entrou-se em contato diretamente por mensagens nas redes sociais. Ao todo,

foram convidadas 20 pessoas. Dessas, 15 responderam positivamente, 10 compatibilizaram agenda e 7 entrevistas, de fato, aconteceram.

4.3. Procedimentos de Coleta de Informações

A investigação foi conduzida por meio de entrevistas fenomenológicas abertas (SEIDMAN, 2006), centradas na subjetividade dos relatos e na qualidade relacional dos processos participativos. O objetivo foi criar um espaço de escuta e interação que possibilitasse aos entrevistados compartilharem suas percepções sobre contextos projetuais participativos, sem a rigidez de um roteiro estruturado.

Fundamentado na fenomenologia hermenêutica de Van Manen (1990, 2016), o estudo priorizou a escuta das experiências vividas, reconhecendo que cada relato é situado, relacional e irrepetível. A atenção foi voltada às tonalidades afetivas, temporais e situadas que emergiram nos encontros, sem a pretensão de neutralidade ou distanciamento analítico. Essa escolha foi alinhada a uma perspectiva dialógica de pesquisa, inspirada em Freire (1987), que compreende a entrevista como um espaço de construção compartilhada de sentidos, em vez de um instrumento de extração de informações.

O pesquisador atuou como facilitador atento do diálogo, conduzindo as entrevistas com perguntas abertas, guiado por duas intenções principais: compreender o que o Design Participativo significa para o entrevistado e como ele vivencia essas práticas; e, nos momentos finais, explorar a segunda intenção: o conceito de intimidade, investigando suas aproximações e distanciamentos em relação ao campo do design. Intencionalmente, diversas outras perguntas pontuais, para aprofundar pontos que iam sendo levantados, foram sendo feitas de maneira espontânea ao longo da conversa, em resposta ao que era trazido à tona no momento.

As entrevistas foram realizadas por videoconferência, com duração aproximada de uma hora cada. Todas foram registradas com o consentimento dos participantes por meio de um agente de inteligência artificial (IA), presente como terceiro convidado na sala virtual. Esse recurso foi responsável pela gravação em áudio e vídeo, bem como pela transcrição integral do conteúdo, o que permitiu ao pesquisador dedicar-se inteiramente ao diálogo, sem a necessidade de anotações durante a entrevista.

4.4. Procedimentos de Análise

As entrevistas que compõem esta pesquisa foram analisadas sob uma perspectiva fenomenológica hermenêutica (VAN MANEN, 2016), com ênfase na preservação da singularidade de cada encontro e da maneira própria como a intimidade se revelou em cada conversa. A escolha por organizar os dados em forma de narrativas individuais partiu do reconhecimento de que as experiências vividas eram versões situadas, irrepetíveis e atravessadas por tonalidades afetivas, temporais e relacionais que não se deixavam capturar por categorias rígidas ou classificações generalizantes.

Em vez de buscar regularidades entre os relatos, a análise propôs-se a acompanhar a emergência da intimidade em suas formas particulares, respeitando os contextos, os modos de presença e as sensibilidades de cada participante. Essa escuta sensível e aberta foi inspirada também na perspectiva dialógica de Freire (1987), que compreende o encontro entre pesquisador e participante como espaço de construção mútua de sentidos — e não como extração de dados. Assim, a intimidade foi tratada não como um objeto a ser definido previamente, mas como algo que se deixa entrever quando há tempo, presença e abertura.

A escuta do material empírico assumiu um compromisso com a descrição densa das experiências relatadas, valorizando o que emergia no entremeio das palavras, nos ritmos e gestos das falas. A análise seguiu um percurso interpretativo que se desdobrou em duas etapas principais:

Imersão nos relatos transcritos: leitura atenta e repetida das transcrições, com foco na identificação de passagens que evidenciassem aspectos relacionais da experiência participativa. Nessa etapa, buscou-se destacar trechos em que os participantes abordavam suas formas de se implicar, conectar, afetar ou distanciar no contexto dos processos de design.

Composição de narrativas sintetizadas: cada entrevista foi retrabalhada na forma de uma narrativa coesa, que costurou os fragmentos mais significativos utilizando as próprias palavras dos participantes, em citações diretas, entrelaçadas por trechos de ligação escritos pelo pesquisador. Essas amarrações visaram permitir que a lógica interna de cada relato se mantenha perceptível, respeitando o ritmo e a linguagem do entrevistado. A intenção foi fazer emergir, em cada caso, uma possível versão da experiência de participação e de intimidade com base na experiência daquele sujeito.

5. RESULTADOS

Este capítulo apresenta os relatos das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa, organizados como narrativas individuais que expressam diferentes modos de vivenciar e compreender a intimidade em processos de Design Participativo (DP). Cada encontro foi único, marcado por tonalidades afetivas, contextos situados e modos próprios de dizer e, por isso, optou-se por manter a integridade e a particularidade de cada voz, sem a tentativa de homogeneizar as falas ou extrair categorias gerais. O que se revela são indícios de versões de intimidade: modos parciais, situados e provisórios de nomear algo que muitas vezes escapa à definição, mas que ainda assim se faz sentir, como gesto, como presença, como possibilidade de encontro.

5.1. Narrativas

Para contextualizar cada entrevista, a seguir é apresentada uma tabela (Tabela 1) com informações essenciais sobre a situacionalidade dos participantes; essa apresentação busca reconhecer a parcialidade e a localização de cada fala, assumindo, com Haraway (1995), que todo conhecimento é situado. Ao invés de apagar as diferenças, opta-se por evidenciá-las como constituintes das experiências compartilhadas. Cada entrevista também recebeu um título, escolhido a partir de uma escuta atenta ao tom, às imagens e aos sentidos que emergiram de cada narrativa. Esses títulos são gestos interpretativos que, com delicadeza, buscam reconhecer e nomear a singularidade de cada encontro.

TABELA 1. Perfis dos Entrevistados

	Data	Plataforma	Perfil entrevistado	Título
1	25/03/2025 17:30 - 18:30	Google Meet	Mulher parda, 48 anos, designer e doutora em criação. Com ampla experiência em design de interação para museus, sua trajetória acadêmica e profissional é marcada pelo interesse em processos de participação e aprendizagem. Atualmente, concilia a docência em universidades de Medellín com a atuação em projetos que compreendem o design como experiência relacional e transformadora, que ultrapassa o campo estético e ativa linguagens de participação.	O tempo do corpo do outro
2	01/04/2025, 10:30 - 11:30	Google Meet	Mulher branca, 35 anos, arquiteta e urbanista com formação e pós-graduação voltadas para processos participativos na América Latina. Atua em projetos que priorizam a cocriação de espaços com comunidades locais e lidera um estúdio próprio dedicado ao envolvimento comunitário. Sua prática se sustenta em uma escuta atenta aos símbolos e repertórios afetivos dos territórios.	Escutar o que não pode ser previsto

3	10/04/2025, 15:30 - 16:30	Google Meet	Mulher branca, 30 anos, designer formada e pós-graduada pela Unisinos. Possui trajetória em design organizacional e inovação, articulando práticas participativas à escuta das experiências cotidianas dos usuários. Em seus projetos e entrevistas, investiga como o vínculo e a escuta profunda influenciam a qualidade das relações construídas ao longo do processo.	Qualidade do encontro
4	10/04/2025, 17:00 - 18:00	Google Meet	Homem pardo, 29 anos, designer e pesquisador maranhense. Sua investigação acadêmica se dá em profunda interlocução com comunidades tradicionais de cerâmica do Maranhão. Atua no entrelaçamento entre saberes populares e científicos, buscando caminhos de regeneração cultural junto a artesãs quilombolas. Sua prática de design participativo parte da presença, do tempo e da legitimidade construída no encontro.	Permissões que legitimam
5	11/04/2025, 09:00 - 10:00	Google Meet	Mulher branca, colombiana, designer, com mestrado e doutorado realizados em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, respectivamente. Durante o doutorado, aprofundou-se no campo do Design Participativo a partir de uma imersão na Dinamarca. Atualmente professora na Universidade Federal de Pernambuco, compreende o design como território de travessia entre antropologia, política e escuta.	Negociações e limites
6	15/04/2025, 09:30 - 10:30	Google Meet	Homem branco, engenheiro e empreendedor social. Após atuar por anos no setor digital, redirecionou sua trajetória para projetos voltados à cidadania ativa e inovação social em Porto Alegre. Atua como articulador em iniciativas como o Pacto Alegre, promovendo processos colaborativos em territórios urbanos. Sua prática está ancorada na escuta, na confiança e na construção coletiva.	Confiança como condição
7	15/04/2025, 11:00 - 12:00	Google Meet	Homem branco, designer com trajetória voltada ao encontro entre design e práticas sociais. Desde 2007 atua com comunidades, movimentos sociais e políticas públicas, participando de projetos com o SEBRAE e de iniciativas em bairros periféricos de Lisboa e do Maranhão. Sua prática busca tensionar o papel do designer como protagonista, promovendo uma escuta situada e a abertura à participação como condição relacional.	Uma condição relacional
Fonte: elaborado pelo autor (2025)				

Entrevista 01| O tempo do corpo do outro

Ao longo da primeira entrevista, a participante posicionou o Design Participativo (DP) como uma “ética do encontro”. Ao narrar sua trajetória, revelou que o DP é, para ela, “uma forma de estar com o outro, uma filosofia, uma maneira de entender a vida e as relações... o DP é um campo expandido de criação e escuta”, onde “o design também precisa ser desenhado”. O design, para ela, se “estende aos encontros”, o participativo, como expressão dessa

postura, exige “escuta e cuidado com o como e com o quando se convoca alguém a dizer.”

A atuação da participante está profundamente conectada a projetos de grande sensibilidade, lidando com situações delicadas como violência e silenciamento na Colômbia, com pessoas de diferentes níveis de saber. Por isso, antes de tudo, qualifica o DP como um “espaço para que o outro se expresse, sem a pressão de conhecimentos técnicos”. Para lidar com essas vulnerabilidades, destaca a importância de que essa expressão não seja exclusivamente verbal: “Se o espaço participativo for só uma roda de conversa, ele corre o risco de virar um juízo coletivo, onde todos repetem o que já foi dito.” Ao estimular que cada pessoa possa criar algo antes de falar, “a conversa se abre com mais profundidade, com mais verdade.”

A escuta aparece como um eixo transversal de sua prática. “Escutar não é apenas ouvir, mas prestar atenção ao que o corpo, o grupo, o silêncio também dizem.” A escuta verdadeira, segundo ela, acontece quando há “abertura real”. Em diversos de seus relatos, o tempo aparece como um elemento central. Relatou situações em que o envolvimento com participantes levou semanas até que algum nível de abertura se estabelecesse. Disse: “Especialmente em contextos marcados por experiências de violência, o tempo é um fator ético: apressar-se pode ser um modo de ferir.” O tempo certo não é o do cronograma do projeto, mas o “tempo do corpo do outro”.

Ao relatar sua experiência no projeto “Encender la Verdad”, compartilhou a delicadeza de lidar com memórias feridas ao contar de uma participante que, ao ser convidada a relatar, sentiu-se atravessada por uma dor profunda. “Não sabíamos que aquela mulher havia passado por uma violência tão profunda. Ela se sentiu reativada ao ser convocada a lembrar.” Por mais que houvesse preparo dos designers para lidar com o emocional dos participantes, ela destaca a complexidade da subjetividade e da afetividade nos processos participativos.

Como consequência desse relato, ao ser questionada sobre o conceito de intimidade, sua compreensão não surgiu como abertura total, mas como responsabilidade. “Intimidade é manter a privacidade de quem deseja contar algo” — e isso implica desenhar ambientes em que a pessoa possa se expressar sem se expor. “Se o dado é sensível, é preciso criar o espaço para que ele possa ser dito, e não apenas coletado.” Para ela, a intimidade é algo que não pode ser violado, nem mesmo por processos participativos. Retomando o episódio anterior, afirma: “Para não violar a intimidade do outro, é preciso dizer, com antecedência, como as coisas vão acontecer.”

Nessa linha, trouxe o exemplo de uma instalação artística em que mulheres narravam suas histórias pessoais protegidas por uma cortina,

enquanto preparavam comida para quem as escutava: “A comida funcionava como elo sensível, uma mediação entre quem fala e quem ouve. O que era íntimo ali não estava em exposição — estava resguardado por camadas simbólicas e espaciais”. Para ela, esse tipo de gesto aponta o que o DP pode aprender: não basta criar espaços de escuta, “é preciso cuidar dos limites e das condições em que essa escuta pode, de fato, se tornar íntima”. Incorpora, assim, ao conceito de intimidade a ideia de algo que deve ser mantido velado e respeitado: “A intimidade pode se tornar participativa, mas é preciso desenhar o meio para que isso aconteça.”

O que se revela em sua fala é uma aproximação entre DP e intimidade, mas mediada pelo cuidado com os limites, o tempo, a linguagem e a privacidade. Ambas as esferas convocam à expressão, mas enquanto o DP pode ser comunitário e aberto, a intimidade, nessa visão, exige filtros, bordas, travessias cuidadosas. Finalizou dizendo, com clareza: “Às vezes, para existir, a intimidade precisa ser protegida.”

Entrevista 02 | Escutar o que não pode ser previsto

Qual é o tempo de uma relação? Para a segunda entrevistada, nos processos participativos, os elementos simbólicos são mais importantes que os ferramentais. A jornada dessa arquiteta revelou o potencial oculto de um profissional que “não é o detentor de um saber, mas apenas mais uma pessoa dentro de um grupo, facilitando um processo e colocando todos os saberes no mesmo nível”. Para ela, o DP surge como um gesto de “escuta, troca e presença”. Ao longo da entrevista, ela revisitou sua prática a partir de vivências em ambientes colaborativos, especialmente em experiências em que a arquitetura emergia das próprias mãos de um coletivo onde: “Eu não sei mais que ninguém. Estou aqui para ensinar, mas também para aprender. Estou aqui para fazermos juntos.” Reforçando a importância do sensível, apontou que o processo participativo não é unilateral, reconhecendo no DP “um campo de cuidado, onde o arquiteto deixa de ser o detentor do saber e passa a ser mais um no grupo, organizando o processo”. O que sustenta esse modo de estar no mundo é, segundo ela, “colocar todos os saberes no mesmo nível: os empíricos, os acadêmicos, os técnicos — e fazer com que todos possam contribuir.”

Sua fala mostra que o DP não é uma instância exclusivamente pública ou institucional: “A gente tenta colocar processos participativos em todos os projetos, sejam eles particulares ou públicos... Mesmo ao projetar uma casa de sítio para uma família, incorporamos a participação no processo.” Segundo ela, em seus projetos, há sempre uma base comum: “a escuta”, mas ela se desdobra em diferentes formatos conforme o território, o grupo e a necessidade.

Quando questionada sobre o que define um processo como participativo, destacou: “Escuta e diálogo, com certeza.” Acrescentou também a importância do lúdico como estratégia de acesso: “para abarcar todas as idades e tornar o processo mais democrático.” Essa abertura à pluralidade “exige o acolhimento de múltiplas formas de expressão.” Incorporando aos dois pontos iniciais, inseriu também a confiança e o tempo como condições estruturais para a participação acontecer: “A confiança não é dada, é conquistada. Leva tempo.” Relatou que, principalmente em territórios marcados por vulnerabilidade social, esse tempo se torna ainda mais delicado. Para ela, o DP exige se “despir do arquétipo técnico e se colocar junto”. É nesse gesto que a confiança começa a ser cultivada: “uma confiança que não se promete, mas se constrói através do tempo.” E conclui: “se você pretende realizar um processo participativo em poucos meses, é melhor nem começar, porque ele não vai acontecer.”

Foi sobre essa base de confiança e tempo que desenvolveu seu conceito de intimidade: “Para ter intimidade, você precisa ter confiança.” E, como a própria confiança, a intimidade também “não se conquista instantaneamente. É processo, dedicação mútua e disponibilidade.” “Não adianta eu querer criar um espaço de intimidade se o outro não estiver pronto. Intimidade não se propõe, não se vende. Ela acontece quando todos os lados estão dispostos... tem a ver com conhecer o outro. Com se relacionar com os sentimentos, com a história, os traumas e as vivências. O íntimo é guardado, por isso precisa de tempo para ser colocado.”

Ao ser questionada sobre os possíveis impactos do conceito de intimidade no design, relatou perceber apenas efeitos positivos. Compartilhou um momento durante um briefing não estruturado, quando perguntou a uma cliente: “para onde você gosta de olhar ao lavar a louça?”, uma pergunta orgânica, que provocou uma conexão inesperada e uma autorreflexão sensível: “Essas perguntas íntimas te fazem pensar em coisas que você nunca tinha parado pra pensar.” Segundo ela, esse tipo de abertura pode “despertar percepções que não estariam presentes num questionário tradicional, gerando um processo de autorreconhecimento a partir de reflexões não antes consideradas.” Por fim, ressaltou: “Quando o processo é rígido, você acaba ficando entre as bordas, limitado por um roteiro a ser seguido”, o que impede que momentos orgânicos e genuínos possam emergir.

O que se revela em sua fala é uma perspectiva de intimidade como sensibilidade cultivada, situada na relação e atenta ao que emerge no momento. Ela recupera o sensível não como fraqueza, mas como ferramenta — lembrando que, por muito tempo, ele foi desqualificado por estar associado ao feminino, ao cuidado e à fragilidade. “O cuidado e o sensível não são obrigações: são

ferramentas potentes de conexão e profundidade.” Sua visão de intimidade se desenha como um modo de encontro que exige confiança, tempo e disposição, mas também uma escuta aberta ao que não pode ser previsto. O episódio em que pergunta, sem planejar, “para onde você gosta de olhar ao lavar a louça?”, revela o quanto a intimidade pode surgir de pequenas aberturas inesperadas — gestos que não estavam no roteiro, mas que nasceram da relação viva entre ela e a outra pessoa. Nesse movimento espontâneo, revelou-se um lugar de contato que produziu a conexão.

Assim, sua fala aproxima intimidade e participação não por uma semelhança de método, mas por aquilo que ambas exigem: uma escuta atenta ao que acontece, uma abertura ao que se apresenta, e uma relação que se constrói no entre. “Sem se relacionar com a pessoa, não é participativo. Você não tá ouvindo. Você não tá criando relação.” Intimidade, aqui, não é algo que se aplica — é algo que se permite.

Entrevista 03 | Qualidade do encontro

Sua dissertação de mestrado se desenvolveu dentro do universo do DP, formando um grupo de bordado durante a pandemia. As participantes recebiam uma caixa com tecidos para começar a bordar, que circulava de casa em casa. Cada pessoa dava continuidade ao que havia sido iniciado por outra, e depois se encontravam em chamadas de vídeo para conversar. O produto real do projeto não era o bordado em si, mas as histórias que emergiam desses encontros: “O produto da coisa era o que as pessoas contavam.” Cada fio carregava uma memória, um cuidado, um gesto. “Era nesse entrelaçar de narrativas e tecidos que o projeto se fazia.” O modo como cada participante manipulava o que vinha da outra; cuidando, interrompendo ou transformando, revelava o que havia de mais participativo no processo: “Se não existisse a participação, não existiria nada.”

Na sua atuação profissional, o DP aparece menos como teoria e mais como linguagem viva: “ajustada, improvisada e traduzida nos contextos diversos em que atua.” Ao relembrar suas experiências participativas, tanto acadêmicas quanto de mercado, ela comenta que, no início da formação em design, havia uma certa ingenuidade sobre o que significava o relacional: “A gente imaginava que, em um workshop, as pessoas saíam quase como amigas.” Atividades de quebra-gelo eram usadas para promover conversas, mas hoje, com a velocidade imposta pelo mercado, esse tempo de vínculo foi encurtado, prejudicando o aspecto relacional. Ainda assim, ela defende que essa camada segue sendo “imprescindível, como se o DP fosse sinônimo dela, mas em diferentes níveis, principalmente ao se falar no contexto de mercado.”

Para que uma escuta verdadeira aconteça, os participantes precisam se sentir à vontade: “É sobre conseguir transmitir a credibilidade de quem você é, familiarizando-se com a pessoa, não para se tornar amiga dela, mas para que a conversa seja o mais horizontal possível.” E isso passa por colocar todos os saberes em “um mesmo nível”. O papel do designer, então, deve ser o de “estabelecer a postura mais neutra possível, reconhecendo que sua presença sempre influencia nas respostas dos participantes”. Essa neutralidade não é ausência, mas atenção e escuta.

Nesse sentido, destaca que a escuta não é apenas ouvir: é também “acolher as discordâncias ao longo do processo.” Perturbações, tensões e resistências são vistas como oportunidades. “A discordância que um participante traz pode ser extremamente relevante e até mudar a natureza do projeto.” O designer, então, assume o papel de “orquestrador, devendo incorporar essas opiniões e momentos de fala de todos os envolvidos.” Essa escuta também inclui o silêncio: “tem a ver com dar o tempo da fala, deixar o silêncio acontecer.”

Quando questionada sobre intimidade, a resposta veio de forma direta: “Para mim, intimidade tem a ver com se envolver com o outro em um nível sensível, contar quem se é, ouvir quem o outro é.” A intimidade exige entrega mútua, mas também o reconhecimento dos próprios limites. Durante sua dissertação, ela percebeu esse movimento com clareza: “As pessoas começavam a contar histórias muito tristes, muito profundas. E eu me sentia impostora por não compartilhar também a minha intimidade.” Esse desconforto a levou a se abrir mais, não por obrigação, mas por desejo de estar à altura da entrega do outro. “Eu também comecei a contar da minha mãe, da minha vida. Colocar a minha perspectiva de mundo lá dentro.”

Nos trabalhos de mercado, no entanto, essa camada íntima tende a se rarefazer: “A gente tende a blindar. A gente quer transparecer o mínimo possível do nosso.” Ainda assim, reconhece que a intimidade, muitas vezes, emerge, especialmente quando o trabalho envolve entrar na casa de alguém, aceitar um café, conversar sobre origens. “Ser natural tem a ver com ser íntimo. Às vezes, para que a pessoa confie, eu preciso também contar da minha vida.”

Sua concepção revela que a intimidade não é uma instância programável, nem um recurso metodológico. Ela acontece — ou não — “conforme a qualidade do encontro”. Não depende apenas de ferramentas, mas de contexto, disposição e afetação. “Não é algo que se propõe, se exige, se aplica. Ela simplesmente se dá.” Ao falar sobre esses momentos de partilha inesperada, trouxe o exemplo de uma senhora que, ao desenhar um pássaro, acabou se abrindo sobre o luto pela perda da mãe e do luto de uma mulher

solitária que a convidava para café. Em ambas as situações, o que operou foi a reciprocidade: “os encontros que pedem mais do que técnica”.

Por fim, seu entendimento de intimidade surge como afetação recíproca, uma experiência situada, que se produz no tempo da relação e que se sustenta na delicada “dança entre aproximação e limite”. Sua fala aproxima intimidade e participação não por uma semelhança de método, mas por aquilo que ambas exigem: “escuta atenta ao que acontece, abertura ao que se apresenta, e disposição de estar ali, mesmo quando não se sabe exatamente o que será dito”. Intimidade, aqui, é o que se deixa ver, não quando se força, mas quando se está pronto para sustentar o que vier.

Entrevista 04 | Permissões que legitimam

“Não existe uma fórmula. Existe um processo.” É assim que o quarto entrevistado introduz sua forma de fazer design, “não como método transferível, mas como convivência”. Maranhense, designer, com trajetória dedicada à pesquisa e à prática junto a comunidades tradicionais, sua escuta acontece no corpo, no silêncio e no tempo. Seu projeto de mestrado e agora de doutorado é tecido com as Anas das Louças, mulheres quilombolas ceramistas que lhe ensinaram que “o design não está no papel, está no gesto”. A partir dessa convivência, aprendeu que “estar junto é estar presente”.

Sua concepção de DP não parte de uma matriz europeia nem se ancora em metodologias estruturadas. Para ele, participar é “estar no tempo do outro”. E esse tempo é mais lento, mais orgânico e, muitas vezes, impenetrável para quem chega de fora com pressa ou roteiro. “Eu não me aproximei com câmera, não me aproximei com caderno, não me aproximei com metodologia. Me aproximei com o corpo. Com presença. Com atenção.” O DP, nesse contexto, não é a aplicação de um processo, mas a escuta do que já está acontecendo. “A participação já existe, o designer é que precisa aprender a entrar nela.”

Durante o relato, destacou que há uma diferença entre participar e intervir: “A gente não chega dizendo o que vai fazer. A gente espera que o outro autorize. É o tempo do corpo do outro que diz se você pode ou não ficar.” Essa escuta do corpo e do gesto é o que, para ele, funda um processo verdadeiramente participativo. “O saber não é algo que você extrai. Ele é algo que te é dado, quando a confiança está presente.” A ética, nesse caso, está na demora, na repetição dos encontros, nos silêncios sustentados, no respeito às pausas e aos momentos em que nada acontece. “É na ausência de método que, às vezes, mora o maior respeito.”

Quando questionado sobre intimidade, não hesitou: “A intimidade é quando você começa a ser convidado para coisas que não estavam no projeto.” Esse convite pode ser um almoço, uma conversa pessoal, um pedido de ajuda. Pode ser, como ele narra, “um gesto muito sutil, como oferecer um punhado de barro”. É nesse tipo de gesto que se percebe que algo mudou: “o corpo do outro reconheceu sua presença como legítima”. “A intimidade não é uma construção racional. Ela acontece quando o corpo do outro aceita o seu.”

A intimidade, para ele, não é técnica nem ferramenta. “Você pode ter a melhor metodologia, mas se o corpo do outro não permitir, você não vai entrar.” É uma permissão. E, como toda permissão, não pode ser exigida. “A gente não força confiança. A gente cultiva. A gente demora.” Nesse sentido, aproxima a intimidade do cuidado, não como afeto romantizado, mas como responsabilidade. “Você não pode pegar uma informação íntima e transformar em dado. Tem coisa que você só ouviu porque estava ali. E porque foi permitido ouvir.”

Em sua fala, a intimidade e o DP se encontram na lentidão e na escuta. Mas também se diferenciam: “A intimidade pode não acontecer, e ainda assim o processo ser participativo.” O que não pode faltar, segundo ele, é o “respeito pelo tempo do outro”. O DP, na sua visão, começa antes do projeto e termina depois, “ele não cabe em cronograma.” Já a intimidade é aquela “camada a mais que só acontece quando se está disposto a sustentar a presença por tempo suficiente para ser visto como parte”, ainda que só por um instante.

Entrevista 05 | Negociações e Limites

“O Design Participativo é a forma como eu entendo que o design deveria ser.” Para além de ser uma área, a entrevistada o posiciona como uma “filosofia, uma forma de entender a vida e as relações.”

Segundo o relato da quinta entrevistada, o DP é um processo em que diversos atores se juntam para “se conhecer, fortalecer comunidade e fazer negociações”, o apresentando como “um processo de aprendizagem mútua” onde se “celebram os encontros”. Através de sua vasta experiência acadêmica e prática com processos participativos, ela destaca que “a participação implica que haja um dissenso”, portanto o caminho mais fácil para um designer seria “se sentar sozinho na mesa e fazer, porque depende dos interesses exclusivos de uma pessoa”, ao optar por esse caminho “mais difícil”, opta-se por um caminho “ético e político”, onde se permite com que “diferentes interesses entrem em disputa, fazendo com que o processo seja tenso”, mas ao mesmo tempo em busca de um “objetivo comum que beneficie as pessoas que estão ali envolvidas.”

Foram destacadas duas características muito presentes no DP: a profundidade e a temporalidade, que diferenciam esse processo “de encontro” em relação aos demais processos de design. Primeiramente destacando o DP como capaz de “trazer ferramentas para superar a superficialidade”, mediando uma condução do processo que se ocupa em “adentrar nas questões mais profundas através de ferramentas que valorizam o diálogo.” O que implica em uma condução que necessita uma temporalidade diferente e calma, pois “para trabalhar com relações, é necessário paciência, pois o processo de conhecimento envolve escuta, da abertura e atenção”, permitindo compreender que para ela, o desenvolvimento relacional está relacionado a alguma ideia de tempo, reconhecendo a não espontaneidade de criação de uma relação profunda: “É uma via de saída dos estereótipos e de quebra dos pré-conceitos”, posicionando dessa forma a qualidade relacional como uma ideia de ruptura das pré-concepções.

Enquanto processo, a entrevistada conceitua o DP como um modo flexível de lidar com o design, qualificando-o como “uma dança, um jogo de cintura”, uma mistura entre métodos e conhecimentos com flexibilidade o suficiente para serem constantemente modificados e atualizados durante seus acontecimentos a partir de uma suposta ideia de atenção e presença: “Por isso que antes eu disse que o Design Participativo é a escolha mais difícil. Não é só escutar, é perceber e tomar decisões na medida que as coisas vão acontecendo. Não é antes, pois tem muitas coisas que não podem ser previstas, tem que estar atento ao que está acontecendo.”

Quando questionada sobre sua concepção de intimidade, a entrevistada a descreve como um “estágio de relação” em que é possível ser quem se é, com transparência e leveza: “mostrar dores e angústias... com poucas, ou até mesmo sem, preocupações”. Para ela, a intimidade pode ser uma forma de “facilitar a articulação durante os conflitos intrínsecos do DP” justamente por também exigir “tempo e reciprocidade, intimidade é uma coisa a ser construída, não imposta.” Em paralelo a essa posição similar ao senso comum visto nas entrevistas, sua visão de intimidade apresenta uma característica de processo negocial: “Intimidade tem uma forma de saber até onde pode ir, com o outro. Colocar limites não é se afastar; é o que permite que a relação continue.”

Nos seus relatos, o DP surge como “celebração do encontro”, um campo de “escuta e atenção”. Mas não necessariamente como espaço de intimidade pois existem papéis a cumprir, tempo marcado e limites no que pode ser compartilhado. Segundo seu conceito de intimidade, por sua vez, exige permanência, vínculos mais densos, margem para a exposição do que ainda está em aberto. Segundo a sua concepção, se o DP convida ao encontro, a intimidade exige que

se permaneça nele — e essa permanência nem sempre é possível no tempo de um projeto.

A partir de sua fala, a entrevistada revelou uma ideia de intimidade profundamente vinculada ao processo relacional do DP, tecida por tempo, escuta, expressão e negociação. Em sua concepção, tanto o DP quanto a intimidade exigem entrega, mas também negociação — são processos que envolvem reciprocidade e reconhecimento dos limites. Sua visão adiciona ao conceito de intimidade uma ideia de estabelecimento de limites para a manutenção da relação através da transparência.

Entrevista 06 | Confiança como condição

“O processo participativo parte do pressuposto de que cada território é único. E, sendo único, ele só pode ser compreendido por uma empatia profunda.” É com essa afirmação que o sexto entrevistado marca o tom da conversa. Engenheiro de formação e empreendedor da transformação digital nos anos 1990, ele passou a se envolver diretamente com processos participativos a partir de 2016, quando retorna a Porto Alegre e se engaja em projetos comunitários com base em escuta, articulação e práticas de cidadania ativa. A sua trajetória atravessa diferentes esferas, mas converge na crença de que “a participação é a base de qualquer processo de transformação real”.

Ao narrar sua experiência com iniciativas como o coletivo Porto Alegre Inquieta, o Pacto Alegre e projetos territoriais, deixa evidente que o DP “não pode ser um modelo fixo, nem uma metodologia replicável”. “Não adianta chegar e escutar”, afirma. Para ele, o DP exige “um processo de compreensão de valores, crenças e realidades locais”, e isso só é possível através de uma escuta situada, acompanhada de “observação, leitura de dados e envolvimento contínuo com atores da comunidade”.

Entre os instrumentos que destaca como potentes, estão as rodas de conversa, descritas como “um resgate da visão ancestral dos povos originários, onde todos se colocam de igual para igual.” Sobre essas rodas, diz: “a escuta se torna possível porque a hierarquia se dissolve.” Ele reconhece que essa escuta não se limita à fala: “é preciso ouvir também o que está nas entrelinhas, nos silêncios, nas tensões.” A empatia, aqui, não é uma disposição emocional genérica, mas um “esforço ativo de leitura do território”.

A escuta, para ele, deve incluir também as discordâncias. “As perturbações são importantes. A discordância de um participante pode mudar a natureza do projeto.” E é por isso que o designer ou facilitador deve atuar como “um orquestrador”, que incorpora diferentes vozes e cuida para que o processo

não seja colonizado por uma única perspectiva. O papel relacional dentro desses projetos é, segundo ele, fundamental, tanto para articular pontes entre quem chega de fora e os moradores quanto para reconstruir vínculos fragilizados dentro da própria comunidade. “Não é terapia, mas é terapêutico. É um processo de reconstrução de relações, e isso leva tempo.”

Quando questionado sobre intimidade, faz uma distinção clara entre confiança e vínculo afetivo. “A intimidade está num nível mais profundo do que o necessário para fazer um processo participativo acontecer.” Para ele, a “confiança é a base e pode existir sem que haja intimidade no sentido tradicional”. “Eu tenho muito carinho por muitas pessoas com quem trabalhei, mas não posso dizer que sou íntimo. A intimidade exige outro tipo de aproximação.” Segundo sua visão, os processos participativos precisam garantir um espaço de confiança, mas não necessariamente de exposição ou de envolvimento afetivo profundo: “Tu não precisa ser íntimo de ninguém pra colocar um projeto de pé. Mas sem confiança, ele não acontece.”

Sua fala revela uma abordagem prática e estratégica da participação: “Se tu quiser que isso vire política pública, que tenha escala, não dá pra depender da intimidade.” Ainda assim, reconhece que “as relações afetivas podem surgir no decorrer do tempo, especialmente entre lideranças e participantes que se envolvem de forma recorrente”. Mas não devem ser um pré-requisito para que os projetos comecem. “A intimidade pode ajudar, pode atrapalhar. Mas ela não é condição.”

Essa entrevista acrescenta uma perspectiva de intimidade compreendida como algo paralelo, que não precisa atravessar o processo, mas que pode surgir como fruto dele. A intimidade, aqui, não é ponto de partida, nem um objetivo a ser alcançado: “é uma possibilidade que depende de contexto, convivência e tempo”. Sua fala resgata a confiança como a condição mínima para o encontro acontecer, e o afeto como um efeito colateral possível, mas não exigido. Intimidade, nesse relato, é o que talvez venha depois, “se o vínculo durar, se o tempo permitir”.

Entrevista 07 | Uma condição relacional

Designer de formação, sua trajetória passa por experiências com movimentos sociais, projetos com o SEBRAE, processos comunitários no Maranhão e pesquisas em Portugal. Desde 2007, vem aproximando o design de práticas sociais e coletivas, buscando tensionar o papel do designer como protagonista. “A gente está sempre tentando buscar o protagonismo do design, dizendo que ele é o agente da transformação. Mas, às vezes, o design precisa

ser mais silencioso.” Para ele, há uma diferença entre fazer com e chegar ensinando, “essa diferença se constrói com escuta, tempo e confiança”.

A confiança aparece como condição fundante. Isso exige tempo. E tempo, como ele afirma, “é uma moeda rara”, não apenas por parte dos pesquisadores, mas também das comunidades. “Você precisa de tempo para entender as dinâmicas, as tensões internas, os afetos. Muitas vezes, sem essa escuta, você erra no diagnóstico e não entende o que realmente está em jogo.” Ele lembra que, antes de propor qualquer coisa, é preciso esclarecer a intenção, ser transparente sobre os objetivos e perguntar: “O que vocês querem de mim?”

O entrevistado enfatiza que o DP, para ser legítimo, precisa de “escuta ativa” ou como prefere chamar, “escuta tensiosa”. Uma escuta que não busca apenas colher dados, mas sustentar o silêncio, reconhecer os conflitos e aceitar que as “soluções mais visíveis nem sempre são as mais necessárias”. “Às vezes, a gente quer fazer a ação mais vistosa, mais ‘repercutível’, mas o grupo quer algo menor, mais discreto, que faça sentido para eles. E a gente precisa respeitar isso.” Participar, nesse contexto, é também conter-se. É saber que “nem sempre a lógica do impacto se alinha com a lógica da comunidade”.

Quando convidado a pensar sobre o conceito de intimidade, o entrevistado hesita. Diz que nunca havia pensado sobre isso, mas logo encontra um caminho: “Para mim, intimidade tem relação com essa capacidade de gerar confiança ao ponto da pessoa compartilhar contigo algo que ela não compartilha com todo mundo.” Em sua prática com comunidades negras no Brasil, relatou que esse tipo de abertura foi acontecendo com o tempo e a partir de um reconhecimento do lugar que ocupa. “Eu sou um homem branco, e grande parte das pessoas com quem trabalho são negras. Eu sou a representação simbólica de alguém que causou danos à subjetividade dessas pessoas. A confiança demora mais.”

Com o tempo, no entanto, surgiram partilhas que não aconteceriam sem essa construção relacional. “Eu escuto coisas que me facilitam a compreensão das dinâmicas, coisas que eu não conseguiria acessar se não houvesse proximidade.” Ele cita um caso em que uma informação aparentemente irrelevante: “a gente não gosta de fulano”, revelou disputas internas que modificaram toda a leitura de uma proposta. Em outro caso, soube que uma mulher, embora negra no fenótipo, era percebida pela comunidade como branca, por conta dos privilégios que acumulava. “Só a intimidade foi capaz de me trazer essa informação. Só a proximidade construída ao longo do tempo.”

Seu entendimento de intimidade não está associada à exposição afetiva ou à amizade. Intimidade, aqui, é “um tipo de confiança que permite que as tensões venham à tona e que o projeto possa ser ajustado com mais clareza”.

Mas também alerta: essa abertura pode ser “mal interpretada, gerar expectativas de retorno, ou ser usada como moeda de troca”. “Às vezes, a pessoa se aproxima esperando que você dê algo em troca. Nem sempre é só afeto.” Intimidade, nesse sentido “não é um bem inofensivo, ela carrega também disputas, interesses, silêncios”. Essa visão de intimidade como condição relacional que “se constrói junto à confiança, mas que vai além dela”. Participação e intimidade “se aproximam quando há disposição de caminhar com o outro, mas se distanciam quando se tornam exigência”.

Ao encerrar esse ciclo de escutas, o que se deixou entrever não é uma definição, mas uma paisagem em movimento. Cada relato revelou gestos distintos de aproximação, fosse na partilha de um silêncio, na coragem de narrar uma vulnerabilidade, na construção lenta de uma confiança ou na recusa de se deixar invadir. A intimidade, longe de se deixar capturar por um único significado, se mostrou como experiência relacional plural, ora silenciosa, ora conflituosa, ora acolhedora. Foi nesse entre falas, hesitações, reconhecimentos e distâncias, que algo da intimidade pôde ser vislumbrado. A seguir, apresentam-se versões possíveis de intimidade: não como respostas, mas como essas paisagens parciais que se formaram à medida que as escutas se deixaram afetar.

5.2. Versões de Intimidade

Neste trabalho, a intimidade não é abordada como um conceito fechado nem como uma categoria a ser aplicada. Em vez disso, ela se apresenta como um campo de variações que emergem no entre das relações. As entrevistas escutadas ao longo da pesquisa deixaram entrever seus contornos móveis, revelando versões provisórias e situadas, uma cartografia sensível da intimidade em contextos de DP.

Opta-se aqui pelo termo versões para nomear os agrupamentos conceituais emergentes das entrevistas. Essa escolha sinaliza o compromisso com a fluidez, a contingência e a provisoriedade dos fenômenos vividos. Ao falar em versões de intimidade, assume-se que cada agrupamento constitui uma paisagem parcial e situada do fenômeno – não uma estrutura fechada nem uma essência universal. O termo versões permite sustentar a polissemia do vivido e manter o campo aberto para novas manifestações, reconhecendo que a intimidade, enquanto acontecimento relacional, se desdobra de forma múltipla conforme os contextos, os sujeitos e os vínculos.

Portanto, as versões aqui apresentadas pretendem compor figuras parciais e evocativas, fruto de encontros entre falas, gestos e percepções. Sua

finalidade é a de sustentar a riqueza própria dessas experiências e ampliar o campo de atenção sobre como a intimidade emerge, se transforma e afeta os modos de estar junto no design.

1. Intimidade como reciprocidade sensível

Em diferentes momentos das entrevistas, emergiu a sensação de que a intimidade se sustenta em uma reciprocidade que não é contratual, mas sensível, como uma disposição ética para estar com o outro em sua entrega. Aqui, o recíproco não se traduz em equivalência ou espelhamento, mas em uma atenção que reverbera, em gestos que se encadeiam sem obrigação. Diferente de uma troca protocolar, guiada por papéis predefinidos, expectativas formais ou respostas automáticas, trata-se de uma troca que se dá pela presença que escuta e se afeta e, por isso, também se movimenta. A intimidade se delineia, assim, como uma resposta não no sentido de retribuição, mas como continuidade sensível do que foi compartilhado.

Essa versão torna-se especialmente visível na fala da entrevistada que conduziu um grupo de bordado durante a pandemia: “As pessoas começavam a contar histórias muito tristes, muito profundas. E eu me sentia impostora por não compartilhar também a minha intimidade” (entrevista 3). A escuta, nesse caso, não se encerra na recepção do que é dito, mas convoca uma implicação: “Eu também comecei a contar da minha mãe, da minha vida. Colocar a minha perspectiva de mundo lá dentro” (entrevista 3). Intimidade, nesse contexto, parece emergir quando o gesto de abertura de alguém ressoa em outro corpo e o convida, sem exigir, a também se mostrar.

Essa ideia também reverbera na fala da entrevistada que afirma: “Para ter intimidade, você precisa ter confiança. [...] Intimidade não se propõe, não se vende. Ela acontece quando todos os lados estão dispostos” (entrevista 2). A disponibilidade mútua se apresenta, então, como condição de possibilidade: não basta ouvir, é preciso escutar com o corpo inteiro, sustentar o que é compartilhado e deixar-se atravessar.

O que se delineia é uma concepção de intimidade como implicação relacional, que exige abertura recíproca, entrega sensível e atenção ética ao outro. Intimidade, aqui, se desenha mais como uma resposta ao que se apresenta do que a uma solicitação que poderia ser dada.

2. Intimidade como responsabilidade ética e proteção do que é velado

Em contextos marcados por vulnerabilidade, violência ou dor, a intimidade não se manifesta como transparência ou revelação imediata, mas

como responsabilidade. Algumas falas sugerem que tornar algo íntimo não é necessariamente expô-lo, mas sustentar a possibilidade de que ele permaneça velado. A intimidade, nesse sentido, não é apenas aquilo que se mostra, mas também aquilo que se resguarda, não por omissão, mas por respeito ao tempo e ao silêncio que o outro demanda.

A entrevistada que atuou em processos delicados na Colômbia expressa com clareza essa ideia: “Intimidade é manter a privacidade de quem deseja contar algo” (entrevista 1). Mais do que promover abertura, sua prática busca criar condições para que algo possa eventualmente ser dito, se assim for desejado, e que, até lá, permaneça protegido. Como ela afirma: “Se o dado é sensível, é preciso criar o espaço para que ele possa ser dito, e não apenas coletado” (entrevista 1). Ou seja, trata-se menos de provocar a exposição e mais de sustentar um ambiente que reconheça o tempo e o limite como parte da escuta. A criação de espaço aqui não se opõe ao resguardo, mas o possibilita.

Essa concepção se torna ainda mais palpável quando ela descreve uma instalação em que mulheres compartilhavam suas experiências protegidas por uma cortina, enquanto cozinham para quem escutava: “O que era íntimo ali não estava em exposição, estava resguardado por camadas simbólicas e espaciais” (entrevista 1). Intimidade, nesse caso, não é ausência de partilha, mas partilha mediada por resguardo¹⁷, termo que aqui assume centralidade, esse gesto ético parece sustentar uma possibilidade de encontro sem invasão.

Essa perspectiva ressoa na fala da entrevistada 2, que afirma: “O íntimo é guardado, por isso precisa de tempo para ser colocado” (entrevista 2). A intimidade, nesse modo de ver, é algo que se mostra apenas quando há espaço simbólico, ético e temporal para que isso aconteça. Antes da abertura, vem o reconhecimento: dos limites, das dores, das histórias e do direito, sempre legítimo, de não dizer.

3. Intimidade como processo negocial e limites compartilhados

A intimidade apareceu, diversos momentos, assim como o DP, como um espaço de negociação, não apenas do que se compartilha, mas de até onde se vai. Para a entrevistada que define o DP como “uma escolha mais difícil, porque implica dissenso e conflito” (entrevista 5), a intimidade aparece como um elemento que pode facilitar a articulação entre as pessoas, desde que se mantenha atenta aos limites com transparência: “Intimidade tem uma forma de

¹⁷ ¹ *Resguardo*, do latim *resguardo* ou *resguardare*, refere-se ao ato de proteger, defender, manter em abrigo. No contexto desta pesquisa, o termo carrega uma dimensão ética e sensível: designa o gesto de sustentar o que não se mostra, de preservar o silêncio ou a opacidade de algo que não quer, ou ainda não pode, ser exposto.

saber até onde pode ir com o outro. Colocar limites não é se afastar; é o que permite que a relação continue” (entrevista 5).

Nesse sentido, a intimidade pode ser compreendida não só como abertura, mas também contenção. Um espaço de ajuste fino, onde o respeito pelos limites do outro é o que sustenta a profundidade da troca. O vínculo íntimo só se sustenta se for capaz de respeitar o tempo e a medida daquilo que pode ser dito, sentido ou partilhado.

Essa versão também aparece na fala da entrevistada 3, que relata o desconforto por receber histórias profundas e não ter inicialmente partilhado as suas próprias. A intimidade, ali, foi reconhecida como um desequilíbrio momentâneo, que demandava um ajuste. Não por obrigação, mas por desejo de estar à altura da entrega do outro.

Essa concepção indica que a intimidade não é necessariamente sobre transparência total, mas sobre ajustar o tom da relação. Como em uma dança, exige atenção aos movimentos do outro e um constante reposicionamento. Intimidade, aqui, é uma forma de manter o vínculo possível, mesmo em meio às tensões e assimetrias que marcam os processos participativos.

4. Intimidade como sustentação na confiança

Em alguns relatos, confiança e intimidade aparecem como camadas relacionadas. A confiança, nesses casos, surge como uma ideia de ser o solo a partir do qual a intimidade pode emergir, mas não necessariamente emerge.

Para a entrevistada do bordado, o envolvimento afetivo entre participantes emergia de forma inesperada, atravessando os encontros em momentos de partilha profunda: “As pessoas começavam a contar histórias muito tristes, muito profundas” (entrevista 3). Embora ela não nomeie diretamente a confiança como condição, sua fala ao longo da entrevista sugere que esses relatos não surgiam do acaso, mas de um ambiente que, aos poucos, ia se tornando propício, tecido pela escuta, pelo tempo compartilhado e pela atenção recíproca construída entre as participantes.

O entrevistado 6 afirma: “Tu não precisa ser íntimo de ninguém pra colocar um projeto de pé. Mas sem confiança, ele não acontece” (entrevista 6). A intimidade, aqui, não se apresenta como exigida, mas sim eventual. Ainda assim, ela aparenta surgir especialmente quando os vínculos se prolongam. “A intimidade pode ajudar ou atrapalhar. Mas ela não é condição” (entrevista 6).

Essa separação conceitual entre confiança e intimidade também aparece na fala da entrevistada 2, que indica que “a confiança é conquistada” e que “a intimidade acontece quando todos os lados estão dispostos” (entrevista

2). Pode-se inferir que a confiança aparece como algo estruturante do encontro participativo, enquanto a intimidade é o que pode florescer dele.

Assim, essa versão compreende a intimidade como uma experiência que pode se dar somente quando há confiança, mas reconhece que nem toda relação de confiança leva necessariamente à intimidade. São questões diferentes, mas entrelaçadas.

5. Intimidade como experiência não programável

“A intimidade é quando você começa a ser convidado para coisas que não estavam no projeto” (entrevista 4). Essa frase sintetiza uma compreensão recorrente nas entrevistas: a de que a intimidade, muitas vezes, não está nos instrumentos ou no roteiro proposto, mas no que escapa, nos gestos que surgem nas bordas da metodologia, nos desvios do planejado. Um convite para almoçar, um punhado de barro entregue silenciosamente na mão, uma confidência fora de pauta — são essas pequenas irrupções que, reconhecidas e acolhidas, podem tornar-se íntimas.

Intimidade, aqui, não nasce do que é previsto, mas do que se permite acontecer. Não se aplica, mas se manifesta quando há disposição mútua e sensibilidade para sustentar o que emerge. Como afirmou uma das entrevistadas: “Intimidade não se propõe, não se vende. Ela acontece quando todos os lados estão dispostos” (entrevista 2). Essa disposição não é constante, ela é situada, relacional e marcada por afetação. Requer atenção aos interstícios do encontro, ao que se desdobra fora da pauta.

Em um exemplo citado por uma entrevistada, a pergunta espontânea feita durante uma entrevista — “para onde você gosta de olhar enquanto lava a louça?” — abriu espaço para um tipo de partilha que não estava previsto no escopo da pesquisa. A partir dessa pergunta aparentemente banal, a participante começou a falar sobre sua casa, suas rotinas, seu modo de estar no mundo. Uma brecha se abriu, não por técnica, mas porque havia vínculo, presença e disponibilidade para o outro. A pergunta se tornou um mecanismo sensível, precisamente por não carregar intencionalidade instrumental.

Outro relato vem de uma entrevistada (entrevista 3) que, ao conduzir um processo participativo com mulheres durante a pandemia, testemunhou momentos em que desenhos feitos nas oficinas evocavam memórias profundas. Em especial, o desenho de um pássaro levou uma das participantes a narrar, comovida, a perda recente da mãe. A imagem não foi criada com essa intenção e, ainda assim, algo se moveu ali. A intimidade emergiu não do planejamento, mas da escuta ao que se apresentava, da disposição de sustentar o inesperado.

Há também a lembrança (entrevista 3) de quando uma participante lhe ofereceu um café, em silêncio, durante uma visita. Um gesto simples, cotidiano, que carregava em si uma abertura. A intimidade, nesse caso, não se deu pelo conteúdo da fala, mas pela forma do encontro, pelo corpo a corpo que se construiu ali. Momentos assim, pequenos, fugidios, mas marcantes, podem revelar uma forma de intimidade que não depende de métodos.

Essa versão compreende a intimidade como algo que se produz nas frestas. Ela escapa à programação, emerge no tempo próprio da relação e exige uma escuta não apenas ao que se diz, mas ao que acontece. Talvez por isso seja uma das formas mais autênticas e delicadas de se manifestar: porque não pode ser forçada, nem prevista, apenas reconhecida.

6. Intimidade como duração compartilhada

Entre as diversas falas reunidas ao longo das entrevistas, uma condição aparece com insistência: a dimensão de tempo. Tempo não como variável do cronograma, mas como matéria relacional, tecido vivo onde a intimidade pode se formar. Diferente do tempo da entrega, do método ou da reunião marcada, essa versão de intimidade revela-se como duração compartilhada, uma permanência que escapa ao ritmo da produção e da performance.

A entrevistada 2 é direta ao afirmar: “A confiança não é dada, é conquistada. Leva tempo.” Em sua experiência, a intimidade não acontece sem que haja uma história comum, um acúmulo, uma repetição de presença. Ela mesma adverte: “Se você pretende realizar um processo participativo em poucos meses, é melhor nem começar, porque ele não vai acontecer” (entrevista 2). Já a entrevistada 1 nomeia isso como o “tempo do corpo do outro”, reconhecendo que apressar-se pode ser uma forma de violência, especialmente em contextos marcados por trauma (entrevista 1).

Esse tempo de corpo também aparece nas relações cultivadas pela entrevistada 3 durante sua pesquisa com bordado: o grupo se formava lentamente, à medida que os encontros se repetiam, os tecidos circulavam e as conversas se aprofundavam. “O produto da coisa era o que as pessoas contavam”, e esse contar só vinha depois, quando o tempo já havia tecido confiança (entrevista 3).

O entrevistado 6, ao falar sobre os projetos na Vila Planetário, também destaca o papel do tempo como meio para que os vínculos se fortaleçam. Para ele, não basta “chegar e escutar”, é necessário construir uma relação que só se torna possível quando o designer “se envolve continuamente com os atores da comunidade” (entrevista 6). A intimidade, nessa perspectiva, não é uma ação

pontual: é uma frequência que se repete, um investimento de presença ao longo da duração.

Há ainda outro tipo de tempo, mais sutil: o tempo simbólico da intimidade. O entrevistado 4, ao relatar sua convivência prolongada com moradoras de um residencial popular, descreve o surgimento da intimidade como algo que aparece “quando você começa a ser convidado para coisas que não estavam no projeto”, como receber um café, entrar em uma casa, ver uma criança nascer (entrevista 4). Esses convites não vêm de imediato. Segundo o entrevistado, os convites são resultado de uma relação que demorou a se formar, mas que por isso mesmo sustenta profundidades que um projeto curto não alcança.

Essa versão de intimidade é mais do que cronologia, reconhece que não se chega a um vínculo profundo por meio da pressa. A intimidade se oferece como consequência da permanência. Ela não é um objetivo que se busca, mas um estado que pode emergir quando a duração é acolhida, mesmo sem garantias, mesmo sem certezas.

As versões de intimidade que emergiram ao longo das entrevistas visam abrir ainda mais o fenômeno. Intimidade, aqui, não é uma essência, nem uma propriedade de determinadas relações, mas um fenômeno que se deixa entrever quando há tempo, escuta e presença. Ela não se aplica, não se força, não se mede. Talvez por isso, só possa ser compreendida em suas manifestações específicas, nos entremeios das práticas, nas dobras dos encontros, nos gestos que escapam à planificação.

Ao agrupar as entrevistas em torno dessas seis versões, o que se busca não é dar forma provisória a uma paisagem de sentidos que apareceu de maneira fragmentada, relacional e situada nas falas.

Cada versão carrega, por si, uma hipótese sobre como a intimidade pode se manifestar nos processos participativos. Mas é no seu conjunto que elas ganham força: revelam uma intimidade que, ao mesmo tempo, exige tempo e pode surgir de um instante; que pede cuidado, mas também presença; que nasce do vínculo, mas também se sustenta no silêncio. Intimidade que às vezes se dá no encontro com o outro e, em outras, na responsabilidade de não tocar onde o outro ainda não se deixa alcançar.

6. DISCUSSÕES

As versões de intimidade apresentadas no capítulo anterior delinearam formas múltiplas de presença, partilha e negociação que atravessam as experiências relatadas pelos participantes. Este capítulo se propõe a tensionar e aprofundar essas versões à luz dos referenciais teóricos mobilizados ao longo da pesquisa, costurando sentidos e fazendo emergir as implicações conceituais que se desdobram a partir dos relatos. Ao fazer isso, busca-se contribuir com o campo do design, ampliando suas possibilidades de leitura e reconhecimento das dinâmicas relacionais que sustentam os processos participativos. A intenção é de abrir campos de leitura e espessar as experiências relatadas, em diálogo com os repertórios oferecidos pela filosofia, psicologia e pela própria área do design.

A primeira seção deste capítulo inicia a discussão pela ideia de estranheza do conceito para o campo do design, fomentada pela percepção de uma surpresa dos participantes ao serem convidados a associar suas vivências em processos de cocriação ao termo intimidade revela tanto um deslocamento quanto uma possibilidade. Ela investiga essa fricção, o modo como a intimidade aparece como algo inicialmente estranho ao design, mas que, aos poucos, se revela implicada nos próprios gestos que tornam o projeto possível.

A segunda seção propõe uma composição que mistura os aprendizados da teoria e do campo, traçando lentes que evidenciam as grandes questões de intimidade percebidas. Para muito além de encerrar sentidos, são propostas quatro lentes inaugurais que representam indícios de emergência dessas questões para o campo do design.

6.1. Intimidade como recurso estranho ao design

A presente sessão surge como uma resposta ao que acontecia ao final de cada entrevista realizada nesta pesquisa, após longas escutas marcadas por relatos sensíveis, uma pergunta surgia questionando: “o que é intimidade para ti, e como esse teu conceito de intimidade se relaciona com as experiências que tu trouxeste até aqui?”. Em muitos casos, a reação era de um pequeno espanto, como uma correlação inédita entre intimidade e design acompanhada de um silêncio breve, como quem busca reorganizar sentidos. Foi muito curioso perceber que embora durante todas suas narrativas ao longo da entrevistas os participantes já trouxessem elementos relacionais densos, como confiança, cuidado, exposição, escuta e negociação, a palavra intimidade parecia soar deslocada quando nomeada diretamente. No entanto, à medida que os participantes começavam a buscar palavras para responder, a própria ideia de

estranhamento começava a se desfazer. A intimidade, aos poucos, passava a ser reconhecida como algo que estava presente o tempo todo, mas talvez ainda sem nome.

Essa surpresa inicial aponta para uma aparente dissociação ainda comum entre o termo intimidade e o campo do design, mesmo quando este é praticado a partir de abordagens profundamente relacionais, como as que foram foco desta pesquisa. A intimidade parece não fazer parte do vocabulário técnico ou conceitual do design, mesmo quando suas práticas efetivas a sustentam.

Essa reação de espanto, no entanto, não pode ser atribuída apenas a uma distância entre intimidade e design. Parte do estranhamento parece residir também nas concepções prévias que os próprios participantes carregavam sobre o termo intimidade, fortemente influenciadas por um senso comum que a restringe ao universo privado, romântico ou confessional. Essa pré-compreensão, ao operar como filtro, inicialmente borrou a possibilidade de reconhecer naquele conceito uma via legítima para compreender relações mais amplas, sensíveis e éticas no campo do projeto. Curiosamente, quando os participantes se viram convidados a conceber seu conceito de intimidade em relação às suas próprias experiências no design, foram capazes de construir associações complexas, sutis e densas, muitas delas bastante afinadas com as formulações conceituais trazidas por autores como Machado, Narciso, Crespo ou Rampage. Isso sugere que a intimidade, quando descolada do senso comum, pode operar como chave potente para a leitura e compreensão dos vínculos no fazer colaborativo. Mas para isso, é preciso primeiro que ela possa ser nomeada, pensada e legitimada no contexto onde atua.

A intimidade, tal como discutida nesta pesquisa, não se reduz a vínculos românticos, familiares ou privados, como por vezes aparece no senso comum. Em autores como Narciso (2020), a intimidade foi compreendida como um entrelaçamento de fios relacionais que se manifesta na qualidade do vínculo entre sujeitos. Para Crespo *et al.* (2006), ela implica “estar com o outro sem ser parte dele”, sustentando uma presença sensível que não exige fusão, mas sim escuta e reconhecimento. Rampage (1994) falou de uma construção mútua de significados, uma afinação entre sujeitos em relação. São compreensões que deslocaram a intimidade de seu campo doméstico ou privado para o terreno da relação viva e implicada, o mesmo terreno em que se constroem os processos de design.

Ainda assim, a própria história do design enquanto campo disciplinar contribui para esse estranhamento. Mesmo quando se propõe a trabalhar com a participação e com a escuta, o design tende a manter certos limites conceituais que raramente incorporam dimensões afetivas em sua formulação teórica. Como

apontaram autores como Kelty (2019), muito do que se nomeia como “participação” no design permanece em níveis controláveis e formalizados, deixando de lado aquilo que ele chama de “a parte não registrada da participação” — as emoções, as hesitações, os gestos não planejados que atravessam o encontro. Frauenberger *et al.* (2018) também destacaram essa lacuna ao indicarem que poucos estudos de design consideram os aspectos emocionais e subscientes da colaboração. O que emerge disso é um tensionamento: o design parece um campo que reconhece o outro, acolhe a diversidade e busca o diálogo, mas evita dar nome àquilo que atravessa com densidade essas relações.

Mesmo em abordagens mais abertas e reflexivas, como as de Findeli (2001) e Freire (2017), que reconheceram o design como uma prática situada, envolvida e dialógica, o conceito de intimidade ainda não está presente nominalmente. Findeli propôs o abandono do paradigma da ciência aplicada em favor de uma “ciência envolvida”, em que o designer é parte da situação, sendo afetado e afetando o contexto. Freire compreendeu o design estratégico como uma prática transdisciplinar capaz de articular múltiplas perspectivas e de construir sentido coletivo. Em ambos os casos, havia abertura para o outro, havia escuta, havia coconstrução. No entanto, ainda que esses autores ofereçam bases que permitiriam pensar a intimidade como potencial relacional, essa possibilidade permanece não tematizada, como se o conceito seguisse velado, mesmo quando as condições para sua emergência já estivessem presentes.

Essa ausência de nomeação, contudo, não implica que a intimidade esteja também ausente das práticas ou das experiências que atravessam o design. Ao contrário: tanto nas abordagens teóricas analisadas quanto nos relatos dos participantes, a intimidade seguiu emergindo nas frestas, na confiança cultivada, na reciprocidade sensível entre os envolvidos, nos limites compartilhados que vão sendo ajustados em comum, na duração que se constrói entre corpos que se comprometem, e na própria experiência de não sabermos, juntos, o que virá. São formas de intimidade que não dependem de nomeação para existir, mas que, uma vez reconhecidas e trazidas à linguagem, ganham contorno e revelam um potencial de reorganizar o campo.

Assim, a intimidade se relaciona ao DP como um recurso estranho, não apenas por lhe ser externo, mas possivelmente por desestabilizar as formas habituais de pensar e praticar o projeto. Ao nomear a intimidade, somos levados a considerar para além dos resultados de uma ação colaborativa, incluir as formas de presença que a sustentam; para além de métodos, incluir os modos de se estar com; para além de dados, incluir os afetos. Essa estranheza inicial, portanto, se revela como um convite: ao reconhecer a intimidade como parte do

que se vive num processo de design, abre-se a possibilidade de reposicionar o projeto como um campo de relação, presença e transformação mútua, onde o que parecia deslocado passa, enfim, a fazer sentido.

Diante desse convite, tornou-se necessário encontrar modos de sustentar o olhar para essa presença íntima que, embora silenciosa, atravessa os processos de design. Se a intimidade se revela como um elemento deslocado, mas profundamente implicado no projeto, então seria preciso criar formas de leitura que pudessem acompanhar sua complexidade, sem reduzi-la. Foi nesse movimento que surgiram aproximações capazes de afinar a escuta e ampliar o entendimento sobre o que a intimidade faz quando se manifesta entre sujeitos, práticas e contextos.

6.2. Lentes íntimas: quatro aproximações sensíveis ao Design Participativo

Ao percorrer os encontros, relatos e pensamentos que compõem esta pesquisa, tornou-se evidente que a intimidade não se deixa apreender por uma única definição. Em vez de responder ao que ela é, este capítulo busca escutar o que ela faz, como se manifesta e o que provoca quando emerge no entrelaçamento das relações em processos de design. Como contribuição central, a pesquisa propõe um tipo de entendimento da intimidade para o design a partir de quatro lentes transversais, que afinam a escuta para certas dinâmicas recorrentes que se mostraram significativas. Essas lentes surgem da relação entre as dimensões conceituais e as versões empíricas, operando como sínteses sensíveis que integram ambas as frentes. Mais do que representações, elas se configuram como operadores metodológicos: modos de performar a intimidade no fazer projetual, ativando novas formas de atenção, presença e implicação nos processos de design.

Cada lente revela uma sensibilidade específica dessa intimidade como perspectiva: ora uma forma de tempo, ora um gesto ético, ora um modo de implicação ou de suspensão. Elas não pretendem mapear a intimidade como um território fechado, mas indicar caminhos possíveis de aproximação — aproximações que se dão entre teoria e empiria, entre prática e presença, entre o que se diz e o que se vive. Longe de representar verdades, as lentes aqui apresentadas funcionam como convites: aberturas para pensar a intimidade como campo relacional em constante devir.

A potencialidade do não programado

A primeira lente emerge da percepção de que, dentre os sentidos delineados ao longo da pesquisa, um insiste em retornar: a intimidade como aquilo que escapa ao controle. Trata-se de um acontecimento que não se submete à lógica do controle, ele atravessa os encontros justamente quando algo se desamarra no tempo e na escuta. As reflexões teóricas e os relatos empíricos entrelaçam-se para compor uma aproximação sensível que reconhece no não programado um campo fértil para o surgimento do íntimo. A dimensão conceitual de Presença, desenvolvida na literatura, propõe justamente esse gesto de soltar o saber; de abrir espaço para o que ainda não se revelou. Machado (2008) afirma que o íntimo se revela quando o campo relacional se encontra desobstruído, uma ideia de abertura que requer uma presença que não antecipe nem exija, mas sustente. Essa compreensão dialoga com Buber (2009), para quem o acontecimento relacional genuíno só se dá no entre, na inteireza do encontro, que não se pode provocar deliberadamente, apenas reconhecer quando ocorre. Buber caracteriza a relação Eu-Tu pela qualidade de uma presença mútua que independe de planejamento; ela surge a partir de uma entrega mútua que possibilita um vínculo livre de pré-concepções e pleno de abertura para um conhecer constantemente renovado.

Os relatos colhidos nas entrevistas aprofundam essa leitura, enfatizando a intimidade como uma experiência não programável. Um dos participantes afirmou: "A intimidade é quando você começa a ser convidado para coisas que não estavam no projeto" (Entrevista 4). Outro entrevistado pontuou que a intimidade "acontece nas bordas da metodologia". Esses depoimentos apontam para a potência de momentos em que o plano cede lugar à surpresa, quando a relação abre fendas no previsto e algo mais denso pode acontecer. Isso não significa abandonar os métodos, e sim reconhecer que há instâncias relacionais no processo que apenas se ativam fora das estruturas planejadas. Conforme observado na pesquisa, a intimidade tende a emergir precisamente naquilo que transborda o planejado.

A dimensão teórica da Presença opera nessa mesma lógica, entendendo a intimidade como uma disponibilidade autêntica ao outro, não é apenas estar fisicamente presente, mas estar de um modo que se deixa afetar. Como resumiu uma entrevistada, "intimidade não se propõe, não se vende; ela acontece quando todos os lados estão dispostos". Declarações desse tipo, recorrentes nas entrevistas, não descrevem uma técnica específica, mas sim um estado de abertura mútua, no qual o vínculo se sustenta na confiança e não em instruções pré-definidas. Trata-se de um modo de estar-com o outro que o reconhece como presença plena, e não como objeto de intervenção.

Apontar essa lente não significa negar as contribuições dos métodos, mas lembrar que a intimidade parece operar por outra lógica, emergindo quando se estabelece um campo aberto, ético e sensível que possibilita sua aparição. Frauenberger *et al.* (2018), ao revisitar os fundamentos do Design Participativo – ainda que não pela ótica da intimidade –, sugerem que o designer talvez precise aprender a ser afetado pelo processo. Desse modo, abrir mão de uma rigidez excessiva no projeto pode revelar um tipo de valor presente justamente nas brechas imprevistas. É um convite para habitar as incertezas como território fértil, onde o não-saber se converte em abertura para o encontro. Uma perspectiva análoga aparece em Findeli (2001), que propõe entender o design não como ciência “aplicada”, mas como prática envolvida e situada, reconhecendo que não se atua sobre um sistema sem estar inserido nele. Assim, o designer participa, afeta e é afetado pelo processo. Nessa lógica, a intimidade solicita um estado de implicação sensível; assumir tal implicação equivale também a assumir uma ética da presença. Estar em um processo íntimo significa adotar um estar-com que não busca reduções, mas enxerga o outro como uma possibilidade sempre nova; uma disposição para ser atravessado pelo encontro e se transformar com ele.

Há uma força própria nesse caráter contingente da intimidade. Por não se deixar capturar, ela preserva seu estatuto de fenômeno: algo que se reconhece quando chega, mas que não se impõe quando não está presente. Para os designers que desejam se abrir a essa qualidade de encontro, é necessário cultivar não apenas ferramentas, mas também uma postura que sustente o imprevisto, uma presença que permita algo emergir antes de ser enquadrado. Isso exige reconhecer que os saberes prévios do designer não podem ser simplesmente apagados; propõe-se, porém, reposicioná-los como pano de fundo, e não como condutores principais do processo. É uma mudança sutil, porém fundamental: do controle para a escuta; da imposição para a disponibilidade; do saber prévio para o encontro presente. A potencialidade do não programado não reside na falta de estrutura, e sim na capacidade de criar espaços onde o genuíno possa emergir. São nos intervalos do controle que a intimidade revela um terreno fértil, lembrando que alguns dos encontros mais significativos ocorrem não apesar da incerteza, mas justamente por meio dela.

Implicações éticas das partilhas íntimas

A segunda lente nasce das implicações que emergem quando algo íntimo é partilhado em um processo de design. Essa partilha não é apenas transmissão de conteúdo: ela transforma o campo relacional, reposiciona os envolvidos e cria uma convocação implícita. Ao escutar o íntimo do outro, uma espécie de pacto silencioso se instaura, uma dívida não contratual que atravessa a relação e exige reconhecimento.

Nos relatos, especialmente na versão de Reciprocidade sensível, os participantes descrevem que os momentos mais densos não surgiram apenas da exposição de histórias pessoais, mas da qualidade da escuta que essas histórias encontraram. É nesse gesto de escuta implicada que se sente uma convocação ética: proteger o que foi dito, mas também responder de algum modo, ainda que sem simetria. Como advertiu uma entrevistada, “não é porque alguém compartilha algo íntimo que a gente tem que compartilhar também”, mas logo acrescentou a necessidade de manter “a privacidade de quem deseja contar algo”. Essa fala aponta para a delicadeza de reconhecer que, mesmo sem equivalência, há responsabilidade.

Essa dinâmica pode ser interpretada à luz do que Marcel Mauss (1925) descreveu como o circuito da dádiva¹⁸: um sistema baseado em dar, receber e retribuir, em que o bem dado carrega consigo um vínculo e uma expectativa social implícita. Quando alguém se abre em um processo participativo, compartilhando algo íntimo, é como se essa partilha carregasse o que Mauss chamou de *hau* – o espírito da coisa dada, que anseia por retornar ao doador. No campo da intimidade, essa “coisa dada”, esse *hau*, não é material: pode ser confiança, afeto, vulnerabilidade... E o que fazer diante disso? Fingir neutralidade? Ou responder, ainda que com outra forma de entrega?

É aqui que a dimensão teórica de Mutualidade ganha contornos éticos. Se a intimidade envolve trocas afetivas, como já apontavam Narciso e Crespo, essas trocas se radicalizam quando se percebe que não há como permanecer neutro. Ao escutar algo íntimo, o designer é reposicionado; mesmo que não responda verbalmente, torna-se guardião daquilo que lhe foi confiado. O campo da intimidade exige, assim, uma ética da afetação: não baseada em contratos, mas no reconhecimento de que a escuta implica responsabilidade.

Buber (2009) ilumina esse ponto ao afirmar que a relação Eu–Tu instaura uma presença que transforma ambos os lados. No instante em que o outro se revela, o escutador já não pode permanecer exterior ao acontecimento. A confiança íntima cria um Eu–Tu que dissolve a pretensa neutralidade e convoca o designer a estar implicado. Do mesmo modo, Machado (2008) lembra que o íntimo se mostra quando o campo relacional se desobstrui. Nesse momento, emerge um horizonte de responsabilidade que não pode ser retraído: a revelação íntima não é um dado, mas um acontecimento que altera o vínculo.

¹⁸Referência à obra clássica de Marcel Mauss (*Ensaio sobre a dádiva*, 1925), em que o autor analisa formas arcaicas de troca baseadas na tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Em sua leitura, a dádiva carrega um vínculo simbólico e espiritual (*hau*) com quem a ofereceu, gerando um laço de compromisso ético entre as partes.

Essas implicações também dialogam com o campo do Design Participativo. Findeli (2001) já alertava que o designer não atua sobre um sistema sem estar dentro dele; projetar é sempre afetar e ser afetado. Frauenberger et al. (2018) reforçam que talvez o maior aprendizado do DP seja justamente aprender a ser afetado. E, como lembram Light e Akama (2018), a qualidade de um processo participativo não reside apenas nos métodos, mas na densidade das relações cultivadas. A partilha íntima, longe de ser ruído, torna-se força constitutiva do processo – um lembrete de que a legitimidade do DP nasce da qualidade ética dos vínculos que sustenta.

A intimidade, nesse sentido, funda alianças silenciosas. Quem recebe uma confiança habita um novo lugar e já não pode mais se ausentar sem consequências. Esse reconhecimento não exige simetria, mas exige cuidado: o cuidado de guardar, de respeitar silêncios, de sustentar aquilo que agora habita a relação. É nesse ponto que se ilumina a versão de Responsabilidade ética e proteção do velado: intimidade não requer exposição total, mas sim um compromisso com aquilo que foi confiado.

Assim, a ética da intimidade tensiona a posição do designer. Criar condições para que alguém se abra implica assumir também a responsabilidade pelo que emerge. Como no gesto da dádiva, receber já é estar implicado. Neutralidade, nesse campo, revela-se impossível. A intimidade convoca o designer não apenas a ouvir, mas a estar presente, a cuidar e, em certos momentos, a também se deixar vulnerabilizar, não como simetria mecânica, mas como consequência inevitável de um campo relacional vivo, no qual o estar-junto sustenta a ética desse modo particular de fazer design.

O resguardo como gesto de saber até onde ir

A terceira lente se aproxima dos limiares silenciosos que atravessam os processos de intimidade. Se por um lado a intimidade carrega uma força potente de aproximação, por outro convoca à delicadeza dos limites. Os relatos da pesquisa indicam que a partilha, ainda que voluntária, desloca posições, transforma vínculos e, em certos momentos, expõe o outro a situações de vulnerabilidade. O íntimo, portanto, não é apenas gesto de expressão: é também matéria que exige cuidado, tanto na forma como é oferecido quanto na forma como é recebido.

A versão de Processo negocial e limites compartilhados ilumina essa tensão. Participantes lembraram que a intimidade não se dá de uma só vez, mas se constrói como calibragem contínua: “saber até onde ir” e reconhecer que “colocar limites não é se afastar; é o que permite que a relação continue”. Aqui se desenha uma ética implícita: o vínculo íntimo só se sustenta se houver espaço

para reposicionamentos, para dizer não, para proteger-se sem que isso seja lido como recusa. Essa ética ressoa com a dimensão teórica de Expressão e com a ideia de Horizonte de Mostração (Machado, 2008), onde o íntimo é concebido tanto como aquilo que se revela quanto como aquilo que se guarda no silêncio. Intimidade, nesse sentido, habita a fronteira entre o dizer e o não dizer, entre o gesto de expor e o gesto de proteger.

A fala de uma participante – “manter a privacidade de quem deseja contar algo é o que permite que o espaço íntimo se mantenha seguro” – expressa bem essa consciência de que a intimidade requer cuidado. Outro lembrou: “não é porque alguém compartilha algo íntimo que a gente tem que compartilhar também”. Esses depoimentos aproximam-se da noção de Mutualidade (NARCISO, 2001; CRESPO, 2006), que pressupõe trocas afetivas mas também o respeito às assimetrias do vínculo. A mutualidade íntima não exige simetria, mas sim reconhecimento, cuidado e resguardo.

Esse aspecto ético encontra ecos no pensamento de Buber (2009): na relação Eu–Tu, o outro não é objeto a ser consumido ou interpretado, mas presença a ser reconhecida. Escutar uma confidência íntima significa já não poder tratar o outro como recurso do projeto; é aceitar que o vínculo instaura uma nova posição de responsabilidade. De forma semelhante, a noção de envolvimento de Findeli (2001) ilustra uma ideia de confidência que redefine o papel do designer dentro da relação.

No campo do Design Participativo, Frauenberger et al. (2018) sugerem que o desafio ético central é aprender a ser afetado. Escutar o íntimo é deixar-se tocar, mesmo que isso desestabilize a posição técnica do designer. Light e Akama (2018) reforçam que a legitimidade de um processo participativo não está apenas nos métodos empregados, mas na capacidade de sustentar relações com delicadeza. A ética do resguardo, nesse sentido, corresponde a reconhecer que certas revelações não pedem resposta pública, mas silêncio cuidadoso.

Para o designer que atua em processos participativos marcados por essa densidade relacional, essas falas revelam desafios importantes. Ao criar espaços de livre expressão, ele se coloca diante de uma possibilidade de exposição alheia que exige preparo e responsabilidade. Diferente de profissionais treinados para lidar com confissões, como terapeutas ou assistentes sociais, o designer, muitas vezes, não possui repertório técnico ou ético para acolher o que pode emergir. O que fazer, então, com o desvelamento de uma dor compartilhada em uma oficina? Com uma memória íntima trazida a público em um grupo de cocriação? Como lidar com as fronteiras entre o que foi dito e o que pode ser transformado em insumo para um projeto?

Esse campo relacional, denso e delicado, remete à necessidade de um posicionamento ético particular para ser trabalhado coletivamente. A intimidade, quando evocada como parte de um processo de design, não pode ser instrumentalizada. É preciso reconhecer que ali existem pessoas, afetos, memórias, e que aquilo que foi confiado precisa ser tratado como tal. O designer, nesse caso, se vê convocado a uma escuta que acolhe com responsabilidade. Há uma linha muito sutil entre transformar um relato em contribuição coletiva e violar a integridade de quem o trouxe. A quem isso pertence? Como respeitar o tempo e o desejo de quem falou?

Essa noção relacional, longe de ser simples, exige que o designer seja capaz de reconhecer que nem todo conteúdo compartilhado deve se tornar público. Que há expressões que pedem silêncio, que há revelações que pertencem apenas a quem as viveu. E, sobretudo, que o designer, ainda que tenha incentivado um espaço de abertura, não é proprietário do que ali se manifestou.

Ao assumir essa postura, o designer reconhece que intimidade e limite caminham juntos. Que a profundidade do encontro habita também uma esfera que sustenta o que é exposto. E que, diante do íntimo, a maior responsabilidade talvez seja a de não ultrapassar o que lhe foi desvelado, de saber quando e o que guardar, mais do que usar. Refere-se, portanto, a uma ética do resguardo, onde o que se protege não é a informação, mas a sensível compreensão dos significados que ela carrega. Esta lente não pretende estabelecer normas, mas abrir o olhar para os efeitos silenciosos que a abertura íntima pode produzir e para os compromissos que dela derivam.

A temporalidade própria da intimidade

A quarta lente mostra que se há algo que a intimidade insiste em mostrar é que seu tempo não segue relógios. Ela não se apressa, mas tampouco se prolonga necessariamente. Ela possui uma relação desatrelada necessariamente de uma ideia quantitativa de duração. Entre os relatos das entrevistas e as contribuições dos autores, emerge a compreensão de que a intimidade opera segundo uma temporalidade própria, uma que desafia tanto o imediatismo dos processos quanto a lógica linear do planejamento.

Nas entrevistas, a noção de tempo é recorrente. Alguns participantes apontam com clareza que processos relacionais, como o DP “levam tempo”, que “se for para acontecer em dois meses, é melhor nem começar” (entrevista 2). Um entrevistado relata como a relação com a comunidade onde imergiu foi se aprofundando apenas após passar por longos períodos imerso no contexto. Essas falas delineiam uma dimensão do tempo como presença prolongada,

convivência, repetição, uma espécie de corpo-a-corpo com a duração. Intimidade, nesses termos, requeria uma permanência.

Mas essa não é a única faceta que pode desvelar sua relação com a temporalidade. O tempo da intimidade não é apenas quantidade acumulada. Como lembra Buber (2009), a relação Eu-Tu acontece em instantes que, ainda que breves, condensam uma inteireza que não nunca aparece relacionada a uma perspectiva quantitativa. Do mesmo modo, Machado (2008) sugere que o íntimo emerge quando há desobstrução do campo relacional, não relacionando diretamente a uma ideia de cronologia, mas mais por uma ideia de disponibilidade ao acontecimento. É como se houvesse um tempo latente, que aguarda as condições certas para se manifestar.

A dimensão de Presença sustenta essa ideia. Essa dimensão já propõe uma qualidade de presença que se dá de modo inteiro. Um estar que envolve a suspensão como um ato de rompimento de amarras, consequentemente também de uma linha temporal produtiva para dar lugar aquilo que se escapa. Essa noção corrobora pra compreensão de que a intimidade precisa de tempo, não apenas de mais tempo, mas sim de um tempo próprio, particular.

É essa diferença que tensiona, por exemplo, os processos de DP. Embora se proponha relacional, essa prática muitas vezes opera em janelas temporais restritas, encontros marcados, ciclos fechados, prazos de entrega. O tempo é recurso, e como tal, otimizado. Mas o íntimo não floresce sob otimização. A versão “Duração compartilhada”, presente nas entrevistas, evidencia isso ao relacionar a intimidade com uma ideia de acúmulo, repetição e frequência; um tempo que insiste, que retorna, que se demora.

A partir dessa lente, é passível a compreensão de que a intimidade revela uma espécie de contratemporalidade, algo que desafia o ritmo projetual que tende a metrificar o tempo, para uma forma de tempo mais qualitativa que se ocupa de compreender a sua passagem através de disponibilidade, entrega e envolvimento. Ela pode se formar lentamente, após anos, ou surgir de forma intensa em um encontro inesperado, o que importa não é a extensão do tempo, mas sua qualidade relacional.

Essa temporalidade própria é talvez o maior desafio, e o maior convite que a intimidade oferece ao design. Ela pede uma desaceleração que escute mais do que preveja. Que se aceite o tempo do outro como legítimo, mesmo quando ele não se alinha aos marcos de um cronograma. Como escreveu uma das participantes, “às vezes a gente quer fazer tudo acontecer no nosso tempo, mas o tempo da intimidade não é nosso”. Reconhecer essa singularidade do tempo íntimo exige que o designer ressignifique sua própria relação com o processo. Não se trata de abandonar por completo as estruturas temporais do

projeto, mas de criar espaços onde outro tempo possa coexistir. Onde o que não se apressa possa ser respeitado, e o que emerge inesperadamente possa ser acolhido. Um tempo que não se mede, mas que se sente.

Ao final desse percurso, as quatro lentes aqui propostas corroboram com a compreensão da intimidade como um fenômeno múltiplo, situado e, sobretudo, escorregadio; um acontecimento que desafia classificações fáceis e resiste à captura. Em suas formas de aparecer, o conceito demonstrou desestabilizar expectativas, tensionar a neutralidade projetual, deslocar a lógica do controle e romper com a linearidade dos tempos previstos. Mais do que um estado a ser alcançado, a intimidade se apresentou como um campo de implicações éticas, afetivas e temporais, um modo de estar com que convoca escuta, presença, cuidado e responsabilidade. Ressalta-se que as quatro lentes não substituem as dimensões e versões desenvolvidas, tampouco pretendem explicá-las. Elas se consolidam como um gesto de entrelaçamento a partir de uma aproximação com a intenção de iluminar nuances antes dispersas. É nesse gesto que reside sua força: ao não fixarem significados, as lentes preservam o caráter indeterminado do íntimo, sua capacidade de acontecer onde menos se espera, e de transformar, silenciosamente, tanto os processos de design quanto aqueles que deles participam.

Importa destacar, ainda, que essas quatro lentes não pretendem esgotar as possibilidades de leitura sobre a intimidade no design. Elas representam vetores de força que se tornaram mais visíveis ao longo deste percurso, guiadas pelas implicações que mais chamaram atenção nas narrativas e nas articulações teóricas mobilizadas a partir da subjetividade epistemológica do autor que escreve a pesquisa. Outras aproximações são não apenas possíveis, mas desejáveis. O que aqui se apresenta é uma abertura parcial, uma forma de compor com o vivido sem pretensão de totalidade, deixando em suspensão o convite para que novas escutas, em outros contextos e com outros corpos, possam produzir outras lentes, outras versões, outros modos de se aproximar do íntimo no fazer projetual.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo final se dedica a reunir os atravessamentos, contribuições e aprendizados gerados ao longo do percurso. Longe de encerrar a pesquisa em respostas definitivas, ele busca refletir sobre o que foi possível compreender, tensionar e propor ao aproximar o conceito de intimidade do campo do design. Ao mesmo tempo, reconhece os limites e escolhas que moldaram o caminho trilhado, explorando possibilidades de desdobramento futuro e revisitando os objetivos à luz dos caminhos percorridos. Este fechamento visa reafirmar o compromisso da pesquisa com um design sensível às relações, à presença e ao acontecer do humano.

Contribuições para o campo do design

Esta pesquisa propôs uma aproximação entre o campo do design, sobretudo em suas abordagens estratégicas e participativas, e o conceito de intimidade, entendida não como um estado interiorizado ou privado, mas como experiência relacional, situada e construída na implicação mútua entre sujeitos. Ao fazer isso, reforçou-se um movimento de deslocamento no vocabulário e nas práticas projetuais, convidando o design a reconhecer que há, nas entrelinhas de seus processos, uma rede densa de afetos, confianças, silêncios e presenças que sustentam o comum.

Ao escutar os relatos de participantes que vivenciaram processos colaborativos, e articular essas escutas com dimensões filosóficas, psicológicas e projetuais, a pesquisa demonstrou que a intimidade, ainda que soe como um recurso estranho ao design, está presente ainda que não nomeada; operando nos bastidores da negociação, na construção da confiança, na partilha de vulnerabilidades e na sustentação do tempo vivido em conjunto.

Como contribuições principais ao campo do design, destacam-se: (1) a formulação de quatro dimensões conceituais da intimidade, que oferecem uma base teórica sensível para reconhecê-la como fenômeno relacional; (2) a construção de seis versões de intimidade, elaboradas a partir das narrativas de especialistas, como paisagens situadas que expressam modos diversos de vivê-la nos processos de design; e (3) a proposição de quatro lentes, que operam como aproximações metodológicas capazes de afinar a escuta do designer e atuar como operadores ético-sensíveis nos contextos participativos.

Mais do que adicionar um novo conceito ao léxico do design, o gesto foi o de convocar uma escuta mais afinada aos modos como os atores se implicam em processos de criação conjunta. A partir disso, foi possível evidenciar que há um campo de forças — do não programado, do ético, do resguardo e do temporal

— que atravessa o projeto, e que a intimidade pode ser uma lente fértil para percebê-lo. Nesse sentido, esta dissertação não propõe a institucionalização da intimidade como método ou técnica, mas o reconhecimento de sua presença como acontecimento: algo que emerge, se desloca, convoca e transforma.

Limitações e recortes da pesquisa

Ao mesmo tempo em que amplia possibilidades, esta pesquisa se inscreve dentro de limites conscientes. O primeiro deles diz respeito ao recorte metodológico e à quantidade de participantes. As versões de intimidade aqui apresentadas emergem de um conjunto específico de entrevistas, realizadas em um contexto cultural, geográfico e disciplinar particular. Ainda que o objetivo não tenha sido a generalização, e sim a compreensão situada, reconhece-se que outras versões e compreensões da intimidade poderiam surgir em diferentes contextos de prática, com outros perfis e tipos de projetos.

Ainda que a investigação tenha se orientado por uma concepção distribuída de design, a escolha metodológica privilegiou a escuta de participantes provenientes de projetos diversos, em vez do acompanhamento aprofundado de um único coletivo. Essa opção abriu espaço para uma visão plural da intimidade, marcada pela heterogeneidade de trajetórias e contextos, mas também implica reconhecer que o olhar ali construído se ancorou sobretudo nas vozes daqueles que articulam e conduzem processos, deixando em segundo plano a experiência compartilhada de um mesmo grupo em ação.

Além disso, por tratar-se de uma pesquisa de inspiração fenomenológica, que aposta na escuta aberta e na construção de sentido a partir da experiência vivida, os achados são influenciados pelas escolhas do pesquisador, por seus posicionamentos prévios e por suas formas de escuta. Essa marca é assumida como parte constitutiva da proposta. Ainda assim, exige cuidado na leitura e apropriação dos resultados: os sentidos aqui tecidos não são verdades universais, mas aproximações provisórias construídas a partir de encontros singulares.

Há também um limite conceitual que acompanha toda a pesquisa: a própria noção de intimidade é instável, porosa, sujeita a interpretações diversas e fortemente atravessada por convenções culturais. Apesar do esforço teórico empreendido para ancorá-la em autores como Narciso, Machado, Buber, Crespo e Rampage, e das versões construídas com base nas entrevistas, permanece o desafio de lidar com um termo que escapa, que se transforma a cada uso, e que carrega consigo o risco da banalização ou da idealização.

Métodos e caminhos de escuta

A pesquisa fez uso de uma abordagem qualitativa inspirada na fenomenologia hermenêutica, que privilegia a escuta, a presença e o envolvimento com a experiência vivida dos participantes. As entrevistas abertas, conduzidas em formato dialógico, permitiram que as narrativas emergissem de forma orgânica, revelando não apenas conteúdos, mas modos de dizer, pausas, hesitações e intensidades. O gesto metodológico aqui não foi o de extrair dados, mas o de criar condições para que algo se mostrasse sempre na tentativa de criar uma abertura capaz de acolher o que não se antecipa.

A análise das entrevistas se deu a partir da construção de versões de intimidade, que não buscaram representar os sujeitos ou reduzir suas falas a categorias fixas, mas sim criar agrupamentos sensíveis que permitissem perceber recorrências, tensões e ressonâncias entre os relatos. Essas versões, por sua vez, foram articuladas com as dimensões conceituais exploradas na revisão teórica, e ganharam corpo na discussão por meio da proposta de quatro lentes de leitura do fenômeno.

O caminho metodológico adotado assume, portanto, uma recusa à objetivação da experiência e aposta em uma aproximação ética, interpretativa e situada, que compreende o conhecimento como algo que se faz no entre, no gesto, na relação. É um modo de fazer pesquisa que, mais do que produzir respostas, busca sustentar possibilidades, o que se refletiu em todas as escolhas da investigação.

Retomada dos objetivos

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar a intimidade como uma perspectiva relacional sensível no DP, compreendendo suas manifestações e implicações a partir da composição entre teoria e experiência vivida em processos de criação coletiva. Essa investigação não buscou estabelecer protocolos ou oferecer respostas definitivas, mas sim sustentar um gesto de escuta atento àquilo que se mostra nas dobras das relações, o modo como a intimidade se insinua, atravessa e transforma os processos de projeto. Para sustentar esse movimento, quatro objetivos específicos orientaram o percurso, respondidos de forma situada e em coerência com a proposta metodológica.

O primeiro objetivo — desenvolver um entendimento do conceito de intimidade em diálogo com o campo do design — foi desenvolvido na revisão teórica, que articulou contribuições da psicologia, da filosofia e do design para compor uma base conceitual sensível. A partir de autoras como Narciso (2001, 2002), Prager (1995), Crespo *et al.* (2006), Rampage (1994), Buber (2009) e Machado (2008), a intimidade foi deslocada de um entendimento relacionado ao

senso comum, ao privado, individual ou romântico, em direção a uma perspectiva ética, relacional e situada. Ao mesmo tempo, demonstrou-se como o campo do design, mesmo nos espaços que se afirmam colaborativos, raramente nomeia ou problematiza a presença do íntimo em seus processos. Esse movimento de leitura abriu espaço para considerar a intimidade como força relacional, capaz de tensionar entendimentos consolidados sobre a prática projetual.

O segundo objetivo — aproximar as discussões sobre Design Participativo e intimidade, identificando convergências conceituais — foi abordado por meio da formulação das dimensões de intimidade: Presença, Expressão, Mutualidade e Desvelamento. Essas dimensões emergiram como campos conceituais sensíveis que atravessam tanto a literatura quanto os relatos e que revelam aproximações entre o que a intimidade convoca e o que o DP sustenta como princípio. A partir de autores como Findeli (2001), Frauenberger (2018), Freire (2017), Del Gaudio (2021,2023) e Smith (2025), foi possível traçar pontos de contato entre o compromisso ético-relacional do DP e os fios que sustentam a intimidade como experiência intersubjetiva. Essa aproximação não visou uma síntese entre campos, mas sim o cultivo de frestas por onde um pudesse deslocar o outro.

O terceiro objetivo — investigar versões de intimidade a partir de relatos de experiências em contextos participativos — foi respondido por meio da realização e análise de entrevistas fenomenológicas abertas. A escuta cuidadosa permitiu que formas distintas de intimidade emergissem dos relatos, mesmo quando os participantes não nomeavam essas experiências dessa forma. A proposta de organizar tais vivências em “versões” surgiu como alternativa à categorização tradicional, buscando preservar a pluralidade, a ambiguidade e a espessura do íntimo. Cada versão trouxe uma tonalidade distinta: da sustentação na confiança à experiência não programável, passando pela reciprocidade sensível, pelos limites compartilhados, pela duração como vínculo e pela proteção ética do que permanece velado. Ao invés de definir a intimidade, as versões a deixaram vibrar em sua multiplicidade.

O quarto objetivo — fundamentar a intimidade como uma perspectiva processual para o design, a partir da conjunção entre as teorias e os relatos — guiou a elaboração das lentes finais da pesquisa. A costura entre os aportes teóricos e as experiências relatadas não produziu uma síntese, mas sim deslocamentos mútuos. A estranheza inicial frente ao termo intimidade, sua posterior apropriação e as formas singulares com que os participantes lhe atribuíram sentido revelaram o potencial da pesquisa em articular conhecimento situado e experiência vivida. As quatro lentes construídas ao final, como sínteses

sensíveis e não operativas, permitiram reconhecer a intimidade como força processual, não programável, que exige atenção à ética da escuta, à presença comprometida e ao cuidado com o que se mostra e o que se cala.

Ao final, mais do que cumprir com rigor os objetivos delineados, a pesquisa sustentou um gesto de escutar o que se mostra de modo velado, de tensionar o que o design tradicionalmente silencia, de nomear o que pulsa nas entrelinhas da criação coletiva. Para além de apresentar uma definição limitada de intimidade, a pesquisa reconhece que o conceito já habita os processos de design, e que sua nomeação pode abrir espaço para um projeto mais sensível, ético e implicado com os modos de estar com os outros.

Subjetividade em tempos de inteligência artificial

O percurso desta pesquisa se deu em meio a um contexto histórico marcado pela ascensão do uso de inteligências artificiais em processos acadêmicos, criativos e analíticos. Ferramentas de IA generativa, agentes de busca semântica, modelos de linguagem e assistentes automatizados têm ganhado espaço como recursos promissores para ampliar o acesso ao conhecimento, acelerar processos e refinar a produção textual. Diante dessa paisagem tecnológica em transformação, esta dissertação não se manteve à margem: recorreu, em diversos momentos, a diferentes formas de inteligência artificial como apoio. Mas o que se revelou ao longo do caminho foi uma tensão.

Ao longo da construção teórica, a IA também se mostrou bastante limitada ao lidar com questões subjetivas. A tentativa de utilizá-la como ferramenta para leitura ou escrita de trechos da fundamentação esbarrou em sua dificuldade de lidar com textos filosóficos, conceituais ou poéticos com a precisão e sensibilidade exigidas. Essa linearidade entrava em fricção com o gesto fenomenológico que atravessa a dissertação. Diante disso, a escrita teórica foi realizada integralmente por meios convencionais, respeitando os tempos e revisitas exigidos pela construção conceitual artesanal, mas revisados em sua versão final com o apoio de IA para questões ortográficas e normativas de formatação.

A primeira e mais direta contribuição da IA no processo de pesquisa esteve na transcrição das entrevistas fenomenológicas, realizadas por videoconferência. O uso de um agente automatizado de IA como copiloto durante os encontros teve como objetivo principal permitir que o pesquisador pudesse estar plenamente presente na escuta, sem a necessidade de tomar notas ou dividir sua atenção. Essa escolha operou como uma salvaguarda da qualidade relacional do encontro, priorizando a abertura e o vínculo com a pessoa entrevistada.

No entanto, limites dessa automação rapidamente se evidenciaram após as entrevistas, em tentativas de conseguir interpretar, resumir ou adaptar os relatos em narrativas, tais quais os resultados presentes no trabalho, os modelos apresentaram desenvolvimentos muito lineares e enviesados para determinados aspectos tendenciosos, descartando os sutis elementos como quando os entrevistados falavam aspectos relacionados as dimensões de intimidade, sem se relacionar com as mesmas palavras, demonstrando uma incapacidade, por hora, das inteligências artificiais de conectar elementos não contextuais, simbólicos e subjetivos presentes nas falas dos participantes. Sendo necessário o trabalho manual do autor para desenvolver individualmente as narrativas de cada uma das entrevistas.

Outra tentativa se fez, após a formulação das dimensões e das versões extraídas dos relatos, buscou-se experimentar com modelos de linguagem para explorar se haveriam outras combinações possíveis, outras leituras emergentes. O que se encontrou, no entanto, foi um padrão repetitivo, excessivamente categorizado, que tendia a empobrecer a complexidade do vivido. Os modelos sugeriam novas versões e dimensões, mas muitas vezes de forma redundante, linear ou excessivamente ortogonal, desconsiderando as nuances relacionais e a porosidade entre os agrupamentos já produzidos.

Ainda assim, a IA teve um papel importante no processo, sobretudo em etapas técnicas e de apoio à pesquisa. Ferramentas de busca semântica como o Research Rabbit foram valiosas para encontrar artigos e autores relacionados, ampliando o repertório bibliográfico com base em associações que nem sempre seriam acessíveis por buscas manuais. Da mesma forma, recursos automatizados foram utilizados para revisão gramatical, verificação de vícios de linguagem e apoio à formatação em ABNT. Nessas funções, a IA demonstrou eficiência, agilidade e confiabilidade.

O que se aprendeu, ao final, não foi que a IA deve ser evitada em pesquisas que tratam da subjetividade, mas que ela deve ser situada. Em abordagens como a desta dissertação, em que o gesto de escuta, a relação entre sujeitos e a sensibilidade à experiência são centrais, a inteligência artificial não substitui o trabalho humano, mas pode acompanhar e apoiar, desde que seus limites sejam compreendidos. A escrita do íntimo exige presença, exige dúvida, exige hesitação; movimentos que não cabem nos fluxos otimizados dos modelos preditivos. É preciso, portanto, cultivar discernimento sobre quando a IA colabora e quando ela silencia.

Essa reflexão não é apenas técnica, mas ética. Em tempos em que a aceleração do conhecimento e a delegação de tarefas intelectuais à máquina se tornam cada vez mais comuns, preservar o tempo da escuta, o valor da

ambiguidade e a singularidade da experiência torna-se um gesto político. Fazer uso consciente da IA é, nesse contexto, menos sobre incorporar tecnologia e mais sobre saber sustentar aquilo que não pode ser automatizado, o que nos convida a estar.

Desdobramentos e possibilidades futuras

As perguntas abertas por esta pesquisa não se encerram em suas páginas. Pelo contrário, elas apontam para caminhos de aprofundamento e expansão. Um dos desdobramentos possíveis é investigar como a intimidade se manifesta em outras práticas de design, para além do contexto participativo, como no design de serviços públicos, na mediação urbana, no design educacional ou no cuidado em saúde. Outra possibilidade está em investigar as condições que favorecem ou dificultam o surgimento da intimidade em processos de cocriação: o papel do tempo, da mediação, das materialidades, da linguagem e das dinâmicas de poder.

Além disso, também abre-se a oportunidade de desenvolver estudos que se concentrem em um único projeto, reunindo diferentes posicionalidades no interior da mesma experiência participativa. Também se abrem questões metodológicas relevantes: como criar dispositivos de pesquisa que não apenas coletem dados, mas acolham experiências vividas em sua complexidade? Como sustentar um modo de escuta que convide à autorevelação sem invadir? Como registrar e analisar esse tipo de dado sensível sem violentar sua singularidade?

Por fim, a pesquisa pode inspirar estudos que explorem outras noções limítrofes e igualmente potentes, como vulnerabilidade, confiança, cuidado ou fragilidade; a partir de uma mesma natureza de abordagem sensível e situada. Todas essas palavras, quando tratadas com delicadeza e rigor, têm o potencial de transformar não apenas as formas de fazer design, mas também os modos de estar com os outros na prática projetual.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGID, Shana; BOTERO, Andrea; CHOI, Jazz H. J.; DEL GAUDIO, Chiara; PARRA, Leonardo; CHAI, Kaitlyn; HOLSCHUH, Ana. **Keywords in Participatory Design** – Ver 1. 2021.

AHMED, Sarah. **Fenomenología queer**: orientaciones, objetos, otros. Barcelona: Bellaterra, 2019.

AKAMA, Yoko; PINK, Sarah, & SUMARTOJO, Shanti. **Uncertainty and Possibility: New Approaches to Future Making in Design Anthropology** (1st ed.). Routledge. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BINDER, Thomas; BRANDT, Eva; EHN, Pelle. **Democratic Design Experiments**: between parliament and laboratory. CoDesign: International Journal of CoCreation in Design and the Arts, v. 11, n. 3–4, p. 152–165, 2015.

BINDER, Thomas; MICHELIS, Giorgio De; EHN, Pelle, JACUCCI, Giulio; LINDE Per; WAGNER, Ina. **Design Things**. The MIT Press. 2011.

BJÖRGVINSSON, Erling; EHN, Pelle; HILLGREN, Per-Anders. **Participatory design and democratizing innovation**. In: BIENNIAL PARTICIPATORY DESIGN CONFERENCE, 11., 2010, Sydney. Proceedings. New York: ACM, 2010. p. 41–50.

BOTERO, Andrea; HYYSALO, Sampsa; KOHTALA, Cindy; WHALEN, Jack. **Getting participatory design done**: from methods and choices to translation work across constituent domains. International Journal of Design, v. 14, n. 3, p. 21–35, set. 2020.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. Tradução, introdução e notas de Newton Aquiles Von Zuben. 10. ed. rev., 3. reimpr. São Paulo: Centauro, 2009. Título original: Ich und Du.

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. 2. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2011.

CIPOLLA, Carla; MANZINI, Ezio. **Relational services**. Knowledge, Technology & Policy, v. 22, p. 45–50, 2009.

CIPOLLA, Carla M. **Tourist or guest: designing tourism experiences or hospitality relations?** Design Philosophy Papers, v. 2, n. 2, p. 103–113, 2004.

CRESPO, Carla; NARCISO, Isabel; RIBEIRO, Maria Tereza; COSTA, Maria Emília. **Desenvolvimento da escala de dimensões da intimidade**: primeiro estudo empírico. **Psychologica**, Coimbra, v. 41, p. 45–63, 2006.

CROSS, Nigel. **Designerly ways of knowing**. *Design Studies*, v. 3, n. 4, p. 221–227, 1982.

DEL GAUDIO, Chiara. **Participatory Design**. [S. l.], 2021a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356415934_Participatory_Design. Acesso em: 10 out. 2024.

DEL GAUDIO, Chiara; TANAKA, Samara; PASTORI, Douglas Onzi. **Between dissent and consensus, resistance and counter-resistance**: design practice as a common project-process for plural possibilities of being and becoming. *Temes de Disseny*, n. 37, p. 156–181. 2021b.

DEL GAUDIO, Chiara. **(In)Visible Participants**. *Design and Culture* 15 (2), 145–64. 2023

FINDELI, Alain. **Rethinking Design Education for the 21st Century**: Theoretical, Methodological and Ethical Discussion. *Design Issues*, 17 (1), 5–18. 2001.

FRAUENBERGER, Christopher; FOTH, Marcus; FITZPATRICK, Geraldine. **On scale, dialectics, and affect: pathways for proliferating participatory design**. In: PARTICIPATORY DESIGN CONFERENCE, 15., 2018. *Proceedings of the 15th Participatory Design Conference: Full Papers – Volume 1 (PDC '18)*. New York: Association for Computing Machinery, 2018. Article 12, p. 1–13.

FREIRE, Karine de Mello (2017). **From strategic planning to the designing of strategies: a change in favor of strategic design**. *Strategic Design Research Journal*, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 91-96.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Fourth Generation Evaluation**. Newbury Park: Sage Publications, 1989.

GUTIÉRREZ Borrero, Alfredo. **Dessobons: when design is the other (of many others)**. In: MORTENSEN STEAGALL, M.; NESTERIUK, S. (org.). *Proceedings of LINK 2022 – 4th Edition of the International Conference of Practice and Research in Design & Global South*. [S.l.]. v. 3, n. 1, p. 17–20. 2022a

GUTIÉRREZ Borrero, Alfredo. **Designs of the Souths, Designs-other, the designs from and to other worlds.** ICDHS 13 International Conferences on Design History and Studies. Universidad Jorge Tadeo Lozano, Bogotá, Colombia. 2022b.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 5, pp. 7-41. 1995.

KELTY, Christopher M. **The participant:** a century of participation in four stories. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2019.

LIGHT, Anna; AKAMA, Yoko. **The Human Touch: participatory practice and the role of facilitation in designing with communities.** In: PARTICIPATORY DESIGN CONFERENCE, 12. Roskilde, Denmark. Proceedings, Roskilde: ACM Press, 2012. P. 61-70. 2012.

MACHADO, Paulo Roberto Reimão. **Intimidade como método clínico:** ensaio de fundamentação de uma psicologia com bases fenomenológica e hermenêutica. 2018. 269 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Évora, Portugal, 2018.

MANZINI, Ezio. **Design: quando todos fazem design:** uma introdução ao design para a inovação social. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017.

MARGOLIN, Victor; MARGOLIN, Sylvia. **A ‘social model’ of design:** issues of practice and research. In: DURLING, David; SHACKLETON, John (ed.). Common Ground – DRS International Conference 2002, 5–7 set. 2002

MAURI, Francesco. **Progettare progettando strategia.** Milano: Masson S.p.A, 1996.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva:** forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NARCISO, Isabel. **Conjugalidades satisfeitas mas não perfeitas:** à procura do padrão que liga. 2001. 637 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2001.

NARCISO, Isabel. **Janela com vista para a intimidade.** Psychologica, n. 31, p. 49–62, 2002.

NELSON, Harold; STOLTERMAN, Erik. **The design way:** intentional change in an unpredictable world. Cambridge: MIT Press, 2012.

NORONHA, Raquel; PORTELA, Raiama; SANTOS, Tayomara; ABOUD, Camila; SOLIS, Gloriana; GUZMÁN, Zita Carolina González. **Correspondências como prática de design**: construindo caminhos no NIDA. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2023. 218 p.

PAPANEK, Victor. **Design for the real world**. New York: Bantam Books, 1973. Publicado originalmente por Pantheon Books em 1972.

PERLMAN, Daniel; FEHR, Beverley. **The development of intimate relationships**. In: PERLMAN, Daniel; DUCK, Steve (Ed.). *Intimate relationships: development, dynamics, and deterioration*. Newbury Park: Sage Publications, 1987. p. 13–42.

PRAGER, Karen Jean. **The psychology of intimacy**. New York: Guilford Press, 1995. x, 367 p. (Guilford series on personal relationships).

SEIDMAN, Irving. **Interviewing as qualitative research**: a guide for researchers in education and the social sciences. 3. ed. New York: Teachers College Press, 2006

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIMONSEN, Jesper; ROBERTSON, Toni (orgs.). **Routledge International Handbook of Participatory Design**. New York: Routledge, 2013.

SMITH, Rachel Charlotte; LOI, Daria; WINSCHIERS-THEOPHILUS, Heike; HUYNBRECHTS, Liesbeth; SIMONSEN, Jesper (eds.). **Routledge International Handbook of Contemporary Participatory Design**. 1. ed. New York: Routledge, 2025. 326 p. ISBN 9781032368887.

RAMPAGE, Cheryl. **Power, gender, and marital intimacy**. *Journal of Family Therapy*, v. 16, p. 125–137, 1994.

RITTEL, Horst W.; WEBBER, Melvin M. **Dilemmas in a general theory of planning**. *Policy Sciences*, v. 4, n. 2, p. 155–169, 1973.

VAN MANEN, Max. **Phenomenology of practice**: meaning-giving methods in phenomenological research and writing. New York: Routledge, 2016.

VERGANTI, Roberto. **Design driven innovation**: mudar as regras da competição — a inovação radical do significado de produtos. São Paulo: Editora Canal Certo, 2012. p. IX–XVI.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução: George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ZURLO, Francesco. **Design strategico**. In: XXI SECOLO: gli spazi e le arti. Roma: Enciclopedia Treccani, 2010. v. 4. Disponível em: http://www.treccani.it/enciclopedia/design-strategico_%28XXI-Secolo%29/. Acesso em: 01 set. 2024.